

Abril 2006

Extractos da
imprensa Angolana
sobre questões sociais
e de desenvolvimento

CEDOC Dw

Centro de Documentação e Informação
Development Workshop
Luanda - Angola

Extractos da Imprensa

CEDOC Development Workshop - Angola

Centro de Documentação e Informação

CEDOC DW

Centro de Documentação e Informação

O Extracto de notícias é um serviço do Centro de Documentação da DW (CEDOC) situado nas instalações da DW em Luanda. O Centro foi criado em Agosto de 2003 com o objectivo de facilitar a recolha, armazenamento, acesso e disseminação de informação sobre desenvolvimento socio-económico do País.

Através da monitoria dos projectos da DW, estudos, pesquisas e outras formas de recolha de informação, o Centro armazena uma quantidade considerável de documentos entre relatórios, artigos, mapas e livros. A informação é arquivada física e eletronicamente, e está disponível para consulta para as entidades interessadas. Além da recolha e armazenamento de informação, o Centro tem a missão da disseminação de informação por vários meios. Um dos produtos principais do Centro é o Extracto de notícias. Este Jornal monitora a imprensa nacional e extrai artigos de interesse para os leitores com actividades de interesse no âmbito do desenvolvimento do País. O jornal traz artigos categorizados nos seguintes grupos principais:

1. [Redução da Pobreza e Economia](#)
2. [Mercado Informal e Microfinanças](#)
3. [Governança e Descentralização](#)
4. [Eleições e Educação Cívica](#)
5. [Educação, Juventude e Criança](#)
6. [Terra, Habitação e Urbanização](#)
7. [Serviços Básicos](#)
8. [Paz e Reconciliação](#)

As fontes monitoradas são:

- **Jornais:** Jornal de Angola, Agora, Semanário Angolense, Folha 8, Terra Angolana, Actual, A Capital, Chela Press, O Independente, Angolense, e o Semanário Africa.

- **Websites:** Angonoticias, Radio Nacional de Angola, Ibinda.

O Corpo das notícias não é alterado.

Esperamos que o jornal seja informativo e útil para o seu trabalho. No âmbito de sempre melhorar os nossos serviços agradecemos comentários e sugestões.

Grato pela atenção.

A Redação

Genérico

Redação Waldney Oliveira

Conselho de Edição e Revisão:

Allan Cain, Fabrice Beutler,
Beat Weber, Pacheco Ilinga,
Katuzolo Paulina, Gelson Gaspar,
Azancoth, Massomba Dominique

Editado por:

Development Workshop-Angola

Endereço:

Rua Rei Katyavala 113,
C.P. 3360, Luanda - Angola

Telefone:

+(244 2) 448371 / 77 / 66

Email:

cedoc.dwang@angonet.org

Com apoio de:

LUPP (Programa de Redução
a Pobreza Urbana de Luanda),
DFID e Embaixada da Noruega

INDICE

| | |
|---|-------------|
| 1 Redução da Pobreza e Economia | 1 |
| 1.1-Funcionários públicos beneficiam de crédito..... | 1 |
| 1.2-Crédito luso pode atingir 300 milhões..... | 1 |
| 1.3-Bancos comerciais melhoram créditos..... | 1 |
| 1.4-Governante defende micro-créditos para jovens..... | 2 |
| 1.5-Programa de auto-construção vai beneficiar população vulnerável..... | 2 |
| 1.6-Mais de 700 funcionários beneficiam de micro-créditos..... | 3 |
| 1.7-Bispos da CEAST favoráveis a maiores investimentos sociais..... | 3 |
| 2 Mercado Informal e Microfinanças 4834 | |
| 2- MERCADO INFORMAL E MICROFINANÇAS | 44 |
| 2.1-Venda de resmas de papel é base de sustento de várias famílias..... | 4 |
| 2.2-O melhor câmbio, apesar da insegurança..... | 64 |
| 2.3-Medicamento vendido às escondidas..... | 65 |
| 2.4-Empresários insatisfeitos com mercados informais..... | 75 |
| 2.5-Venda de material de construção civil aumenta no Kikolo..... | 76 |
| 2.6-Ezequiel João..... | 96 |
| 2.7-Quem salva estas «mulheres» de família?..... | 96 |
| 3- GOVERNAÇÃO E DESCENTRALIZAÇÃO | 107 |
| 3.1-Vice de Luanda vai prestar maior atenção às obras do Rangel..... | 107 |
| 3.2-Namibe tem 942 milhões de Kwanzas para projectos sociais..... | 107 |
| 3.3-Bengo cria mais de dois mil postos de trabalho..... | 108 |
| 3.4-População contesta governação..... | 118 |
| 3.5-Governo procura parceria..... | 119 |
| 3.6-Governo disponibiliza viaturas para combate à cólera..... | 129 |
| 3.7-Governo da província admite ser difícil resolver o problema..... | 1240 |
| 4-ELEIÇÕES E EDUCAÇÃO CÍVICA | 1414 |
| 4.1-Eleições vão ser realizadas “ dentro de pouco tempo”..... | 1414 |
| 4.2-MPLA promove no Bié formação de fiscais eleitorais..... | 1612 |
| 4.3-OPA e MED lançam campanha de educação moral e cívica..... | 1612 |
| 4.4-Huambo..... | 1612 |
| Rede Eleitoral organiza encontro entre cidadãos e partidos políticos..... | 1612 |
| 4.5-Registo eleitoral arranca no final de Maio..... | 1712 |
| 4.6-CNE quer transparência no desenvolvimento do processo eleitoral..... | 1713 |
| 4.7-Partidos políticos solicitam divulgação do início do registo eleitoral..... | 1814 |
| 4.8-CNE esforça-se por eleições justas..... | 1814 |
| 5- EDUCAÇÃO, JUVENTUDE E CRIANÇA | 2015 |
| 5.1-Nova escola alberga mais de dois mil alunos em Katófe..... | 2015 |
| 5.2-MPLA felicita juventude angolana..... | 2115 |
| 5.3-Estado dá protecção especial à juventude..... | 2115 |
| 5.4-Juventude quer mais empregos e formação sócio-profissional..... | 2116 |
| 5.5-Kwanza Norte terá ensino superior ainda este ano..... | 2216 |
| 5.6-A integração Juvenil na perspectiva do desenvolvimento sustentável..... | 2217 |
| 5.7-Aprendizagem Juvenil em debate..... | 2317 |
| 5.8-Os professores de Sócrates..... | 2418 |
| 6-TERRA, HABITAÇÃO E URBANIZAÇÃO | 2619 |
| 6.1- A função das cidades angolanas na perspectiva do planeamento urbano..... | 2619 |
| 6.2-Demolições flagelam Luanda..... | 2720 |
| 6.3-Terra, o terreno dos ricos..... | 2921 |

| | |
|--|-------------|
| 6.4-Coronel ocupa à força terreno da família Lopo do Nascimento | 3022 |
| 7- SERVIÇOS BÁSICOS | 3223 |
| 7.1-Huambo está parcialmente às escuras há uma semana | 3223 |
| 7.2-Chuvas matam 13 pessoas em Luanda..... | 3323 |
| 7.3-Novo modelo de limpeza pública será implementado em Junho..... | 3424 |
| 7.4-Comuna de Ussoque volta a ter água canalizada 30 anos depois | 3424 |
| 7.5-Elizal inicia novo modelo de limpeza..... | 3525 |
| 7.6-Notificados 16 casos de cólera em Cacucuo | 3525 |
| 7.7-Administração da Samba reforça luta contra a cólera | 3525 |
| 7.8-Mercado do Kikolo previne-se da cólera..... | 3626 |
| 8- PAZ E RECONCILIAÇÃO | 3826 |
| 8.1-Direcção da Educação de Luanda lança concursos da Paz | 3826 |
| 8.2-O tortuoso caminho para a Paz | 3826 |
| 8.3-4 de Abril, o dia da Paz..... | 4228 |
| 8.4-A reinserção dos homens das armas | 4329 |
| 8.5-Samakuva defende ex-militares | 4430 |
| 8.6-O «destempo» da Paz..... | 4531 |
| 8.7-Sanjar defende reforço das estruturas de manutenção de paz | 4632 |
| 8.8-Alguns benefícios da paz..... | 4732 |
| 2 Mercado Informal e Microfinanças | 4834 |
| 2.1 Título do Artigo (não em letros maiúsculos)..... | 4834 |
| 2.2 Título do Artigo (não em letros maiúsculos)..... | 4834 |
| 3 Governação e Descentralização | 4935 |
| 3.1 Título do Artigo (não em letros maiúsculos)..... | 4935 |
| 4 Eleições e Educação Cívica | 5036 |
| 4.1 Título do Artigo (não em letros maiúsculos)..... | 5036 |
| 5 Educação, Juventude e Criança | 5137 |
| 5.1 Título do Artigo (não em letros maiúsculos)..... | 5137 |
| 6 Terra, Habitação e Urbanização | 5238 |
| 6.1 Título do Artigo (não em letros maiúsculos)..... | 5238 |
| 7 Serviços Básicos | 5339 |
| 7.1 Título do Artigo (não em letros maiúsculos)..... | 5339 |
| 8 Paz e Reconciliação | 5440 |
| 8.1 Título do Artigo (não em letros maiúsculos)..... | 5440 |

1 REDUÇÃO DA POBREZA E ECONOMIA

1.1 -Funcionários públicos beneficiam de crédito.

Jornal de Angola...1 de Abril de 2006

O Banco Sol vai conceder, a partir da próxima semana, créditos ao consumo para funcionários públicos da província do Huambo, segundo fonte da Angop.

A fonte assegurou que o acto inaugural desse produto do Banco Sol acontecerá a 4 de Abril, durante a cerimónia de abertura do primeiro balcão dessa instituição bancária na cidade do Huambo. Numa primeira fase, de acordo com a fonte da Angop, os beneficiários do crédito ao consumo do Banco Sol serão os 370 professores, igual número de enfermeiros e quatro funcionários de cada uma das 37 comunas adstritas à província do Huambo, perfazendo 888 funcionários públicos.

Esta acção do Banco Sol está inserida num programa do Governo, que visa combater a pobreza e a miséria e estimular a fixação de quadros especializados no meio rural. Proprietários de pequenas empresas industriais, comerciais e agrícolas também beneficiarão de créditos do Banco Sol, já no quadro do programa de expansão do crédito.

1.2 -Crédito luso pode atingir 300 milhões

Jornal de Angola- 6 de Abril de 2006

ANGOLA vai receber de Portugal uma linha de crédito no valor de 300 milhões de Euros, em função da "Adenda sobre linha de crédito com garantia COSEC" feita à "Convenção sobre a Concessão de Crédito de Ajuda" no valor de 100 milhões de Euros, assinada ontem, em Luanda, por representantes dos dois países.

Os 100 milhões de Euros resultante da "Convenção sobre a Concessão de Crédito de Ajuda" serão concedidos sob a forma de juros bonificados e com garantia do estado aos bancos envolvidos nesta operação.

Ontem, os dois países assinaram, no salão nobre do Palácio Presidencial da Cidade alta em cerimónia assistida pelo Presidente da República, José Eduardo dos Santos, e pelo primeiro-ministro luso a "Convenção para a concessão de Crédito de Ajuda" no valor de 100 milhões de Euros.

Os dois países assinaram igualmente o "Acordo de Turismo", "Acordo sobre cooperação científica e tecnologia", "Memorando de entendimento para a criação de centro de investigação clínica", "Memorando de promoção e protecção recíproca de investimentos", "Acordo de cooperação jurídica e judiciária" e a Adenda à convenção relativa à cobertura de riscos de crédito a exportação de bens e serviços de origem portuguesa a Angola. O Acordo de Turismo tem como finalidade estabelecer uma base jurídica para a intensificação da cooperação no domínio do turismo. Ambos os países reforçarão a cooperação institucional e empresarial, favorecendo o incremento dos fluxos turísticos entre si e promovendo o intercâmbio de informações e das experiências nos mais diversos domínios.

Por sua vez, o acordo sobre cooperação científica e tecnologia terá como finalidade enquadrar e coordenar uma cooperação já existente entre os dois países, "mas que se encontra dispersa e desarticulada", de acordo com a nota distribuída pelos serviços diplomáticos portugueses. Este acordo deverá igualmente desenvolver acções que tenham como destino final a colaboração a nível da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. O centro de investigação clínica vai ser criado em Angola pelo Governo português com apoio da fundação Callouste Gulbekian. Este centro estará virado a investigação de doenças como a malária, tuberculose e Sida, bem como a formação de técnicos e prestação de cuidados de saúde. O projecto do centro ficará definido num futuro contrato-programa.

Quanto ao acordo de cooperação jurídica e judiciária os dois países trocaram apenas os instrumentos de ratificação, em função do acordo ter sido já assinado em Luanda, em 1995. Portugal ratificou o referido acordo apenas em Março de 1997.

O "Memorando de promoção e protecção recíproca de investimentos" assinado igualmente ontem, terá a finalidade de facilitar os fluxos de investimento, assegurando tratamento mais favorável aos investidores e garantia de protecção e segurança aos investimentos já realizados.

1.3 -Bancos comerciais melhoram créditos

Jornal de Angola-17 de Abril de 2006

O presidente da Associação Agro-Pecuária Comercial e Industrial da Huíla (MPCIL), António de Lemos, reconheceu, no Lubango, ter havido nos últimos três anos melhorias significativas na política credora dos

bancos comerciais.

Em entrevista à Angop, António de Lemos fez saber que, como resultado desta mudança, há já empresas que se desenvolveram com base em créditos cedidos pelos bancos, neste período. Uma outra vantagem desta mudança de postura dos bancos comerciais que, apontou foi o alcance da estabilidade monetária, facto que considerou importante para as empresas, dado que em tempos não muito distantes os comerciantes tinham que mudar os preços de um período do dia para outro, porque a inflação era de tal forma galopante, que tornava difícil o controlo das vendas.

António de Lemos diz acreditar que a concorrência virá melhorar ainda mais a actividade e a prestação de serviço dos bancos. Como resultado disto, hoje existem muitos balcões na Huíla e até pelo interior, o que possibilita uma abertura muito maior para a concessão de créditos para aqueles que ofereçam uma garantia ao banco, disse o empresário. Na Huíla existem nove balcões de bancos comerciais nomeadamente, três do Banco de Fomento Angola (Lubango, Matala e Caconda), um do BIC, três do BPC, um do Banco Espírito Santo e um do BCI.

Estão inscritos na Associação Agro-pecuária Comercial e Industrial da Huíla mais de 200 miados. A província da Huíla é o terceiro maior parque industrial do país, com pelo menos 70 unidades fabris e mais de 800 estabelecimentos comerciais.

1.4 - Governante defende micro-créditos para jovens

Jornal de Angola-18 de Abril de 2006

O vice-governador do Kwanza-Norte para a Esfera Económica, Manuel de Abreu Pereira da Silva, assegurou ontem, em N'dalatando, que o governo local iria influenciar os responsáveis dos bancos representados nesta província a concederem micro-créditos para financiamento de projectos aos jovens da localidade.

Manuel de Abreu, que falava durante o Workshop sobre "A participação da juventude no processo de reconstrução nacional", organizado pelo Secretariado Nacional da JMPLA, sublinhou, entretanto, que só seriam contemplados os jovens que apresentassem projectos exequíveis. Estão representados no Kwanza-Norte os bancos BPC, BAI e BCI, tendo Manuel de Abreu assegurado que o governo local iria contactá-los para a possibilidade de concessão dos referidos micro-créditos. Tal como em todas as províncias do país, o desemprego constitui um dos problemas que afecta a juventude do Kwanza-Norte. Entretanto, a situação

tem sido minimizada com ingresso de alguns jovens à função pública. Ainda assim, a procura é maior que a oferta.

O ano passado foram enquadrados na função pública mais de dois mil jovens, prevendo-se para este ano a entrada de mais 411, segundo dados avançados pelo director provincial do Instituto Nacional de Emprego e Formação Profissional (INEFOP), João António Gaspar. Para tal, de acordo ainda com este responsável, prevê-se também a criação de mais postos de trabalho.

João Gaspar dissertou o painel sobre "Formação de quadros para a prossecução de projectos", enquanto o vice-governador para a Esfera Económica, Manuel de Abreu, falou sobre "A perspectivas e participação da juventude nos projectos de reconstrução". Já o director provincial das Obras Públicas, Ladislau Machado da Silva, que dissertou o painel "Reconstrução nacional como factor de desenvolvimento".

1.5 - Programa de auto-construção vai beneficiar população vulnerável

Jornal de Angola-18 de Abril de 2006

A direcção provincial do Kwanza-Norte da Assistência e Reinserção Social e Antigos Combatentes está a levar a cabo um programa de auto-construção dirigida, para beneficiar vítimas de calamidades e idosos, bem como para aumentar e melhorar as infra-estruturas infantis.

A directora do pelouro, Lídia Martins, frisou que o projecto começou em Ndalatando, onde já se contemplaram 12 das 40 famílias que ficaram sem casas, em consequência das enxurradas ocorridas em princípios do ano transacto. Afirmou que doravante em residências próprias, cujo processo inicia em Junho, com a edificação das primeiras dez casas, no bairro Sassa. Lídia Martins realçou que os sete mil e 484 idosos controlados beneficiam de cesta básica e outros apoios. Desde Janeiro passado forneceram-se óculos, para correcção da visão, 35 cadeiras de rodas, 12 triciclos manuais e 185 muletas canadianas, principalmente para os internados nos hospitais do Cazengo, Golungo-Alto e Kikulungo.

Ainda de acordo com a responsável local do Minars, na província do Kwanza-Norte 500 anciões são tidos como vulneráveis e alguns são vistos a mendigarem em mercados e artérias, particularmente, em Ndalatando. Na opinião da responsável, a mendicidade deve-se ao desprezo da família, devido a baixa renda e suposta prática de feitiçaria. A direcção provincial do Kwanza-Norte da Assistência e Reinserção Social e Antigos

Combatentes está, igualmente, a levar a cabo acções dirigidas à educação pré-escolar e de inserção de mulheres em tarefas sociais, através dos Programas Comunitários Infantil (PIC) e de Educação (PEC).

Em Ndalatando estão em construção três centros que albergarão no total 210 petizes. Os restantes municípios beneficiarão de um centro, cada, destacando-se o de Kambambe que albergará 100 crianças. No universo das infra-estruturas infantis, a directora Lídia Martins destaca também a reabilitação da única creche de Ndalatando, com capacidade para 105 petizes. A obra, orçada em 875 mil kwanzas, está a ser executada pela empreiteira Magama e Filhos Lda.

Na província do Kwanza-Norte estão controladas seis mil e 370 crianças. No quadro das perspectivas, destaca-se a formação de 10 activistas sociais e 40 educadores pré-escolares, para se juntarem aos 16 existentes.

1.6 - Mais de 700 funcionários beneficiam de micro-créditos

Jornal de Angola-19 de Abril

Mais de 700 funcionários, adstritos aos Ministérios da Educação e da Saúde, nos municípios da Caála e do Bailundo, província do Huambo, estão a beneficiar de micro-crédito para o consumo, no âmbito de um projecto do Banco Sol, de acordo com uma fonte ligada ao aludido Banco.

O projecto vai contemplar, na segunda fase, mais de oitocentos funcionários da função pública, ligados também aos ramos da Saúde e Educação, recaindo a prioridade para enfermeiros e professores, respectivamente. O reembolso, segundo a fonte, será feito com base "em juros competitivos" no mercado local. Futuramente, o referido programa será estendido a comerciantes e pequenos agricultores da província, que devido a guerra, que assolou o país, atravessam dificuldades várias para relançar a sua actividade. O governador do Huambo, Paulo Kassoma, disse, na altura do lançamento do programa, que o micro-crédito de consumo faz parte da política de governação do executivo angolano, cuja finalidade é a diminuição dos índices de pobreza no seio das populações. O Governo pretende, com isso, diminuir a pobreza acentuada que assola algumas populações. Daí o Programa de Micro Crédito se afigura como uma das fórmulas para que os pequenos agricultores, comerciantes e os profissionais ligados à Função Pública possam desenvolver satisfatoriamente as suas actividades. Segundo o vice-presidente do Banco Sol, Coutinho Nobre Miguel, no ano findo, a instituição obteve um lucro de 4 milhões e

250 mil dólares.

"Foi por termos obtido grandes ganhos financeiramente no ano passado que nos sentimos motivados a abrir a agência da cidade do Huambo", disse.

1.7 - Bispos da CEAST favoráveis a maiores investimentos sociais

Jornal terra angolana-Abril de 2006

O Bispo de Saurimo e Administrador Apostólico de Cabinda afirmou durante a Conferência Episcopal de Angola e São Tomé e Príncipe que acaba de ocorrer em Luanda que a Igreja está preocupada com a situação em Cabinda. "Estamos preocupados e estamos a rezar e a ver o que é que poderemos fazer a bem daquela diocese".

A primeira reunião anual dos bispos de Angola a São Tomé terminou em finais de Março em Luanda com reparos à governação do MPLA no que tange às fatias que não são destinadas ao sector social. Os prelados reconhecem os avanços que a economia angolana está a registar mas o mesmo já não é dito em relação aos problemas sociais vividos pelos angolanos.

Pelo menos foi o que ficou subjacente das palavras de Dom Eugénio Dal Corso, bispo de Saurimo e também administrador apostólico de Cabinda. "Nem sempre o crescimento económico significa ao mesmo tempo desenvolvimento e progresso social. Trata-se justamente de ver como os recursos financeiros que o Estado tem devem ser aplicados para o efectivo bom progresso social da vida comum da nossa gente. A igreja católica considera haver uma exploração ilícita dos recursos naturais de Angola, destacando a sua vontade de que a exploração das riquezas naturais concedidas a Angola por Deus deve ser feita segundo critérios de justiça em nome do bem estar das populações e das futuras gerações.

A Igreja católica defendeu na ocasião que a percentagem do OGE que se dá concretamente às escolas e à saúde sejam aumentadas. "Vemos que a maioria do bolo da riqueza de Angola vai mais para os aspectos de segurança e defesa do que para os aspectos de educação e da saúde".

Os bispos de Angola e São Tomé falaram igualmente da necessidade da auto-sustentabilidade da Igreja, sobre o futuro da Rádio Ecclésia à luz da nova Lei de imprensa que admitem ser penalizante para o seu projecto de expansão nacional.

2 - MERCADO INFORMAL E MICROFINANÇAS

1.1 Funcionários públicos beneficiam de crédito.

Jornal de Angola...1 de Abril de 2006

O Banco Sol vai conceder, a partir da próxima semana, créditos ao consumo para funcionários públicos da província do Huambo, segundo fonte da Angop.

A fonte assegurou que o acto inaugural desse produto do Banco Sol acontecerá a 4 de Abril, durante a cerimónia de abertura do primeiro balcão dessa instituição bancária na cidade do Huambo. Numa primeira fase, de acordo com a fonte da Angop, os beneficiários do crédito ao consumo do Banco Sol serão os 370 professores, igual número de enfermeiros e quatro funcionários de cada uma das 37 comunas adstritas à província do Huambo, perfazendo 888 funcionários públicos.

Esta acção do Banco Sol está inserida num programa do Governo, que visa combater a pobreza e a miséria e estimular a fixação de quadros especializados no meio rural. Proprietários de pequenas empresas industriais, comerciais e agrícolas também beneficiarão de créditos do Banco Sol, já no quadro do programa de expansão do crédito.

2.6 Ezequiel João

Jornal o Agora-1 de Abril de 2006

O antigo administrador-adjunto do mercado Roque Santeiro acaba de ser indicado para gerir os destinos do Tunga Ngo, outro mercado informal onde se vende de tudo um pouco, fundamentalmente bens de consumo, de forma atabalhoada.

Ezequiel João mereceu a confiança dos superiores hierárquicos para reorganizar a actividade no Tunga Ngo, caracterizada por uma anarquia sem precedentes, depois de, ao longo dos últimos anos, ter contribuído positivamente com ideias e acções na melhoria do funcionamento de um dos maiores mercados a céu aberto, o Roque Santeiro, onde os índices de assaltos reduziram substancialmente e a higiene também está em certa medida salvaguardada.

No Tunga Ngo, porém, a tarefa não se afigura fácil, mas, Ezequiel, diz quem o conhece bem, não gosta de

recuar diante das dificuldades. Este é mais um desafio colocado diante de si. Se vencer sairá a ganhar a população.

2.7 Quem salva estas «mulheres» de família?

Jornal a Capital-8 de Abril de 2006

O mercado pode congratular-se com esta derradeira derrota infligida às kinguilas. Mas, e o resto da sociedade também deve reagir com a mesma euforia? «A sociedade não pode estar a estimular mecanismos ilegais», comentou Justino Pinto de Andrade confrontado com o impacto que terá sobre a sociedade angolana a extinção dessa classe de operadores do mercado informal.

De uma forma ou de outra, o mercado informal ocupa uma grande franja da população economicamente activa votada ao desemprego. No caso do negócio de compra e venda de moedas, grande parte dos cambistas são, hoje, chefes de família que sustentaram ao longo dos anos as suas vidas com recurso a essas actividades. Estes cambistas fizeram projectos, adquiriram propriedades e mantêm, agora, um nível de vida que é preciso manter. A kinguila Inês, por exemplo, recorda com alguma saudade o tempo em que o fruto do seu «trabalho» permitiu que mobilasse toda a sua casa e que pagasse a sua formação média num colégio privado. Conceição, por sua vez, revelou que comprou um terreno e construiu uma casa na periferia da cidade onde vive com a sua extensa família de que ela é «pai e mãe». Paulo de Almeida, sociólogo, considerou que a extinção das kinguilas vai de certa forma criar alguns constrangimentos à sociedade, porquanto «algumas famílias, que não são nada poucas, perderão a sua fonte de sustento», avançou o especialista. O mesmo temor é partilhado por Inácia, uma cambista que confessa a sua vontade de abandonar a actividade. Porém, afiançou que não o faz por não saber fazer mais outra coisa. «Se tivesse uma outra oportunidade, abandonaria isso», disse ao apontar para o maço de kwanzas que trazia nas mãos.

«A sociedade tem que criar condições para que estas senhoras desenvolvam outras actividades», sugeriu o economista Justino Pinto de Andrade que se mostrou, por outro lado, favorável ao fim paulatino do fenómeno kinguilas. «O câmbio de moedas na rua é ilegal e tem que ser visto como tal».

2.2 O melhor câmbio, apesar da insegurança

Jornal de Angola-10 de Abril de 2006

Formatada: Português (Brasil)

Formatada: Português (Brasil)

Formatada: Português (Brasil)

Formatada: Português (Brasil)

Formatada: Português (Brasil)

Apesar de tudo que se fala aos quatro ventos sobre este mercado, particularmente no que, a (in) segurança diz respeito, pois poucas não são as pessoas, que daí já voltaram despojados dos seus haveres, o processo de troca de moeda é feito sem quaisquer protocolos. Logo à entrada estão, sentados ou apeados, com volumosos maços de Kwanzas, os chamados Kinguilas ou cambistas, lá para suavisar o termo. "Fazemos o melhor câmbio". Em regra é este o seu chamariz. Uma senhora de meia-idade está hesitante, receia a insegurança do meio.

Pede, entretanto, a um conhecido com quem cruza, por casualidade, que o ajude a fazer a necessitada operação cambial. Fê-lo sem problema e vimo-la a se perder na mole de gente que preenche mercado. Vimos também outras pessoas, homens e mulheres, a cambiarem num à vontade total. Talvez sejam também comerciantes do mercado. Sacam das pastas ou aventais notas em dólares" para a operação, cambial sem vacilação. Chegam com um assobio afinado na ponta dos lábios, trocam e se retiram a assobiar. Só podem ser os donos do sítio.

Exercem a actividade de cambista no Roque Santeiro, segundo nossas fontes, mais de 200 pessoas, estando divididas em diferentes ângulos do mercado. É também opinião consensual que o Roque pratica o melhor câmbio em relação a outros lugares da cidade. A nota de USD 100 que em quase em todas as partes, fora dos balcões bancários, é troca da a oito mil Kwanzas aqui está cotada em oito mil e 100 Kwanzas. A registrar, há apenas um inconveniente. Em face da insegurança os cambistas estão sujeitos a suspender a actividade mais cedo.

"Quase todos nós saímos às 17H00, alguns até fazem-no mais cedo. Antes, às vezes, íamos até às 18H00, porém isto já custou caro a muitos de nós". Explicam ao mesmo tempo que elogiam a acção da Polícia, cujo trabalho vem: de um modo ou doutro, desencorajando as acções banditescas.

2.3 Medicamento vendido às escondidas.

Jornal de Angola-10 de Abril de 2006

"Fala minha família temos todo tipo de medicamento". Interpela-nos um homem de estatura média que transpira por todos os poros. Está apeado, e sem algo nas mãos, o que nos causou, à partida, algum espanto. Só depois constatamos que a zona da venda de medicamentos estava desbaratada. Barracas vazias, gente dispersa, enfim o clima era de suspensão.

"Os pólíces estão a dar corrida", alguém elucida-nos.

Percebemos que as Forças da Ordem deviam estar a desenvolver o seu trabalho na esteira da política de desencorajamento da venda de fármacos em lugares não recomendados. Ainda assim, às escondidas, comércio prossegue. O necessitado procede a entrega da receita ao vendedor, aguarda cinco, seis, sete minutos e lá vem a cloroquina, o xarope ou outro fármaco que tenha solicitado. "Não podemos expor as coisas em bancadas", dizem, deixando escapar a ideia de que há um lugar seguro onde guardam ou escondem as coisas.

Suspeitam de tudo de todos. "chapéu vermelho também são", advertem uns aos outros sobre a presença de agentes da Polícia que, à paisana rondam o local. Contrariamente a este cenário, no quarteirão de venda de medicamento tradicional o clima é de total acalmia. "Aqui estas senhoras não têm problema", diz um jovem que, voluntariamente, faz questão de acompanhar-nos a esta área. "Chegam meus irmãos, chegam e perguntam, tem, não tenham vergonha", é com estes dizeres que somos recebidos na bancada de dona Carolina, antiga vendedora do mercado do São Paulo e que há sete anos mudou-se para o Roque Santeiro: Tagarela e simpática vai explicando a utilidade de cada medicamento que expõe na sua bancada.

Há de tudo um pouco: jola miongo, brututo, raízes para cólicas, capim de Deus e até o famoso pau de Cabinda. Muitos, apuramos, recorrem a medicamento tradicional para a cura de várias doenças. Assim se justifica que à pergunta se o negócio era rentável ou não, as tias tenham convergido nas respostas: "é"

2.1 -Venda de resmas de papel é base de sustento de várias famílias

Jornal de Angola-11 de Abril de 2006

FAÇA sol ou chuva, quase diariamente, Lina Saraiva, 32 anos, vê-se obrigada a sair do bairro Popular, local onde vive, até à baixa da cidade para embrenhar-se no negócio da venda de papel e tinteiro, uma actividade que se tornou cada vez mais comum entre as mulheres.

Difícil se torna determinar o número exacto de mulheres que intervêm neste tipo de negócio, naquela parcela da cidade. Sabe-se apenas que são várias e que, no seu íntimo, cada uma tem uma história para contar. Lina Saraiva é disso exemplo. As dificuldades da vida assim traçaram o seu destino. Segundo confidenciou, tanto fez para conseguir um emprego estável, como garantia de um futuro promissor, mas, infelizmente, o seu desejo não passou disso mesmo. "Por mim estaria a

Formatada: Português (Brasil)

trabalhar como funcionária pública se não fossem os entraves que sempre encontrei. Sei que a minha limitação escolar me tem prejudicado, mas ainda assim acredito numa solução", disse.

Contudo, enquanto o seu desejo não se concretiza, pouco lhe resta, senão dar continuidade à actividade que desenvolve. Mãe solteira, desempregada, e, com três filhos para sustentar, nem pensou duas vezes quando uma vizinha a convidou a fazer parte do negócio da compra e revenda de tinteiro e folha de papel A4, dois componentes básicos para a impressão de documentos a partir de um computador. A jovem vendedora tem consciência dos inúmeros constrangimentos que diariamente enfrenta. Só que, há muito desistiu da ideia de abandoná-la, muito por culpa do lucro que conforme diz, já lhe dá a possibilidade de sobreviver.

Suzete, 33 anos, está também inserida no negócio. Naquela manhã, a jovem tinha poucas razões de queixas. O negócio corria-lhe de feição. No entanto, ela reconhece, tal como as demais, que a sorte é algo inconstante nesta actividade. Com bastante mágoa, Suzete recorda o dia em que acabou por perder todo o negócio do dia, devido à uma acção dos fiscais do GPL.

"Nesse dia perdi qualquer coisa com 350 dólares. Nem sei o que seria de mim se não fosse o pouco que possuía em casa e a solidariedade das minhas colegas", lamentou.

Na verdade, desconhece-se o número exacto de mulheres integrantes deste negócio. Estima-se entre 40 a 50, numa lista essencialmente composta por jovens, embora se incluam algumas senhoras. Apesar de um certo receio em abordar o assunto, é ponto assente, entre grande parte das vendedoras, que os principais fornecedores dos artigos que comercializam têm a sua proveniência em organismos públicos e privadas, sob anuência de alguns funcionários.

Moradora no bairro Grafanil, Joana, é mais uma entre as dezenas de vendedoras destes concorridos componentes da impressora. Regra geral, levanta-se às 5H30 minutos, para entre tantos afazeres domésticos chegar perto das 8 horas à baixa de Luanda para trabalhar.

2.2-O melhor câmbio, apesar da insegurança

Journal de Angola 10 de Abril de 2006

~~Apesar de tudo que se fala aos quatro ventos sobre este mercado, particularmente no que, a (in) segurança diz respeito, pois poucas não são as pessoas, que daí já~~

~~voltaram despojados dos seus haveres, o processo de troca de moeda é feito sem quaisquer protocolos. Logo à entrada estão, sentados ou apeados, com volumosas mãos de Kwanzas, os chamados Kinguilas ou cambistas, lá para suavisar o termo. "Fazemos o melhor câmbio". Em regra é este o seu chamariz. Uma senhora de meia idade está hesitante, receia a insegurança do meio.~~

~~Pede, entretanto, a um conhecido com quem cruza, por casualidade, que o ajude a fazer a necessitada operação cambial. Fê-lo sem problema e vimo-la a se perder na mole de gente que preenche mercado. Vimos também outras pessoas, homens e mulheres, a cambiarem num à vontade total. Talvez sejam também comerciantes do mercado. Sacam das pastas ou aventais notas em dólares" para a operação, cambial sem vacilação. Chegam com um assobio afinado na ponta dos lábios, trocam e se retiram a assobiar. Só podem ser os donos do sítio.~~

~~Exercem a actividade de cambista no Roque Santeiro, segundo nossas fontes, mais de 200 pessoas, estando divididas em diferentes ângulos do mercado. É também opinião consensual que o Roque pratica o melhor câmbio em relação a outros lugares da cidade. A nota de USD 100 que em quase em todas as partes, fora dos baleões bancários, é troca da a oito mil Kwanzas aqui está cotada em oito mil e 100 Kwanzas. A registar, há apenas um inconveniente. Em face da insegurança os cambistas estão sujeitos a suspender a actividade mais cedo.~~

~~"Quase todos nós saímos às 17H00, alguns até fazemo no mais cedo. Antes, às vezes, íamos até às 18H00, porém isto já custou caro a muitos de nós". Explicam ao mesmo tempo que elogiam a acção da Polícia, cujo trabalho vem, de um modo ou doutro, desencorajando as acções banditescas.~~

2.3-Medicamento vendido às escondidas.

Journal de Angola 10 de Abril de 2006

~~"Fala minha família temos todo tipo de medicamento". Interpela-nos um homem de estatura média que transpira por todos os poros. Está apeado, e sem algo nas mãos, o que nos causou, à partida, algum espanto. Só depois constatamos que a zona da venda de medicamentos estava desbaratada. Barracas vazias, gente dispersa, enfim o clima era de suspensão.~~

~~"Os pólices estão a dar corrida", alguém elucida-nos. Percebemos que as Forças da Ordem deviam estar a desenvolver o seu trabalho na esteira da política de desencorajamento da venda de fármacos em lugares~~

~~não recomendados. Ainda assim, às escondidas, comércio prossegue. O necessitado procede à entrega da receita ao vendedor, aguarda cinco, seis, sete minutos e lá vem a cloroquina, o xarope ou outro fármaco que tenha solicitado. "Não podemos expor as coisas em bancadas", dizem, deixando escapar a ideia de que há um lugar seguro onde guardam ou escondem as coisas.~~

~~Suspeitam de tudo de todos. "chapéu vermelho também são", advertem uns aos outros sobre a presença de agentes da Polícia que, à paisana rondam o local. Contrariamente a este cenário, no quarteirão de venda de medicamento tradicional o clima é de total a calma. "Aqui estas senhoras não têm problema", diz um jovem que, voluntariamente, faz questão de acompanhar nos a esta área. "Chegam meus irmãos, chegam e perguntam, tem, não tenham vergonha", é com estes dizeres que somos recebidos na bancada de dona Carolina, antiga vendedora do mercado do São Paulo e que há sete anos mudou-se para o Roque Santeiro. Tagarela e simpática vai explicando a utilidade de cada medicamento que expõe na sua bancada.~~

~~Há de tudo um pouco: jola miongo, brututo, raízes para cólicas, capim de Deus e até o famoso pau de Cabinda. Muitos, apuramos, recorrem a medicamento tradicional para a cura de várias doenças. Assim se justifica que à pergunta se o negócio era rentável ou não, as tias tenham convergido nas respostas: "é"~~

2.4_Empresários insatisfeitos com mercados informais

Jornal de Angola-15 de Abril de 2006

A proliferação de mercados informais na província da Huíla está a preocupar a classe empresarial, que exige das autoridades medidas para disciplinar tal actividade.

Em declarações ontem à Angop, o presidente da Associação Agro-pecuária Comercial e Industrial da Huíla (AAPCIL), António de Lemos, disse que na província a actividade ligada ao comércio formal está a ser "engolidá" pela informal, que, segundo ele, é o responsável pelos elevados, casos de fuga ao fisco, práticas que lesam a economia nacional. Adiantou que estas situações fazem com que as empresas percam altas somas em dinheiro, "porque não se pode de maneira alguma competir com eles", disse.

"O mercado informal, embora eu reconheça que não podemos lhe combater como simples mercado, bastaria que se disciplinasse esta actividade, para que não competisse de forma desleal com o formal, mas devo dizer que o mercado informal é o cancro do

desenvolvimento económico de Angola, porque ali se comercializa de tudo e maior parte das mercadorias sabemos que entra sem pagar impostos", referiu a fonte.

António de Lemos sugeriu ser necessário que se trate o mercado informal com as mesmas exigências com que os órgãos de fiscalização tratam as empresas. "Nós somos confrontados diariamente com fiscalizações de todo tipo, Polícia Económica, Saúde, Bombeiros e Comércio. Toda gente faz fiscalização às empresas e no mercado informal ninguém entra".

"(...) eu continuo convicto de que a economia de Angola não pode desenvolver com os mercados informais a crescerem de forma selvagem e sem controlo absolutamente nenhum", concluiu. A província da Huíla, tida como terceiro maior parque industrial de Angola, depois de Luanda e Benguela, possui uma rede constituída por mais de 70 fábricas, nomeadamente, nos ramos extractivo, alimentar, materiais de construção, tabacos, entre outras, e cerca de 800 estabelecimentos comerciais.

No ramo agro-pecuário, a Huíla ocupa o primeiro lugar, com um efectivo ganadeiro estimado em mais de três milhões de cabeças. Tem uma superfície agrícola calculada em pelo menos 900 mil hectares, onde se produz em média por ano cerca de 700 mil toneladas de cereais, citrinos, hortícolas, tubérculos, entre outros.

2.5_Venda de material de construção civil aumenta no Kikolo.

Jornal de Angola-17 de Abril de 2006

A comercialização de material de construção civil está acentuar-se cada vez mais no mercado do Kikolo, sito no município de Cacucaco, em Luanda, que conta com mais de três mil vendedores, na sua maioria mulheres.

São várias as pessoas, singulares e colectivas, que acorrem aquele mercado com intuito de adquirirem material de construção como madeira, portas, pregos, tintas, cimento, blocos de cimento, malha sol e outros, como constámos. No entanto, a Administração do mercado continua a receber pedidos para a concessão de um lugar para a venda desses materiais. Para uma melhor organização de venda dos referidos materiais, a Administração do mercado do Kikolo organizou as áreas em quarteirões. "Essa organização foi feita com o objectivo de facilitar os compradores, aqueles que vêm aqui adquirir produtos.

Quer dizer se alguém pretende comprar madeira vai ao

quarteirão de material de construção civil. Se alguém pretender comprar peixe ou carne vai ao sector de produtos perecíveis e assim em diante", explicou o administrador do mercado, Raúl Bonifácio Mamede da Silva. Para uma melhor imagem, organização e segurança para os clientes a Administração trabalha com fiscais, coordenadores de quarteirões. "O mercado é grande e tem tendência a crescer, logo há uma necessidade de organização e felizmente temos conseguido esta organização. O pessoal que trabalha connosco têm uniformes para serem identificados, isto é quando prestam um bom serviço, assim como quando violam um artigo do nosso regulamento ", referiu. A Administração ao mercado do Kikolo, além de manter uma organização do mesmo, está apostada na formação das vendedoras. "Construímos um jango aqui a escassos metros do mercado onde se tem dado aulas de alfabetização aos vendedores e vendedoras iletradas", precisou Raúl da Silva. Além da alfabetização, cujos alfabetizadores são fiscais e coordenadores de quarteirões que possuem um nível académico acima da sexta classe, o referido jango tem, também, servido para à realização de palestras sobre o perigo do HIV/Sida assim como do surto da cólera.

"Além da comercialização, temos sensibilizado as pessoas no sentido de aprenderem a ler e a escrever, as, sim como assistir as palestras, porque hoje o mundo é globalizado e não basta apenas, o negócio. É preciso ter, também, conhecimento, que é a chave do desenvolvimento. Aqui no Kikolo a nossa luta é que todos os vendedores, além da actividade que exercem, adquiram conhecimentos", pontualizou. Recorde-se que, a Administração do mercado do (Kikolo adoptou um novo modelo de recolha de resíduo sólido. Para o administrador do referido mercado, manter a higiene do mercado do Kikolo, dado o surto da epidemia da cólera que se está a alastrar em Luanda, e não só, é uma das apostas. No entanto, foram construídos vários balneários públicos onde vendedores "e Clientes fazem uso. Para a garantia da referida actividade, a direcção do mercado em causa, conta com o apoio da Administração municipal de Cacucaco, que disponibilizou catorze carros de mãos e outros materiais para se manter o mercado limpo.

"Nos próximos dias, vamos receber um meio para facilitar ainda mais a recolha de lixo. Esse meio virá da Administração de Cacucaco. Além da Administração, a Direcção Provincial de Mercados e Feiras do Governo Provincial de Luanda (GPL) tem dado o seu apoio", concluiu.

1.4 Governante defende micro-créditos para jovens

Journal de Angola-18 de Abril de 2006

O vice-governador do Kwanza-Norte para a Esfera Económica, Manuel de Abreu Pereira da Silva, assegurou ontem, em N'dalatando, que o governo local iria influenciar os responsáveis dos bancos representados nesta província a concederem micro-créditos para financiamento de projectos aos jovens da localidade.

Manuel de Abreu, que falava durante o Workshop sobre "A participação da juventude no processo de reconstrução nacional", organizado pelo Secretariado Nacional da JMPLA, sublinhou, entretanto, que só seriam contemplados os jovens que apresentassem projectos executáveis. Estão representados no Kwanza-Norte os bancos BPC, BAI e BCI, tendo Manuel de Abreu assegurado que o governo local iria contactá-los para a possibilidade de concessão dos referidos micro-créditos. Tal como em todas as províncias do país, o desemprego constitui um dos problemas que afecta a juventude do Kwanza-Norte. Entretanto, a situação tem sido minimizada com ingresso de alguns jovens à função pública. Ainda assim, a procura é maior que a oferta.

O ano passado foram enquadrados na função pública mais de dois mil jovens, prevendo-se para este ano a entrada de mais 411, segundo dados avançados pelo director provincial do Instituto Nacional de Emprego e Formação Profissional (INEFOP). João António Gaspar. Para tal, de acordo ainda com este responsável, prevê-se também a criação de mais postos de trabalho.

João Gaspar dissertou o painel sobre "Formação de quadros para a prossecução de projectos", enquanto o vice-governador para a Esfera Económica, Manuel de Abreu, falou sobre "A perspectivas e participação da juventude nos projectos de reconstrução". Já o director provincial das Obras Públicas, Ladislau Machado da Silva, que dissertou o painel "Reconstrução nacional como factor de desenvolvimento".

1.6 Mais de 700 funcionários beneficiam de micro-créditos

Journal de Angola-19 de Abril

Mais de 700 funcionários, adstritos aos Ministérios da Educação e da Saúde, nos municípios da Caála e do Bailundo, província do Huambo, estão a beneficiar de micro-crédito para o consumo, no âmbito de um projecto do Banco Sol, de acordo com uma fonte ligada ao aludido Banco.

O projecto vai contemplar, na segunda fase, mais de

Formatada: Português (Brasil)

Formatada: Português (Brasil)

oitocentos funcionários da função pública, ligados também aos ramos da Saúde e Educação, recaindo a prioridade para enfermeiros e professores, respectivamente. O reembolso, segundo a fonte, será feito com base "em juros competitivos" no mercado local. Futuramente, o referido programa será estendido a comerciantes e pequenos agricultores da província, que devido a guerra, que assolou o país, atravessam dificuldades várias para relançar a sua actividade. O governador do Huambo, Paulo Kassoma, disse, na altura do lançamento do programa, que o micro-crédito de consumo faz parte da política de governação do executivo angolano, cuja finalidade é a diminuição dos índices de pobreza no seio das populações. O Governo pretende, com isso, diminuir a pobreza acentuada que assola algumas populações. Daí o Programa de Micro Crédito se afigura como uma das fórmulas para que os pequenos agricultores, comerciantes e os profissionais ligados à Função Pública possam desenvolver satisfatoriamente as suas actividades. Segundo o vice-presidente do Banco Sol, Coutinho Nobre Miguel, no ano findo, a instituição obteve um lucro de 4 milhões e 250 mil dólares.

"Foi por termos obtido grandes ganhos financeiramente no ano passado que nos sentimos motivados a abrir a agência da cidade do Huambo", disse.

2.6-Ezequiel João

Journal o Agora 1 de Abril de 2006

O antigo administrador adjunto do mercado Roque Santeiro acaba de ser indicado para gerir os destinos do Tunga Ngo, outro mercado informal onde se vende de tudo um pouco, fundamentalmente bens de consumo, de forma atabalhoada.

Ezequiel João mereceu a confiança dos superiores hierárquicos para reorganizar a actividade no Tunga Ngo, caracterizada por uma anarquia sem precedentes; depois de, ao longo dos últimos anos, ter contribuído positivamente com ideias e acções na melhoria do funcionamento de um dos maiores mercados a céu aberto, o Roque Santeiro, onde os índices de assaltos reduziram substancialmente e a higiene também está em certa medida salvaguardada.

No Tunga Ngo, porém, a tarefa não se afigura fácil; mas, Ezequiel, diz quem o conhece bem, não gosta de recuar diante das dificuldades. Este é mais um desafio colocado diante de si. Se vencer sairá a ganhar a população.

2.7-Quem salva estas «mulheres» de família?

Journal a Capital 8 de Abril de 2006

O mercado pode congratular-se com esta derradeira derrota infligida às linguiças. Mas, e o resto da sociedade também deve reagir com a mesma euforia? «A sociedade não pode estar a estimular mecanismos ilegais», comentou Justino Pinto de Andrade confrontado com o impacto que terá sobre a sociedade angolana a extinção dessa classe de operadores do mercado informal.

De uma forma ou de outra, o mercado informal ocupa uma grande franja da população economicamente activa votada ao desemprego. No caso do negócio de compra e venda de moedas, grande parte dos cambistas são, hoje, chefes de família que sustentaram ao longo dos anos as suas vidas com recurso a essas actividades. Estes cambistas fizeram projectos, adquiriram propriedades e mantêm, agora, um nível de vida que é preciso manter. A linguiça Inês, por exemplo, recorda com alguma saudade o tempo em que o fruto do seu «trabalho» permitiu que mobilasse toda a sua casa e que pagasse a sua formação média num colégio privado. Conceição, por sua vez, revelou que comprou um terreno e construiu uma casa na periferia da cidade onde vive com a sua extensa família de que ela é «pai e mãe». Paulo de Almeida, sociólogo, considerou que a extinção das linguiças vai de certa forma criar alguns constrangimentos à sociedade, porquanto «algumas famílias, que não são nada poucas, perderão a sua fonte de sustento»; avançou o especialista. O mesmo temor é partilhado por Inácia, uma cambista que confessa a sua vontade de abandonar a actividade. Porém, apanhou que não o faz por não saber fazer mais outra coisa. «Se tivesse uma outra oportunidade, abandonaria isso», disse ao apontar para o maço de kwanzas que trazia nas mãos.

«A sociedade tem que criar condições para que estas senhoras desenvolvam outras actividades», sugeriu o economista Justino Pinto de Andrade que se mostrou, por outro lado, favorável ao fim paulatino do fenómeno linguiças. «O câmbio de moedas na rua é ilegal e tem que ser visto como tal».

3 - GOVERNAÇÃO E DESCENTRALIZAÇÃO

3.1 - Vice de Luanda vai prestar maior atenção às obras do Rangel

Jornal de Angola-19 de Abril de 2006

O vice-governador de Luanda para a área técnica, Bento Soyto, pediu aos funcionários das diferentes instituições estatais, no município do Rangel, uma maior atenção e responsabilidade para com as obras aí a serem efectuadas.

Bento Sayto formulou o pedido durante uma reunião destinada a traçar as estratégias de intervenção nas obras de reabilitação a serem implementadas pelo Governo Provincial de Luanda (GPL), através do Programa de Investimentos Públicos (PIB) e com a actuação dos chineses. Explicou que durante as obras de restauro, acompanhará mais o Rangel por ter sido nomeado pelo governador de Luanda, Job Capapinha, coordenador do grupo de acompanhamento dos trabalhos neste município. Em função das disponibilidades financeiras do GPL, disse, o PIB será implementado numa primeira fase, em áreas de carácter de emergência, como na reabilitação das ruas principais e secundárias, requalificação de comunas e à iluminação pública.

O grupo de acompanhamento, coordenado pelo vice-governador Bento Soyto, terá a missão de controlar, fiscalizar, acompanhar e definir tarefas individuais e acções estratégicas com vista a permitir o andamento eficaz das obras.

3.2 - Namibe tem 942 milhões de Kwanzas para projectos sociais

Jornal de Angola-6 de Abril de 2006

O governo da província do Namibe está empenhado, este ano, na execução de vários projectos sociais com base no orçamento previsto, estimado em 942 milhões de kwanzas.

A verba enquadra-se no orçamento aprovado pelo Governo central para o biénio (2005/2006), avaliado em um bilião 840 milhões de kwanzas, equivalente em 20 milhões de dólares americanos. Segundo uma nota do Gabinete de Estudos, Planeamento e Estatística do governo da província do Namibe, estão em curso, esse ano, 13 projectos, com maior destaque à construção de

duas escolas com 12 salas na sede provincial e na vila pesqueira do Tômbwa. Destaca-se, igualmente, a construção de uma escola primária de seis salas na comuna pesqueira da Lucira, a construção de 20 casas no município do Virei e de um hospital materno-infantil na cidade do Namibe.

Segundo ainda a fonte, foram dados como concluídos, durante o ano transacto, 14 projectos sociais; com maior realce à construção de uma central térmica de 300 KVA na sede municipal da Bibala, do laboratório provincial da saúde, ampliação do hospital sanatório do Namibe e reabilitação de 38.3 quilómetros de estrada asfaltada da cidade do Namibe.

A estratégia dessas acções, segundo o documento, baseia-se no desenvolvimento centrado em 12 eixos de intervenção, com objectivo de diminuir o número de crianças fora do sistema de ensino, melhorar a prestação de serviços de saúde, fomentar a actividade económica e o emprego, bem como aumentar a produção e a produtividade agro-pecuária, da pesca e o fornecimento de água.

3.3 - Bengo cria mais de dois mil postos de trabalho

Jornal de Angola-14 de Abril de 2006

MAIS de dois mil novos postos de trabalho serão oferecidos à juventude da província do Bengo até o próximo ano, com a construção de vários empreendimentos de carácter socio-económico.

Esta informação foi dada ontem, no município de Icolo e Bengo, pelo delegado provincial do Ministério da Administração Pública Emprego e Segurança Social, Adão Rodrigues, por ocasião da visita que o ministro da Juventude e Desportos, José Marcos Barrica, efectuou àquela província, no âmbito das comemorações do 14 de Abril, Dia da Juventude Angolana. De acordo com Adão Rodrigues, o governo local, no quadro das políticas de desenvolvimento, tem vindo a definir programas gerais e sectoriais, que se consubstanciam na implementação de uma nova dinâmica a nível do sector produtivo com o propósito empregos.

Para assinalar a efeméride, o ministro da Juventude e Desportos, Marcos Barrica, visitou ontem vários empreendimentos de carácter sócio-económico, no município de Icolo e Bengo, entre os quais as fábricas de águas e cerâmica, no Bom Jesus, as obras de construção da estação de comboio, na comuna de Catete, um projecto habitacional que prevê a construção de cerca de três mil casas. Na ocasião indicou que a visita ora efectuada foi intencional, por ser esta uma área que

abarca um número considerável jovens a nível do emprego, porque o lema desta data, visa fundamentalmente apelar à juventude para a sua participação, no processo de reconstrução nacional. O governante mostrou-se satisfeito com as obras de construção em curso nos domínios da construção civil e obras públicas, que na sua opinião, vai servir fundamentalmente para a criação de mais postos de trabalhos a nível local.

"Quem ganha com tudo é a juventude, porque muitos deles vão no seu primeiro emprego. Isso, é bom, porque o período de paz que o país vive é de melhores perspectivas de vida para os jovens", acrescentou.

Nos quatro anos de paz efectiva que o país alcançou, afirmou, são já visíveis os sucessos obtidos nos domínios da educação e do ensino, da saúde, da formação provincial e do emprego, com benefício directo para os jovens.

3.4 - População contesta governação

Jornal o angolense-15 de Abril de 2006

A governação do administrador Rafael Chingachiwa está a ser questionada pela população do município do Porto Amboim. Em causa está a ausência dos principais serviços básicos, água, energia eléctrica e assistência médica.

O Porto Amboim, antiga "Benguela Velha", está mergulhada numa profunda letargia, face a falta de projectos de desenvolvimento comunitários no município. A acusação é de alguns munícipes agastados com a situação. O estado dos bairros, de acordo com a fonte é considerado débil, pois na época chuvosa os mesmos, bem como a própria sede municipal ficam inundados, dificultando a circulação de pessoas e bens. "A situação é preocupante, o município está abandonado, a governação virou às costas a população", disse um ancião. Os populares contestam também o aspecto que a referida cidade apresenta, já que durante o conflito armado, o "bombear" dos canhões não ter atingido àquela parcela do território angolano. "O aspecto deste município é de uma cidade martirizada, as árvores secaram e o jardim desapareceu. Numa só palavra, a cidade está partida", corroborou um outro morador.

Uma fonte ligada a administração municipal garantiu que a governação de Rafael não é só contestada pela população, mas também pelos seus colaboradores mais próximos. O mesmo é acusado de tomar medidas unilaterais. "Relega para último plano os seus colaboradores mais próximos, não dá cavaco a

ninguém", denunciou a fonte. Mais adiante a fonte acusou o administrador de dar destino incerto as receitas provenientes dos chafarizes e mercados.

O leque de acusações está igualmente relacionado com as verbas alocadas ao município, cujas justificações não são fiáveis. A fonte que temos vindo a citar fala em valores avultados, tendo citado como exemplo o balancete de fornecedores de 2005 e um outro documento denominado "Remanescente da Quota Financeira" datado de 3 de Fevereiro de 2006. "As justificações dos valores remanescentes apresentados pelo administrador não correspondem a verdade, os dados nele mencionados são forjados", frisou a fonte.

Para a operação considerada de "desvio de fundos", o administrador usa o rótulo de uma empresa denominada "Cioc Telenforma, Ld". "Esta empresa é fantasma, o objectivo da mesma é roubar os fundos do Estado. O administrador tem a colaboração de um alto funcionário do seu gabinete", assegurou a fonte.

O mesmo é igualmente acusado de abusar das verbas do município, em benefício próprio. "Os fundos do Estado não podem ser usados desta forma, não são alocados para estes fins", alertou a fonte. Fez saber ainda a fonte que o Governador local tem conhecimento deste problema, pois, por várias vezes foi alertado sobre os desvios de fundos e outros problemas que afectam o município.

Todos esforços para ouvir o administrador local não surtiram efeito, pelo que voltaremos ao assunto nas próximas edições.

3.5 - Governo procura parceria

Jornal o Crescimento do Sul-15 de Abril de 2006

~~Quando apresentava ao Primeiro-ministro português o essencial do projecto em referência, Joaquim Sebastião revelou que o Governo angolano está empenhado na busca de parcerias para a construção de uma nova ponte sobre o rio Catumbela.~~

~~Se forem cumpridos os prazos estabelecidos, a ampliação da estrada estará concluída em Agosto de 2007. É já um dado adquirido que mesmo com a adjudicação dos trabalhos para construção de uma nova ponte antes desta data, a via rápida estará à disposição da população mas a estrutura sobre o rio Catumbela continuará degradada. Por esta razão é que Joaquim Sebastião falou em "pomo de estrangulamento". Em resposta, o Eng. Amónio Mota, gerente da Motaengil, empresa que executa o projecto, salientou apenas que o objectivo é cumprir com a meta, Agosto de 2007.~~

Apesar de estar clara a intenção das autoridades angolanas, até porque o ministro Higinio Carneiro já havia garantido a existência de uma relação directa entre a futura via rápida e a construção de uma nova ponte, António Mota preferiu não avançar pormenores, deixando antever que o essencial é a estrada Benguela/Lobito.

Por outro, descartou a possibilidade de se concluir com os trabalhos antes da data prevista, conforme pretensão do Governo, salientando que as chuvas são um dos factores que podem dificultar a empreitada. De acordo com o que o Cruzeiro do Sul apurou, se não houver alteração do preço da matéria-prima no mercado internacional, a construção de uma nova ponte sobre o rio Catumbela custará cerca de 20 milhões de dólares, mais cinco em relação ao custo da ponte sobre o Cavaço.

A estrada Benguela/Lobito, vale recordar, terá 17 metros de cumprimento e quatro faixas de rodagem. Dezanove milhões de Euros é o valor do projecto. Fica agora por se saber se a Motaengil entrará na corrida para construção de uma nova ponte sobre o rio Catumbela, sabendo-se já que a estrutura actual tem sido interdita ao tráfego por causa do avançado estado de degradação. Na edição número dois do CS, refira-se, Osvaldo Santos, industrial de construção civil, chamou atenção para o perigo que a mesma representa. "A ponte até já começou a ruir, daí que as autoridades competentes tenham de prestar maior atenção ao problema", disse na altura.

De resto, o Primeiro ministro português, José Sócrates, enalteceu as qualidades da Motaengil e do seu proprietário, António Mota, como que a garantir ao seu homólogo angolano, Fernando da Piedade Dias dos Santos, a disponibilidade da firma para futuras empreitadas. Noutra vertente, o chefe do Governo português inteirou-se também dos trabalhos preliminares para a construção de uma nova fábrica de cimento, nas imediações da já existente, a Sécil, que surgiu na sequência de um protocolo de entendimento entre Portugal e Angola. Esteve também na Catumbela, onde foi informado sobre a participação da ANEM, uma ONG lusa que presta assistência técnica ao EVOKYO, um centro de formação profissional que opera nas áreas de carpintaria, electricidade, electro-mecânica e serralharia. Desde 2002, altura em que abriu as portas, formou já um total de 300 jovens em diversas áreas, estando actualmente com 60 novos formandos.

3.6-Governo disponibiliza viaturas para combate à cólera

Journal o Independente 15 de Abril de 2006

O Governo do Kwanza Norte disponibilizou, recentemente, oito viaturas de marca "Land Rover" à Direcção Provincial da Saúde local para apoiar os activistas sanitários e recolha de doentes infecta dos pela cólera em Ndalatando.

A informação foi prestada à Angop pelo supervisor provincial de Saúde Pública, Alfredo Caetano, referindo que os meios recebidos irão reforçar a transportação dos pacientes de cólera da periferia para o hospital local, tarefa que antes era efectuada por uma única ambulância. Alfredo Caetano reafirmou a determinação das autoridades sanitárias da província de intensificarem as campanhas de sensibilização para o combate a cólera, através de 308 mobilizadores de saúde pública que já trabalham em todos os bairros e arredores de Ndalatando.

Por outro lado, o responsável fez saber ainda que, entre os mobilizadores, sociais constam líderes tradicionais, religiosos, parceiros tradicionais e voluntários. Segundo o responsável, a doença está a generalizada em toda a periferia e localidades situadas até 17 quilómetros de Ndalatando, assinalando que os bairros Sambizanga, Kilamba Kiaki, 28 de Agosto e 11 de Novembro são os mais afectados pela epidemia. A manutenção de cadáveres por mais de 24 horas nas respectivas residências, a observância de rituais como dar banho e abraçar os mortos, as deficientes condições de saneamento, o uso e consumo de água imprópria constituem, de acordo com Alfredo Caetano, as principais causas do alastramento da cólera.

Até as primeiras horas de quarta-feira, 12, estavam totalizados, em Ndalatando, 70 óbitos resultantes da epidemia, sendo 34 extra-hospitalares, em 690 casos registados desde 20 de Março, altura em que foi declarado o surto na província.

3.7-Governo da província admite ser difícil resolver o problema

Journal angolense 8 de Abril de 2006

As Primeiras Jornadas Técnicas Sobre os Transportes Colectivos da Cidade de Luanda, mereceram um vivo interesse por parte dos participantes que se fizeram presentes à sala de conferências da Filda durante os dias 27 e 28 da semana que findou.

Este foi um encontro dominado pelas diferentes leituras e explicações que dão, quer aos departamentos do Governo Provincial afins, quer a Unidade de Trânsito de Luanda e taxistas, indicativos sobre a situação actual do trânsito em Luanda. O lema para esta iniciativa foi

"Repensemos a Circulação Rodoviária da Capital". Esta instituição representante do governo na província de Luanda, começa mesmo por reconhecer que "o quadro do trânsito rodoviário na província se apresenta congestionado e que não existem saídas rápidas que possam ser utilizadas com eficiência".

Os vários intervenientes no encontro concentraram-se bastante em apontar as causas do problema. Mas não ficaram dúvidas de que a decisão final para a resolução deste problema está ainda com o Governo de Luanda, que admite que "a circulação automóvel está cada vez pior e mais densa o que torna cada vez mais difícil equacionar soluções para escoar o trânsito interno". Foi ainda o Governo de Luanda, como também ficou patente, que elegeu os taxistas como aqueles que "constituem hoje a maior dificuldade de gestão em todos os domínios e em particular ressalta-se a conduta na via pública, assim como o desrespeito das mais básicas normas de transportação colectiva" refere, assim o Memorando do Seminário Provincial Sobre a Reorganização do Sector dos Transportes Colectivos e Rodoviários de Luanda.

Entretanto já a Unidade de Trânsito, que teve primazia na abertura do primeiro painel de discussões, preferiu abordar a situação do trânsito em Luanda de forma mais abrangente. Na pessoa do seu comandante em exercício, o Superintendente Jorge Bengue, revelou as grandes dificuldades com que se defronta a unidade de trânsito no dia a dia rodoviário em Luanda, começando pelos factores de desestabilização da circulação rodoviária.

Foram apontados como alguns destes factores o crescimento populacional na cidade, o surgimento das zonas suburbanas e peri urbanas. A centralização dos serviços no centro da cidade, o que leva a que seja necessário se deslocar ao centro da cidade para qualquer necessidade que se tenha e a falta de vias rápidas que liguem as periferias de Luanda entre si, levando a que não seja preciso, como tem acontecido, recorrer ao centro da cidade quando o interesse é chegar às zonas periféricas. Ficou contudo patente que existe uma falta de integração da cidade de Luanda, quer entre municípios quer entre províncias limítrofes.

O Engenheiro Hereulano, do Instituto Nacional de Estradas (INEA) é de opinião que a construção de uma estrada circular facilitaria em grande medida o acesso à cidade. O que também levaria a que fosse possível não precisar de se passar pelo centro da cidade quando os automobilistas virem de uma zona periférica e desejarem ir para outra. Com a ajuda de slides e projecção telegráfica, ilustrou-se aos presentes o rol de insuficiências em termos estruturais de que as vias

públicas ainda carecem para melhoria do trânsito tais como a degradação das vias de circulação, a fraca sinalização, a de pouca sinalização informática e a não existência de paragens para os táxis colectivos. A sugestão da criação de uma estrutura capaz de coordenar em rede todas as instituições que intervêm na problemática rodoviária, foi bem recebida, tendo mesmo sido anunciado pelo vice governador da capital, que o Governo Provincial de Luanda tem em carteira a criação do Instituto de Gestão Urbana.

Tal organismo que se prevê que integre diversos sectores quer do Estado como da sociedade civil com o objectivo de melhor ir acompanhando a evolução dos problemas ligados à cidade e ir dando respostas a estes com uma maior participação e integridade.

4 - ELEIÇÕES E EDUCAÇÃO CÍVICA

4.1 Huambo Rede Eleitoral organiza encontro entre cidadãos e partidos políticos

Jornal, o Cruzeiro do Sul-1 de Abril de 2006

Um encontro promovido pela Rede Eleitoral no Huambo, entre as distintas formações políticas com assento parlamentar representadas nesta província, estava marcado para esta sexta-feira, 31. Segundo o administrador da RE/Huambo, Raimundo Santa Rosa, com o evento se pretende dar uma oportunidade aos cidadãos do Huambo de colocarem as suas inquietações aos partidos políticos.

Entende a RE/Huambo que actualmente a democracia não é sentida à todos os níveis, verificando-se uma distância entre políticos, quando estes deviam servir os interesses dos cidadãos e trabalhar com eles. "Não pode haver afastamento. Vamos criar esse espaço para que os cidadãos tenham oportunidade de questionar alguns problemas", sublinhou Santa Rosa.

Em abordagem estarão temas como a saúde, educação, infra-estruturas e a convivência entre partidos políticos. "No fundo, pretendemos dar às pessoas a oportunidade de saberem quais são os programas e ambições dos partidos políticos com relação à população angolana", acrescentou. Para além dos cinco partidos com acento parlamentar com excepção da FNLA, do PRD e, provavelmente, do PAJOCA, cujos representantes iriam de Luanda, contava-se também com a presença da embaixadora dos Estados Unidos da América e outras individualidades.

A RE/Huambo trabalha em quatro dos 11 municípios da província e numa das 37 comunas, designadamente, Chicala Cholohanga, Ecuinha (comuna), Caála, Longonjo e no município sede. Na sua acção, a RE/Huambo educa a população para o registo eleitoral dizendo como devem aderir ao registo e, para completar, inclui temas sobre a importância da democracia e das eleições e quais os proveitos para o país.

Até ao momento já realizou 160 encontros comunitários centrados na comunicação inter-pessoal que abrangeram 13 mil pessoas. Até ao fim de Março conta atingir 14-15 mil pessoas beneficiadas com

informação cívica eleitoral.

4.2 Registo eleitoral arranca no final de Maio

Jornal o Cruzeiro do Sul-1 de Abril de 2006

O registo eleitoral deve arrancar em finais de Maio. O Governo só poderá anunciar a data depois do pronunciamiento da supervisora do processo, o que não ocorrerá antes do 5 de Abril.

Depois disso, haverá ainda uma reunião do conselho de ministros na qual o Governo anunciará então a data. Pela lei do registo o Governo não poderá avançar com o registo sem antes realizar um programa de educação cívica, que, por sua vez, deve ser anunciado e executado com um prazo mínimo de trinta dias de diferença do arranque do registo. Mesmo que a educação cívica arranque a 15 de Abril, o registo só teria lugar na segunda quinzena de Maio, empurrando-se assim os prazos para finais de Maio ou, se houver atrasos, a primeira quinzena de Junho.

A Comissão Nacional Eleitoral (CNE) poderá aprovar o programa do registo eleitoral na próxima semana. Esta a etapa que falta para que o Governo possa então anunciar a data de início e os prazos do registo eleitoral. A CNE, reunida esta semana, voltou a apreciar a nova proposta da Comissão Interministerial para o Processo Eleitoral (CIPE) na qual são apresentadas já o mapeamento das brigadas, a solução tecnológica para o registo e a o plano de desminagem. O porta-voz do órgão supervisor das eleições, Adão de Almeida, confirmou que a aprovação em referência será antecedida de um encontro para esclarecimentos finais entre a CNE e a CIPE.

Segundo Adão de Almeida CNE considerou satisfatória a proposta da CIPE, mas entendeu que subsistem algumas dúvidas sobre o processo de recrutamento e selecção dos brigadistas. O processo de formação de brigadistas deve começar no início de Abril e será organizado pelo Consorcio Técnico Eleitoral, a entidade vencedora do concurso para a organização do registo eleitoral. De acordo com o director geral adjunto do CTE, António José Carvalho, citado pelo Jornal de Angola, a formação vai nesta fase abranger técnicos, chefes de brigadas e brigadistas.

A desminagem vista como um dos prováveis óbices para o registo eleitoral conheceu esta semana novos desenvolvimentos. O Governo anunciou que vai realizar até 2007 um Programa operativo de desminagem para a recuperação das infra estruturas e a reposição do equipamento social destruído. Falando no

Formatada: Português (Brasil)

Formatada: Português (Brasil)

[workshop sobre a desminagem para a reconstrução nacional e apoio ao processo eleitoral, o ministro João Baptista Kussumua afirmou que o novo programa vai permitir encara-la como uma questão estrategicamente séria e evitar perdas de vidas humanas. O programa está ainda a ser visto como um factor catalisador da economia nacional porque vai abrir espaço para a intervenção do empresariado nacional e integração da mão-de-obra, para além da melhoria da livre circulação de pessoas e bens.](#)

4.3 OPA e MED lançam campanha de educação moral e cívica

Jornal de Angola...3 de Abril de 2006

[A Organização de Pioneiros Agostinho Neto \(OPA\) e o Ministério da Educação vão dar início hoje a uma campanha de educação moral e cívica a decorrer em diferentes estabelecimentos de ensino.](#)

[O acto de lançamento da campanha vai ter lugar no IMEL \(Instituto Médio de Economia de Luanda\), e será presidido pelo presidente da OPA, António Rosa, que vai proferir Uma palestra subordinada ao tema "Vamos aprender as boas maneiras e os bons hábitos". Durante o acto de lançamento da campanha será distribuído um manual sobre "As boas maneiras e os bons hábitos".](#)

4.41 -Eleições vão ser realizadas " dentro de pouco tempo"

Jornal de Angola-6 de Abril de 2006

O presidente da República afirmou ontem, em Luanda, que as eleições no país serão realizadas "dentro de pouco tempo, este ano ou no próximo, o mais tardar".

Em declarações à imprensa, depois da assinatura de alguns acordos de cooperação entre os Governos de Angola e de Portugal, no quadro da visita do primeiro ministro português, José Sócrates, Dos Santos disse que o Governo e outras instituições do Estado estão a preparar as condições para a realização de eleições.

"Dentro de pouco tempo, este ano ou no próximo ano, o mais tardar, serão realizadas eleições em Angola", declarou o Chefe de Estado. O Chefe do Governo angolano adiantou que a Comissão Nacional Eleitoral (CNE) está a trabalhar, e apresentará ao Presidente da República o seu relatório para que este, nos termos da lei, possa convocar as eleições. Interrogado, já na fase

de perguntas e respostas, sobre a data exacta para a realização das eleições em Angola, Dos Santos disse que o Presidente da República aguarda pelo relatório da Comissão Nacional Eleitoral, na base do qual decidirá se as condições estão criadas para a convocação das próximas eleições.

"Mais do que isso não posso dizer, pois a lei estabelece que o Presidente deve analisar o relatório da CNE. Depois disso ouvir o Conselho da República e só então convocar as eleições", afirmou. Quanto à sua candidatura ou não às próximas eleições, o Presidente da República respondeu ser esta uma questão em aberto. "Continuo a reflectir. Já no passado fiz declarações a esse respeito, e por enquanto nada mais tenho a acrescentar", declarou. O Chefe de Estado e de Governo revelou ter discutido com o primeiro-ministro português, durante o encontro que tiveram, vários assuntos, considerando que as discussões foram "francas e profundas", sobre questões de mútuo interesse, para o desenvolvimento económico de Angola e para Portugal.

"Como disse ao senhor primeiro-ministro (luso), Angola está em paz há quatro anos. Essa paz consolida-se cada vez mais através de um processo de reconciliação nacional e reintegração social dos ex-militares e também da participação de todos os angolanos no esforço da reconstrução nacional", afirmou o Chefe de Estado. O estadista angolano considerou ainda que a situação no país é estável do ponto de vista político, enquanto que do ponto de vista económico o país registou uma estabilidade macroeconómica e bons indicadores macro-económicos. Através do processo de reabilitação de infra-estruturas, disse o Presidente da República, o Governo pretende realizar um ambicioso programa de reabilitação, expansão e modernização dessas infra-estruturas, criando um ambiente favorável ao desenvolvimento da actividade empresarial.

"Disse ao senhor primeiro-ministro que Angola importa quase 2 terços dos bens que precisa para satisfazer as suas necessidades, e nós preferíamos produzir no nosso país a maior parte desses bens", declarou Dos Santos. A esse propósito, o Presidente José Eduardo acrescentou que seria de todo desejável que as empresas portuguesas que exportam os seus bens para Angola pudessem se instalar no país, estabelecendo parcerias com empresas locais ou realizando investimentos directos para ajudar Angola a reduzir ou a substituir as importações. O Chefe de Estado revelou que, no quadro do programa de reabilitação das infra-estruturas, várias empresas de construção civil portuguesas estão envolvidas.

Formatada: Português (Brasil)

"Penso que o espaço não está totalmente preenchido", disse, exprimindo a sua satisfação pelo facto de o Governo português ter criado uma linha de crédito que permite financiar essas actividades realizadas por empresas portuguesas no âmbito da realização de investimento público. Dos Santos sublinhou ainda a importância do crédito de ajuda, que Portugal decidiu atribuir a Angola, no valor de 100 milhões de Euros, e cuja convenção foi ontem assinada.

"Quero apenas exprimir o desejo, no futuro, que esse quadro financeiro possa ser mais amplo, para que as empresas portuguesas possam dele tirar proveito e preencher então o espaço ainda por preencher, nesse quadro de realização de investimento público", disse. O Presidente da República disse, contudo, que não interessa apenas o investimento público, interessa ao país, sobretudo, o investimento privado, convidando as empresas portuguesas com capacidade de mobilizarem-se para procurarem oportunidades de negócios em Angola.

4.52 -MPLA promove no Bié formação de fiscais eleitorais.

Journal de Angola-17 de Abril de 2006

CENTO e trinta e um fiscais eleitorais do município do Andulo, 130 quilómetros a Norte do Kuito, capital Bié, foram formados na semana passada em matéria de registo eleitoral. A acção formativa foi promovida pelo MPLA.

O evento, que teve a duração de dois dias, visou dotar os fiscais eleitorais de conhecimentos sobre registo eleitoral. Durante o curso, foram debatidos temas como "lei constitucional", "lei da nacionalidade", "lei dos partidos políticos", "lei da observação eleitoral" e "o voto".

Na ocasião, os formandos manifestaram-se regozijados pela formação e prometeram trabalhar com afinco durante o registo eleitoral. Cursos do género foram já realizados nos municípios do Kuito, Andulo, Katabola, Kamacupa, Kuemba, Nharea, Kunhinga, Chinguar e Chitembo.

4.3-OPA e MED lançam campanha de educação moral e cívica

Journal de Angola...3 de Abril de 2006

A Organização de Pioneiros Agostinho Neto (OPA) e o Ministério da Educação vão dar início hoje a uma campanha de educação moral e cívica a decorrer em

diferentes estabelecimentos de ensino.

O acto de lançamento da campanha vai ter lugar no IMEL (Instituto Médio de Economia de Luanda), e será presidido pelo presidente da OPA, António Rosa, que vai proferir uma palestra subordinada ao tema "Vamos aprender as boas maneiras e os bons hábitos". Durante o acto de lançamento da campanha será distribuído um manual sobre "As boas maneiras e os bons hábitos".

4.4-Huambo Rede Eleitoral organiza encontro entre cidadãos e partidos políticos

Journal, o Cruzeiro do Sul 1 de Abril de 2006

Um encontro promovido pela Rede Eleitoral no Huambo, entre as distintas formações políticas com assento parlamentar representadas nesta província, estava marcado para esta sexta-feira, 31. Segundo o administrador da RE/Huambo, Raimundo Santa Rosa, com o evento se pretende dar uma oportunidade aos cidadãos do Huambo de colocarem as suas inquietações aos partidos políticos.

Entende a RE/Huambo que actualmente a democracia não é sentida à todos os níveis, verificando-se uma distância entre políticos, quando estes deviam servir os interesses dos cidadãos e trabalhar com eles. "Não pode haver afastamento. Vamos criar esse espaço para que os cidadãos tenham oportunidade de questionar alguns problemas", sublinhou Santa Rosa.

Em abordagem estarão temas como a saúde, educação, infra-estruturas e a convivência entre partidos políticos. "No fundo, pretendemos dar às pessoas a oportunidade de saberem quais são os programas e ambições dos partidos políticos com relação à população angolana", acrescentou. Para além dos cinco partidos com assento parlamentar com excepção da FNLA, do PRD e, provavelmente, do PAJOCA, cujos representantes iriam de Luanda, contava-se também com a presença da embaixadora dos Estados Unidos da América e outras individualidades.

A RE/Huambo trabalha em quatro dos 11 municípios da província e numa das 37 comunas, designadamente, Chicala-Cholohanga, Ecuinha (comuna), Caála, Longonjo e no município sede. Na sua acção, a RE/Huambo educa a população para o registo eleitoral, dizendo como devem aderir ao registo e, para completar, inclui temas sobre a importância da democracia e das eleições e quais os proveitos para o país.

Até ao momento já realizou 160 encontros comunitários centrados na comunicação inter-pessoal que abrangeram 13 mil pessoas. Até ao fim de Março conta atingir 14-15 mil pessoas beneficiadas com informação cívica eleitoral.

4.5-Registo eleitoral arranca no final de Maio

Jornal o Cruzeiro do Sul 1 de Abril de 2006

O registo eleitoral deve arrancar em finais de Maio. O Governo só poderá anunciar a data depois do pronunciamento da supervisora do processo, o que não ocorrerá antes do 5 de Abril.

Depois disso, haverá ainda uma reunião do conselho de ministros na qual o Governo anunciará então a data. Pela lei do registo o Governo não poderá avançar com o registo sem antes realizar um programa de educação cívica, que, por sua vez, deve ser anunciado e executado com um prazo mínimo de trinta dias de diferença do arranque do registo. Mesmo que a educação cívica arranque a 15 de Abril, o registo só teria lugar na segunda quinzena de Maio, empurrando-se assim os prazos para finais de Maio ou, se houver atrasos, a primeira quinzena de Junho.

A Comissão Nacional Eleitoral (CNE) poderá aprovar o programa do registo eleitoral na próxima semana. Esta a etapa que falta para que o Governo possa então anunciar a data de início e os prazos do registo eleitoral. A CNE, reunida esta semana, voltou a apreciar a nova proposta da Comissão Intermunicipal para o Processo Eleitoral (CIPE) na qual são apresentadas já o mapeamento das brigadas, a solução tecnológica para o registo e a o plano de desminagem. O porta voz do órgão supervisor das eleições, Adão de Almeida, confirmou que a aprovação em referência será antecedida de um encontro para esclarecimentos finais entre a CNE e a CIPE.

Segundo Adão de Almeida CNE considerou satisfatória a proposta da CIPE, mas entendeu que subsistem algumas dúvidas sobre o processo de recrutamento e seleção dos brigadistas. O processo de formação de brigadistas deve começar no início de Abril e será organizado pelo Consórcio Técnico Eleitoral, a entidade vencedora do concurso para a organização do registo eleitoral. De acordo com o director geral adjunto do CTE, António José Carvalho, citado pelo Jornal de Angola, a formação vai nesta fase abranger técnicos, chefes de brigadas e brigadistas.

A desminagem vista como um dos prováveis óbices

para o registo eleitoral conheceu esta semana novos desenvolvimentos. O Governo anunciou que vai realizar até 2007 um Programa operativo de desminagem para a recuperação das infra-estruturas e a reposição do equipamento social destruído. Falando no workshop sobre a desminagem para a reconstrução nacional e apoio ao processo eleitoral, o ministro João Baptista Kussumua afirmou que o novo programa vai permitir encara-la como uma questão estrategicamente séria e evitar perdas de vidas humanas. O programa está ainda a ser visto como um factor catalisador da economia nacional porque vai abrir espaço para a intervenção do empresariado nacional e integração da mão de obra, para além da melhoria da livre circulação de pessoas e bens.

4.6 -CNE quer transparência no desenvolvimento do processo eleitoral

Jornal de Angola-18 de Abril de 2006

O presidente da Comissão Nacional Eleitoral (CNE), Caetano de Sousa, disse ontem que o órgão que dirige quer transmitir transparência no desenvolvimento do processo eleitoral, abrangendo nos seus actos a participação da sociedade civil, dos partidos políticos e de jornalistas.

Caetano de Sousa manifestou o facto quando procedia à abertura do seminário de capa citação de formadores de agentes eleitorais de educação cívica, destinado a membros da Comissão Provincial e dos Gabinetes Municipais eleitorais de Luanda.

"O processo eleitoral quer-se transparente e a nossa actuação vai determinar a maior ou menor confiança das pessoas, das instituições, dos partidos políticos e da sociedade civil", afirmou Caetano de Sousa.

No total, vão ser abrangidos por esta acção de formação 1.638 membros das comissões provinciais e dos gabinetes municipais eleitorais, abrangendo as 18 províncias e os 163 municípios do país. Depois desta acção vocacionada para os comissários eleitorais, que deverá estar concluída no final do mês a CNE lançará uma iniciativa de formação especialmente dirigida aos jornalistas e à sociedade civil, envolvendo também os partidos políticos. Para Caetano de Sousa, o conhecimento sobre matérias eleitorais por parte dos jornalistas e da sociedade civil "é indispensável e necessário para a transparência que deve reger o processo eleitoral".

"A nossa ideia é permitir que a sociedade civil tenha a possibilidade de ter acesso e conhecimento de toda a legislação relacionada com as eleições", afirmou. Na

intervenção que proferiu, Caetano de Sousa lançou ainda um apelo a todos os angolanos para que se envolvam neste processo, que culminará com a realização das próximas eleições no país.

"Esperamos que todas as pessoas se envolvam directamente neste processo eleitoral", afirmou o presidente da CNE, assegurando que serão criadas condições para "permitir que todos os cidadãos participem no processo".

A CNE aprovou a 11 de Abril o programa de recenseamento eleitoral, que prevê um período de seis meses para a realização do registo dos eleitores angolanos, cujos pormenores deverão ser brevemente anunciados pelo Governo. O registo dos eleitores será feito por cerca de 14 mil pessoas, em brigadas fixas e móveis.

A formação, que se prolonga até sexta-feira, vai abordar temas como a Democracia como Exercício da Soberania do Povo, Composição e Competência dos Órgãos Eleitorais, Quem faz o Registo Eleitoral, Contencioso do Registo Eleitoral, Funcionamento das Brigadas de Registo Eleitoral, Fiscais dos Partidos Políticos e Observadores Nacionais e Estrangeiros.

4.7 -Partidos políticos solicitam divulgação do início do registo eleitoral

Jornal terra angolana-Abril de 2006

Cerca de 73 partidos políticos reconhecidos pelo Tribunal Supremo que participaram em mais um fórum de auscultação da CNE, sobre o plano de formação dos órgãos e agentes eleitorais de 16 à 17 de Março em Luanda, decidiram entre outras, solicitar a divulgação pública da data do início do registo eleitoral.

Os participantes manifestaram igualmente a sua preocupação pela falta de conhecimento por parte dos partidos políticos sobre os critérios seguidos pelo Ministério da Administração do Território (MA T) na selecção dos membros das brigadas do registo eleitoral. Contribuindo ao Plano de Formação dos Órgãos e Agentes da CNE que têm a missão de supervisionar todo o processo eleitoral, os participantes sugeriram a produção pela CNE de materiais de educação cívica em línguas nacionais; a divulgação do código de conduta aos cidadãos; a criação de uma rede de agentes de educação cívica que comuniquem em línguas nacionais; a transparência dos órgãos de comunicação social para o equilíbrio de todo o processo eleitoral; e ainda apresentaram preocupação sobre o desarmamento da população.

Trata-se de uma acção de formação a nível nacional, que vai acontecer em simultâneo nas províncias, a partir do dia 27 à 31 de Março em Luanda, e de 17 à 21 de Abril às demais províncias, abrangendo 9 membros para cada município, 9 membros para cada província, o que corresponde a 1467 membros.

Entretanto o presidente da Comissão Nacional Eleitoral (CNE), agradeceu no seu discurso de encerramento, a participação ao evento, dos mais de 70 partidos políticos e anunciou para breve outros encontros com as formações políticas. Para o representante da UNITA, Leonel Gomes, "este ainda não foi um encontro em que se poderia ultrapassar certas questões que ainda enfermam o processo. Acredita, todavia, que nos próximos encontros, o consenso será maior.

Um dos propósitos desses encontros com os partidos políticos segundo disse Caetano de Sousa, é precisamente "dar a conhecer as leis e regulamentos em vigor sobre o processo eleitoral à luz de leis" tais como a Lei Eleitoral, a Lei do Registo Eleitoral, a Lei de observação Eleitoral e Respectivos Regulamentos entre outras que complementam este conjunto.

Caetano de Sousa, disse na ocasião de encerramento que, a CNE "obedece a regras legais" e que a sua função "será tanto mais bem sucedida quanto mais organizada e transparente for o processo". Rematou o número um da Comissão Nacional Eleitoral.

Salientar que o primeiro encontro desta natureza foi realizado com os comissários provinciais que respondem pela área de organização, formação e educação cívica; o segundo realizou-se com representantes das ONGs e este, o terceiro, segundo a Directora de Formação, Maria Leticia, foi o último encontro de auscultação no sentido de reunir um "programa de formação que contemple as preocupações de todos os actores envolvidos no processo eleitoral". Conclui

4.8 -CNE esforça-se por eleições justas

Jornal o Cruzeiro do Sul-22 de Abril de 06

Numa altura em que a CNE forma comissários dos órgãos locais, as CPEs e os GMEs ainda enfrentam várias dificuldades de ordem técnica, com a falta de infra-estruturas e meios técnicos para o seu funcionamento:

Com o objectivo de realizar-se eleições justas e transparentes a Comissão Nacional Eleitoral está a envidar todos os esforços possíveis para tornar a sociedade mais participativa na sua preparação,

anunciou esta semana Caetano de Sousa.

Na abertura do plano de formação das comissões provinciais e gabinetes municipais eleitorais em todo o país, o presidente da CNE explicou que a participação dos cidadãos quer associados ou não, na preparação do processo eleitoral através de seminários de capacitação. Ainda nesta base o órgão supervisor das eleições vai ministrar, na segunda fase do plano, treinamento a jornalistas sobre o pacote legislativo eleitoral que lhes permite o domínio das leis que vão regular todo o processo.

A primeira fase que formou mais de mil comissários das CPEs e GMEs decorreu em quase todas as províncias do país. Kuanza Sul, Huambo Huíla Malanje e Uíge terminam apenas sexta-feira, 28, por possuir maior número de agentes a formar.

Apesar da liberação do orçamento da CNE - de montante ainda não divulgado - o Cruzeiro do Sul apurou que as comissões provinciais e gabinetes municipais eleitoral continuam a debater-se com falta de meios técnicos para desenvolver a sua actividade, nalgumas regista-se mesmo a inexistência ainda de instalações.

5- EDUCAÇÃO, JUVENTUDE E CRIANÇA

5.1-Nova escola alberga mais de dois mil alunos em Katófe

Jornal de Angola 18 de Abril de 2006

Dois mil cento e trinta e dois alunos entraram no sistema normal de ensino, este ano lectivo, na comunidade do Katófe, município da Kibala, província do Kwanza Sul, fruto da inauguração, no último fim de semana, de uma escola do I e II níveis, com quatro salas de aula.

A escola, que vai funcionar em dois turnos, foi construída em um período de um ano pela Organização Não Governamental Íbis e está devidamente apetrechada. O empreendimento ficou orçado em 35 mil dólares. Apesar deste esforço, 601 crianças em idade escolar ficam ainda sem poder estudar, devido a falta de mais salas de aula e professores.

As crianças beneficiárias solicitaram ao Governo e aos seus parceiros sociais a materialização de projectos I no domínio da educação, e no sentido de se aumentar o número de salas, professores e material escolar, para que possam entrar outros alunos no próximo ano lectivo.

"Estamos certos que esta escola não é suficiente para albergar os alunos matriculados este ano, porém, ficamos satisfeitos em saber que crianças que não estudavam, hoje podem fazê-lo em condições de aprendizagem aceitáveis", disse o governador da província, Serafim do Prado. Segundo o governante, o executivo local vai encontrar mecanismos que permitam a reabilitação da outra escola, que se encontra totalmente danificada no mesmo pátio, com 13 salas de aula, para se resolver o problema das crianças que ainda se encontram fora do sistema de ensino.

Apelou aos professores maior empenho na transmissão dos conhecimentos, para que os alunos possam-se tornar num orgulho para o município.

5.1 Os professores de Sócrates

Jornal o Agora- 8 de Abril de 2006

No meio da euforia de mais 300 milhões de euros em linha de crédito, de investimentos para aqui e para acolá, de discursos bonitos cheios de verdades e meias-verdades, um facto merecia mais mediatização durante a recente visita a Angola do primeiro ministro de Portugal, José Sócrates: o anúncio da vinda de 200

professores lusos para leccionarem em escolas angolanas.

Com efeito, há muito que Angola presa de uma cooperação neste sentido. Com escolas partidas por todo lado, umas devido à guerra e muitas outras devido à incúria dos responsáveis, milhares de crianças foram atiradas para fora do sistema escolar precocemente - muitas nem chegaram a entrar - e o resultado está aí à vista de todos, com menores deambulando pelas ruas das cidades vendendo o que podem, uns tantos, ou drogando-se com cheiro da gasolina e praticando assaltos, até mortais, outros tantos.

A realidade angolana mostra que não basta apenas reconstruir e construir novas escolas. É preciso ter professores qualificados que não surgem por mero concurso público ou simples vontades do ministro da Educação ou dos governadores provinciais. Formar um professor é uma tarefa que leva tempo e Angola não reúne condições para esperar por muitos anos. É preciso que eles existam já.

Por isso é de todo louvável esta iniciativa que pode dar um outro cunho à cooperação portuguesa - muito mal falada às vezes devido ao espírito do contentor que ainda alimenta alguns empresários lusos - e transformar-se nos próximos tempos numa imagem bastante positiva do que dois países, com a mesma língua e despidos dos complexos que enfermam algumas vezes colonizadores e colonizados, podem fazer em conjunto pelo desenvolvimento e combate à pobreza. Agora é necessário que a parte angolana faça as suas tarefas, isto é, criando as condições para o alojamento condigno dos professores, ao mesmo tempo que vai reabilitando mais escolas e formando mais educadores.

Entende-se ainda que os 200 professores lusos não devem ficar apenas pelas grandes cidades do litoral e umas poucas do interior - Huambo, Lubango e Malanje - mas que cheguem também aos municípios mais carenciados. E ainda, o que para muitos deveria ser uma prioridade, era a distribuição destes cooperantes da nova deverá incidir mais no ensino primário, já que é lá onde há carências em excesso e onde é necessário dotar-se, de raiz, a criança de sólidos conhecimentos da língua de comunicação, entre os angolanos.

Por outro lado, a presença de professores portugueses em Angola pode vir a fazer muito bem aos seus colegas locais, pois o espírito de competitividade pode ser incrementado e ainda o fenómeno da corrupção também poderá sofrer algum constrangimento.

Formatada: Português (Brasil)

5.2 -MPLA felicita juventude angolana

Jornal de Angola-14 de Abril de 2006

O Bureau Político do MPLA felicita a juventude angolana pelo seu dia, que hoje, 14 de Abril, se assinala.

Numa nota distribuída à imprensa, o partido maioritário considera a data de "relevante interesse histórico para o povo angolano e, em particular, para os jovens". O MPLA endereça a todos os jovens do país o reconhecimento pelo contributo prestado à pátria e exorta a juventude a redobrar os seus esforços no sentido da rápida reconstrução da nação angolana, "para que o país possa conhecer melhores dias".

De acordo com a nota, ao longo da História recente do país, a juventude angolana deu várias provas de capacidade e empenho na solução dos seus problemas, contribuindo com propostas e acções tendentes a minorar as dificuldades existentes e a acelerar o processo da sua integração.

O Bureau Político do MPLA reitera a vontade de continuar a apoiar a política do Governo para a juventude e a implementação do seu plano executivo, "por forma a dar a solução aos seus reais problemas e poder-se melhorar o aproveitamento da sua energia e vontade de fazer, em prol da reconstrução do País, rumo ao desenvolvimento".

O documento indica ainda que os jovens angolanos, unidos em torno dos ideais de patriotismo e amor ao próximo, "serão capazes de continuar a participar de forma correcta e decisiva para a reconstrução da pátria, a pacificação dos espíritos, a reconciliação nacional e para o aprofundamento da democracia no país, comprovando, uma vez mais, que neles reside o futuro da Angola de todos nós".

5.3 -Estado dá protecção especial à juventude

Jornal de Angola-14 de Abril de 2006

O Ministério da Juventude e Desportos declarou ontem, em comunicado, que o Estado "confere à juventude grande importância e protecção especial, promovendo o desenvolvimento harmonioso da personalidade dos jovens e assegurando a efectivação dos seus direitos económicos, sociais e culturais, nomeadamente no ensino, na formação profissional, na cultura, no acesso ao primeiro emprego, no trabalho, na segurança social e no aproveitamento dos tempos livres.

O comunicado indica que o Governo, visando conferir a necessária atenção à resolução dos problemas e aspirações dos jovens, estabeleceu, através de diplomas ordinários, as grandes linhas de orientação de toda a sua actividade com este segmento importante da sociedade e definiu os mecanismos de actuação. O documento refere que a juventude "possui valores intrínsecos revitalizadores da sociedade e, em toda a trajectória da heróica História de Angola, ela deu inegáveis provas de ser a vanguarda das transformações sociais, políticas, económicas e culturais por que passa o país".

O Ministério da Juventude e Desportos indica que é "urgente impulsionar e esperar que, com espírito altruísta, os jovens sejam os principais protagonistas da edificação da nova sociedade, baseada na democracia, paz, justiça e igualdade de direitos e de oportunidades para todos".

5.4 -Juventude quer mais empregos e formação sócio-profissional

Jornal de Angola-17 de Abril de 2006

A juventude do Bié exortou sábado ao Governo desta província a criar oportunidades de emprego e de formação sócio profissional, visando o acesso fácil ao primeiro emprego.

Estas declarações foram feitas pela presidente do Conselho da Juventude na região, Alcida Camatele, ao discursar sábado nas comemorações do 14 de Abril, na comuna de Chivaulo, município de Andulo, cerca de 178 quilómetros a Norte do Kuito. A responsável frisou que a extrema pobreza, desemprego, a problemática do HIV /SIDA, a falta de habitação e as poucas oportunidades para a capacitação dos quadros são os maiores obstáculos para o progresso socio-económico dos jovens.

Reconheceu entretanto os esforços efectuados pelo Governo da Província, na reconstrução e construção de várias infra-estruturas sociais e económicas, nomeadamente escolas, hospitais, instituições administrativas e outras, que foram destruídas durante a guerra, o que permite uma melhor assistência às populações.

"Verificam-se passos e significativos, como o ingresso de mais de 800 mil pessoas no sistema escolar, abertura do pólo universitário, o aumento de mais centros de saúde e escolas, reabilitação das principais vias de acesso, sobretudo das localidades rurais e outros", exemplificou. Alcida Camatele encorajou ainda o governo local e parceiros a prosseguirem com o seu

trabalho com determinação, para se resolverem os problemas que a juventude enfrenta.

Enquanto isso, o governador do Bié, José Amaro Tati, convidou os jovens a participarem nas tarefas da reconstrução, com vista a se recuperar a maior parte das estruturas danificadas, bem como desenvolver a província.

5.5 Nova escola alberga mais de dois mil alunos em Katófe

Jornal de Angola-18 de Abril de 2006.

Dois mil cento e trinta e dois alunos entraram no sistema normal de ensino, este ano lectivo, na comunidade do Katófe, município da Kibala, província do Kwanza-Sul, fruto da inauguração, no último fim-de-semana, de uma escola do I e II níveis, com quatro salas de aula.

A escola, que vai funcionar em dois turnos, foi construída em um período de um ano pela Organização Não-Governamental Ibis e está devidamente aparelhada. O empreendimento ficou orçado em 35 mil dólares. Apesar deste esforço, 601 crianças em idade escolar ficam ainda sem poder estudar, devido a falta de mais salas de aula e professores.

As crianças beneficiárias solicitaram ao Governo e aos seus parceiros sociais a materialização de projectos I no domínio da educação, s no sentido de se aumentar o (número de salas, professores e material escolar, para que possam entrar outros alunos no próximo ano lectivo.

"Estamos certos que esta escola não é suficiente para albergar os alunos matriculados este ano, porém, ficamos satisfeitos em saber que crianças que não estudavam, hoje podem fazê-lo em condições de aprendizagem aceitáveis", disse o governador da província, Serafim do Prado. Segundo o governante, o executivo local vai encontrar mecanismos que permitirão a reabilitação da outra escola, que se encontra totalmente danificada no mesmo pátio, com 13 salas de aula, para se resolver o problema das crianças que ainda se encontram fora do sistema de ensino.

Apelou aos professores maior empenho na transmissão dos conhecimentos, para que os alunos possam se tornar num orgulho para o município.

5.65 -Kwanza Norte terá ensino superior ainda este ano

Jornal de Angola-18 de Abril de 2006

A Província do Kwanza-Norte poderá contactar, ainda este ano, com um núcleo do ensino superior, para atender as constantes reivindicações dos estudantes da região, anunciou no último fim-de-semana, em Ndalatando, o vice-governador para a Esfera Económica, Manuel de Abreu.

O responsável, que falava no workshop sobre a participação da juventude nas tarefas de reconstrução nacional, realizado na cidade de Ndalatando, explicou que o governo da província está a criar alternativas, visto que as obras do futuro núcleo encontram-se bastante atrasadas. A falta de instituições do ensino superior na província a par do desemprego, foram algumas das principais inquietações levantadas pelos jovens participantes ao encontro, promovido pela JMPLA.

Ao nível do ensino médio, a província do Kwanza, apenas a especialidade da educação, leccionada nos Institutos Médios Normal de Educação d (IMNE), fazendo com que os estudantes não tenham opções de escolha. Os jovens participantes ao workshop concluíram haver a necessidade urgente de se aumentarem os cursos nos centros de formação profissional, para uma adequação às necessidades actuais do país. Relativamente a questão do débil abastecimento da energia eléctrica à cidade de Ndalatando, os jovens foram informados de que há um projecto para a reabilitação da rede eléctrica, que já se encontra velha e que tem dificultado a distribuição de energia à população.

A par do Kwanza-Norte, os comités provinciais da JMPLA nas outras 17 províncias do país realizaram actividades do género, no âmbito das comemorações do programa "Abril Jovem", em homenagem ao dia da juventude angolana, assinalado a 14 de Abril.

Para comemorar o 14 de Abril, dia da juventude angolana, a JMPLA escolheu a província do Kwanza-Norte, local de nascimento do patrono da organização juvenil do MPLA, comandante Hoji Ya Henda.

5.76 -A integração Juvenil na perspectiva do desenvolvimento sustentável

Jornal terra angolana-Abril de 2006

Por exemplo, quando um país sente a sua integridade territorial em perigo, os jovens, são arregimentados para os serviços da defesa. Portanto é natural que isto também suceda em relação a ameaça ao subdesenvolvimento que propicia a entrada de estrangeiros e a consequente dominação económica e social.

Formatada: Português (Brasil)

Em Angola, este fenómeno já é bastante visível. Em quase todas as cidades verifica-se um exército de rapazes em idade de apreenderem conhecimentos científicos necessários à sua maturação que permita uma participação no desenvolvimento dos países a venderem produtos diversos, cuja origem quase sempre se desconhece.

Além dos efeitos nefastos que este tipo de actividade representa para o país, há ainda o perigo de infundir nos seus praticantes o sentimento de inutilidade criativa, que resulta num servilismo fatal e na obsessão por coisas estrangeiras.

Esta atitude, na sua forma avançada faz com que estes, se tornem preguiçosos mentais, conseqüentemente o país fica sempre dependente do estrangeiro além do empobrecimento adjacente, decorrente do avançar das idades. O Estado, precisa pois, dentro dos seus planos de desenvolvimento juvenil, de elaborar, estratégias localmente exequíveis e com recursos reduzidos, passíveis de serem recuperados à curto, médio e longo prazo.

Ao que parece, o Ministério da Juventude e Desportos, está mais preocupado com a questão dos desportos. Não se sabe ao certo que projectos vêm desenvolvendo desde que foi instituído. Assim, um caminho que podia ser seguido, seria a criação de cooperativas agrícolas, para onde deviam ser encaminhados muitos jovens, homens e mulheres com o objectivo de serem formados em várias especialidades que concorrem para a produção, nomeadamente, tractoristas, motoristas, armazenistas, manuseadores de insecticidas e pesticidas, comerciantes etc. Enfim, toda a gama de especialidades que concorram para a produção.

A estas cooperativas, seriam associadas as escolas que também por sua vez absorveriam uma grande quantidade de outros jovens em diversas especialidades. Mesmo ao nível de desmobilizados, seria mais dignificante, do que colocá-los em centros de aprendizagem de ofícios como sapateiros, carpinteiros, serralheiros. Pois que, um indivíduo que tenha sido condutor de tanques, adapta-se mais facilmente a um tractor do que ao formão.

Um soldado que foi comissário político, facilmente pode ser professor. Sem desprimor pelo projecto Aldeia Nova, é preciso pensar que devem ser os angolanos a produzirem o que consomem. Não era necessário mandar vir Israelitas para a construção de um colonato, semelhante aos Kibuthz ou colonatos judeus, como é o projecto Aldeia Nova.

A juventude deve ser vista como o futuro, cuja

sobrevivência deve ser assegurada, através de políticas realistas, coerentes e conseqüentes.

5.87 -Aprendizagem Juvenil em debate

Jornal terra angolana-Abril de 2006

Realizou-se em Luanda um Workshop sob o tema "Aprendizagens para adolescentes e jovens, na sala de reuniões do centro de formação polivalente" afecto ao MAPESS, sob a égide do Ministério da Juventude e Desporto e o UNICEF, onde participaram organizações não governamentais de todo País.

O encontro foi promovido, com objectivo de auscultar e consolidar políticas direccionadas para os Jovens. No seu discurso de abertura, o senhor Akhil Iyer, representante interino do UNICEF, considerou a preparação dos adolescentes e jovens como sendo um aspecto muito importante para a reconstrução de Angola, pois, estes, devem ser preparados para assumirem responsabilidades sociais no futuro. A adolescência é uma das etapas mais fascinantes e até a mais complexa da vida humana. É um período em que os jovens assumem novas responsabilidades e procuram viver com independência. Para aquele funcionário sénior das Nações Unidas em Angola, "eles buscam nesta fase uma identidade, aprendem a aplicar valores adquiridos na primeira infância e desenvolvem habilidades que os ajudarão a tornar-se adultos responsáveis e dedicados. Quando os adolescentes são apoiados e encorajados pelos adultos que os educam, prosperam de forma inimaginável, tornando-se membros úteis e importantes das suas famílias e comunidades".

O Workshop foi aproveitado para reforçar a ideia de que a energia, a curiosidade e o espírito de iniciativa dos jovens devem ser potenciados com conhecimentos técnico-científicos, para se tornarem agentes da mudança de padrões sociais de comportamento e romperem os ciclos de violência corrupção e discriminação que passam de uma geração para outra, pois com a sua energia entusiasmo e criatividade, os jovens podem mudar o mundo de maneira espantosa, tornando-se um lugar melhor para se viver, não só para eles mas para todos os membros da sociedade. O Ministério da juventude e desportos de Angola, está preocupado com a situação global dos jovens. Por isso quer traçar políticas de desenvolvimento que possam atingir o país inteiro.

60% da população angolana é constituída por jovens e crianças. É por isso que esta camada segundo o ministro Marcos Barrica, quando falava perante a

plateia constituída por jovens vindos de todo o país, "na estratégia do governo ocupam o primeiro lugar na agenda nacional e a Educação será o principal instrumento das políticas para eles".

Foi igualmente uma constatação neste importante evento que é urgente o acesso dos adolescentes e jovens à educação básica e à capacitação técnico-profissional, porque segundo os participantes eles são a maioria da sua atenção. Para isso é preciso que eles estejam adequadamente formados. É por esta razão que os participantes exortaram o governo a redobrar esforços neste sentido, criando mais centros de formação profissional e escolas polivalentes em toda a extensão nacional. Foi apresentado um diagnóstico realizado em 2004 pelo primeiro encontro de parceiros sociais sobre a "Educação de adolescentes e jovens fora do sistema de ensino", onde se constatou que existem cerca de 750 mil adolescentes e jovens nesta situação. Trata-se de um verdadeiro exército de mão-de-obra desqualificada, maioritariamente vivendo nas zonas rurais e peri-urbanas.

O encontro concluiu ainda conhecimentos aprofundados da situação e de equipamentos e materiais. Daí que as ONGs, Igrejas e outros parceiros já envolvidos na resposta, com uma experiência razoável de anos de trabalho educativo e formativo, sob a coordenação das estruturas governamentais, devem desenvolver programas relacionados com a esperança dos adolescentes e jovens e tirá-los do fosso em que se encontram. Mas, o concurso de outros organismos do Estado e do sector privado é crucial para fazer face a situação. Segundo o representante do Ministério da Educação, "não basta dar habilitações escolares e formação técnico-profissional. É preciso garantir a ocupação dos adolescentes e jovens, através do emprego e através do comércio formal e informal e das pequenas indústrias domésticas. Fornecer instrumentos e meios de trabalho e apoiar os jovens com créditos financeiros, reembolsáveis a curto ou médio prazo. Isto pode ser uma porta para criar a sua autonomia e dar-lhe o sentido da cidadania que merecem." Concluiu.

Por outro lado, o Ministério da Juventude e desportos, prevê para o futuro breve a criação de centros Juvenis em todo o país. Segundo o Dr. Cardoso, Director Nacional para a juventude, o objectivo destes centros "é incentivar diferentes iniciativas do sector público, privado e sociedade civil, que concorram para a instalação e expansão destes."

Na perspectiva daquele dirigente," a expansão geográfica dos centros juvenis, deve ser entendida como uma estratégia de promover e expandir serviços

de apoio aos adolescente e jovens que manifestem múltiplas carências nas áreas onde se encontram, nas quais, o governo não proporciona especificamente resposta imediata."

Assim, os centros serão uma via através da qual os jovens seriam inseridos em programas de desenvolvimento sustentável.

O Ministério da Juventude e Desportos será o timoneiro da iniciativa, integrada por outros agentes como a Educação, UNICEF, PNUD, Igrejas e ONGs nacionais que trabalham na área juvenil.

5.8-Os professores de Sócrates

Journal o Agora 8 de Abril de 2006

~~No meio da euforia de mais 300 milhões de euros em linha de crédito, de investimentos para aqui e para acolá, de discursos bonitos cheios de verdades e meias verdades, um facto merecia mais mediatização durante a recente visita a Angola do primeiro ministro de Portugal, José Sócrates: o anúncio da vinda de 200 professores lusos para leccionarem em escolas angolanas.~~

~~Com efeito, há muito que Angola presa de uma cooperação neste sentido. Com escolas partidas por todo lado, umas devido à guerra e muitas outras devido à incuria dos responsáveis, milhares de crianças foram atiradas para fora do sistema escolar precocemente — muitas nem chegaram a entrar — e o resultado está aí à vista de todos, com menores deambulando pelas ruas das cidades vendendo o que podem, uns tantos, ou drogando-se com cheiro da gasolina e praticando assaltos, até mortais, outros tantos.~~

~~A realidade angolana mostra que não basta apenas reconstruir e construir novas escolas. É preciso ter professores qualificados que não surgem por mero concurso público ou simples vontades do ministro da Educação ou dos governadores provinciais. Formar um professor é uma tarefa que leva tempo e Angola não reúne condições para esperar por muitos anos. É preciso que eles existam já.~~

~~Por isso é de todo louvável esta iniciativa que pode dar uma outro cunho à cooperação portuguesa — muito mal falada às vezes devido ao espírito do contentor que ainda alimenta alguns empresários lusos — e transformar-se nos próximos tempos numa imagem bastante positiva do que dois países, com a mesma língua e despidos dos complexos que enfermam algumas vezes colonizadores e colonizados, podem fazer em conjunto pelo desenvolvimento e combate à pobreza. Agora é necessário que a parte angolana faça~~

~~as suas tarefas, isto é, criando as condições para o alojamento condigno dos professores, ao mesmo tempo que vai reabilitando mais escolas e formando mais educadores.~~

~~Entende-se ainda que os 200 professores lusos não devem ficar apenas pelas grandes cidades do litoral e umas poucas do interior — Huambo, Lubango e Malanje — mas que cheguem também aos municípios mais carenciados. E ainda, o que para muitos deveria ser uma prioridade, era a distribuição destes cooperantes da nova deverá incidir mais no ensino primário, já que é lá onde há carências em excesso e onde é necessário dotar-se, de raiz, a criança de sólidos conhecimentos da língua de comunicação, entre os angolanos.~~

~~Por outro lado, a presença de professores portugueses em Angola pode vir a fazer muito bem aos seus colegas locais, pois o espírito de competitividade pode ser incrementado e ainda o fenómeno da corrupção também poderá sofrer algum constrangimento.~~

6 -TERRA, HABITAÇÃO E URBANIZAÇÃO

6.1 - A função das cidades angolanas na perspectiva do planeamento urbano

Journal de Angola 7 de Abril de 2006

O conceito de cidade parece-nos perfeitamente evidente, surgindo, todavia, algumas hesitações quando se trata de dar uma definição acabada sobre a mesma, havendo, porém, poucos traços comuns entre uma instância termal e uma cidade mineira, ou entre uma capital e uma aldeola adormecida...!, o que dificulta a ordem de uma definição geral. Atendendo ao facto de que nem sempre os homens se reúnem para os mesmos fins e objectivos, porque os sistemas económicos são diferentes, resultando em tipos e séries de cidades específicas (...), parece-nos pacífico segundo F Ratzel, "algumas das características da cidades passa por ter um aglomerado durável".

Numa clara oposição aos aglomerados temporários, com os mercados da idade média, islava ou os actuais mercados do Magreb, que concentra (vam) tendas num dia da semana, em pleno campo.

Para o caso de Luanda, é uma cidade que se pode definir pelo seu aspecto exterior, por uma paisagem urbana, que não é uniforme, mas se define em cada região em contra posição com o campo circundante, não só pela existência de parques passeios públicas, como pelas construções anárquicas, chamada sobre urbanização. Relativamente à natureza jurídica, a sua definição não é universal para as cidades que tiveram ou têm ainda um regime municipal distinto, como são os casos da Dinamarca ou da Inglaterra. Para o caso de França e alguns países africanos, as aldeias e as cidades possuem as mesmas instituições. Assim sendo, as dificuldades se multiplicam quando introduzimos outros critérios, que no entanto nos fazem penetrar no nervo da questão, como é o caso de se saber, a partir de quantos habitantes, se pode considerar como tratando-se de uma cidade?

Para o caso de Angola, no artigo número 2, nas definições gerais, da actual Lei do Ordenamento do Território e do Urbanismo, na alínea c) define-se cidades como sendo aglomerados urbanos dotados de estatuto especial para o efeito, designadamente o foral de cidade e com um número mínimo de habitantes, definidos por lei, segundo as normas de ordenamento

do território. E ficou-se por aí. Ora, temos perfeita consciência de que os critérios não são uniformes, variam de país para país. A Organização das Nações Unidas estabelece alguns critérios. Em França por exemplo, denominam as cidades como qualquer aglomerado com mais de dois mil habitantes. Na Áustria, o número limite é de cinco mil, na Islândia são trezentos.

Ainda em relação à França, encontramos numerosos casos de grandes aglomerados rurais que não são cidades. São aldeias de dez mil habitantes, do delta Tonkinês, aldeias de três mil, trinta mil habitantes e até por vezes de setenta mil rurais. É obvio que a quantidade de população não é o único indicador válido para construir uma cidade. A concentração da população de Luanda tem um crescimento por unidade de superfície construída com característica específica, aliás o aumento constante de bairros suburbanos adopção pelos aldeões habitando não longe do centro da cidade, com as consequências a que nos deparamos actualmente são perfeitamente visíveis.

Definição das actividades dos habitantes da cidade de Luanda, em razão da sua função.

Desde 1576, com o início da construção da capela de São Sebastião no morro, que seria conhecido pelo São Paulo e mais tarde por São Miguel, onde hoje impera a fortaleza, que Luanda durante muito tempo cresceu lentamente, tendo servido primeiro de acampamento militares de onde as tropas portuguesas partiram para o curso do Kwanza, à procura das célebres e inexistentes minas de prata com que sonhava Paulo Dias de Novais. Aí criaram os presídios da Muxima e de Massangano, este mais consistente, segundo o professor Fernando Mourão, pois as construções das obras religiosas nos primeiros tempos da cidade eram muito mais importantes que as da administração e desproporcionadas para o reduzido número de habitantes da urbe na época.

Após a quebra do mito da prata, os portugueses vão virar-se para o negócio que de facto fará consolidar a cidade e justificar à presença colonial nos eixos de penetração do interior. Com o tráfico de escravos, Luanda deixa de ser um acampamento militar para ter uma população constante, formada por comerciantes, administradores, sacerdotes, militares e escravos. É a cidade feitoria que ultrapassa os primeiros limites da cidade alta, que teria sido instalada primeiro no esporão, partindo do morro de São Miguel até ao convento dos franciscanos (actual hospital Josina Machel). A cidade feitoria vai crescer, no princípio do século XV??, para a baixa, na actual zona dos coqueiros, onde se estabeleceram os traficantes perto do Porto.

Durante séculos, a fisionomia da cidade de Luanda era determinada pela dualidade entre a cidade alta e a cidade baixa, pois não só as funções serão diferenciadas como elas levarão do solo, de forma socialmente diferenciada. Assim, na alta concentrava-se os poderes políticos, administrativos e religioso onde se tinha instalado o palácio do governador, a chefia militar, a tesouraria, as instituições de Justiça, a misericórdia, com o seu hospital, o paço episcopal, a Sé-Catedral, a escola dos jesuítas, os principais conventos, dentre outros. Também era na alta que moravam os aristocratas que administravam a colónia rodeados de (...) escravos, a criadagem e a maior parte do Clero.

Na baixa concentrava-se a função comercial e portuária, com especial referência para o tráfico de escravos. Assim essa parte da cidade ia se abastecendo ao longo da baía. Nela viviam os comerciantes, artesãos e os marinheiros, com as gentes que lhes serviam de apoio, isto é, os criados, quase todos escravos, e as concubinas, que proliferavam os “armazéns” de escravos à espera dos barcos para seguirem para a América.

6.2 -Demolições flagelam Luanda

Jornal terra angolana-Abril de 2006

De acordo com o presidente da Habitat, Luís Araújo, a instituição que dirige vai recorrer também aos órgãos de justiça no sentido de pôr cobro, a situação das populações despojadas e consequentemente votadas ao abandono.

Para aquele activista dos direitos cívicos, tal posição foi assumida por considerar inaceitáveis as constantes ofensas sobre os direitos humanos, tendo desmentido ao mesmo tempo o argumento levantado pela coordenação do Projecto Nova Vida, segundo o qual, "as pessoas construíram em arredores do referido Projecto para tirar proveitos". O desmentido de Luís Araújo resulta do facto dos bairros Kambamba 1 e 2 existirem antes da construção do Projecto Nova Vida. Por sua vez, António Ventura também do SOS Habitat, fez saber que vários recados foram já endereçados a Procuradoria Geral da Republica, no âmbito das competências que lhe são cometidas pela Lei Constitucional vigente no país, "mas o que temos recebido da Procuradoria Geral da Republica enquanto defensores da legalidade e dos direitos dos cidadãos é um mero silêncio".

No entanto, no período em que decorreram as demolições, um grupo de dez deputados da bancada parlamentar da UNITA, chefiada pelo presidente da mesma, o Embaixador, Alcides Sakala, deslocou-se ao

local, para constatar In loco o sofrimento daquelas populações deixadas ao relento. «Abordado pelo nosso jornal, Alcides Sakala, garantiu que iria tomar algumas iniciativas junto da Assembleia Nacional para se fazer chegar as preocupações da população e que o mais importante "é que as populações sintam de facto os seus interesses salvaguardados, numa altura em que há um projecto de construção civil que está a avançar. O mais importante é parar com a violência. Não devia haver mais feridos, perseguições, mais prisões arbitrárias..."

No final da visita, o grupo parlamentar da UNITA, emitiu um comunicado onde declarou ter constatado no terreno, com muita apreensão, a forma como estava a decorrer o processo de desalojamento de pacatos cidadãos indefesos, residentes nesses bairros da cidade de Luanda. Repudiou, nos termos mais energéticos as prisões arbitrárias que se verificaram nos últimos dias nesses bairros, assim como a utilização pelas forças da ordem de armas de fogo, que feriram gravemente uma criança de cinco anos no passado dia 13 de Março.

O grupo parlamentar da UNITA, apelou ainda ao Comando Geral da Polícia Nacional para tomar providencias no sentido de se parar com esta violência despropositada em tempo de paz e solicitou os bons officios de sua Excelência o Presidente da República de Angola, enquanto Chefe do governo no sentido de intervir nesse processo para se pôr cobro a esses actos que constituem flagrante violação dos direitos fundamentais dos cidadãos. O grupo parlamentar do Galo Negro acha ser possível encontrar soluções mais humanas que satisfaçam as partes envolvidas.

6.3 Coronel ocupa à força terreno da família Lopo do Nascimento

Jornal o angolense-8 de Abril de 2006

["Fazer filho na mulher alheia" e usurpar terrenos de terceiros com suporte de compadrios e clientelismos é coisa que neste país virou pão de cada dia. Na maior parte das vezes é o próprio Estado a fomentar este estado caótico e vergonhoso das coisas, por intermédio de funcionários corruptos e envolvendo também deslustradas figuras da instituição castrense que, ao abrigo dela, se assumem como donas de um país que a todos, afinal, pertence.](#)

[Esta é a governação que temos e que continuaremos a ter se este estado de letargia, frouxidão e desregramento continuar, já que não se vislumbra quem possa alterar este destino refém que a incúria a todos submete. Na nossa última edição publicamos matéria sobre o](#)

Formatada: Português (Brasil)

pontapé no traseiro dado por um coronel, que apenas atende pelo nome de Alberto, com âncora lançada da Marinha de Guerra Nacional, a uma série de famílias que bruscamente se viram desalojadas à força pelo dito cujo e sua guarda pretoriana, ali para as bandas do Maculusso, em terras que no início foram ocupadas pela Tecnotunel, empresa do Ministério da Construção, a pedido do então ministro Resende Oliveira ao legítimo mandatário da parcela. Pelo meio ficam estórias de compras e baldrocas de um funcionário da Mecanang, o dito coronel, Ministério do Comércio e despachos presidenciais envolvendo ainda as Finanças.

A verdade é que o dito terreno, com seis mil metros quadrados tem dono e não é de nenhum dos citados nem carecia de despachos presidenciais se a Lei, a legalidade fosse respeitada. O talhão, que confina com a propriedade de Guilherme Lima, a norte, numa extensão de 140 metros, a sul com a de António Pedro Oliveira, em 141 metros e a Poente com o de Maria Pereira dos Santos Van-Dúnem, que foi uma ilustre dama da sociedade luandense da época, pertence sim e efectivamente aos herdeiros de Lucas da Rosa Ltda, registado sob o BI n.º 14 550 do Departamento de Cadastro e na Conservatória de Luanda desde o longínquo ano de 1921, conforme documentos apresentados à Direcção de Planeamento e Gestão Urbana. É chegados a este ponto que nos deparamos como um dos herdeiros do referido talhão, via materna. O cidadão angolano, filho das terras boas do Golungo e ilustre membro da sociedade intelectual e política deste país que se chama Lapo do Nascimento.

Como surgem então estas ocupações "manu-militar" de propriedades cujos donos e herdeiros são cidadãos de corpo inteiro, ante o olhar impávido e sereno das autoridades que nos comandam e do emperrado sistema de justiça, ao ponto de o Presidente da República se dar ao trabalho de "despachar", como afirmaram os desalojados, sobre questões que nem sequer deveriam ir à justiça caso as instituições funcionassem como em outras paragens onde a vida do cidadão decorre sem sobressaltos e sem inquietações com as faltas de água e luz. Façam-nos o favor. Coloquem ordem no circo.

3.4 Governo da província admite ser difícil resolver o problema

Journal angolense-8 de Abril de 2006

As Primeiras Jornadas Técnicas Sobre os Transportes Colectivos da Cidade de Luanda, mereceram um vivo interesse por parte dos participantes que se fizeram presentes à sala de conferências da Filda durante os dias 27 e 28 da semana que findou.

Este foi um encontro dominado pelas diferentes leituras e explicações que dão, quer aos departamentos do Governo Provincial afins, quer a Unidade de Trânsito de Luanda e taxistas, indicativos sobre a situação actual do trânsito em Luanda. O lema para esta iniciativa foi "Repensemos a Circulação Rodoviária da Capital". Esta instituição representante do governo na província de Luanda, começa mesmo por reconhecer que "o quadro do trânsito rodoviário na província se apresenta congestionado e que não existem saídas rápidas que possam ser utilizadas com eficiência".

Os vários intervenientes no encontro concentraram-se bastante em apontar as causas do problema. Mas não ficaram dúvidas de que a decisão final para a resolução deste problema está ainda com o Governo de Luanda, que admite que "a circulação automóvel está cada vez pior e mais densa o que torna cada vez mais difícil equacionar soluções para escoar o trânsito interno". Foi ainda o Governo de Luanda, como também ficou patente, que elegeu os taxistas como aqueles que "constituem hoje a maior dificuldade de gestão em todos os domínios e em particular ressalta-se a conduta na via pública, assim como o desrespeito das mais básicas normas de transportação colectiva" refere, assim o Memorando do Seminário Provincial Sobre a Reorganização do Sector dos Transportes Colectivos e Rodoviários de Luanda.

Entretanto já a Unidade de Trânsito, que teve primazia na abertura do primeiro painel de discussões, preferiu abordar a situação do trânsito em Luanda de forma mais abrangente. Na pessoa do seu comandante em exercício, o Superintendente Jorge Bengue, revelou as grandes dificuldades com que se defronta a unidade de trânsito no dia-a-dia rodoviário em Luanda, começando pelos factores de desestabilização da circulação rodoviária.

Foram apontados como alguns destes factores o crescimento populacional na cidade, o surgimento das zonas suburbanas e peri-urbanas. A centralização dos serviços no centro da cidade, o que leva a que seja necessário se deslocar ao centro da cidade para qualquer necessidade que se tenha e a falta de vias rápidas que liguem as periferias de Luanda entre si, levando a que não seja preciso, como tem acontecido, recorrer ao centro da cidade quando o interesse é chegar às zonas periféricas. Ficou contudo patente que existe uma falta de integração da cidade de Luanda, quer entre municípios quer entre províncias limítrofes.

O Engenheiro Herculano, do Instituto Nacional de Estradas (INEA) é de opinião que a construção de uma estrada circular facilitaria em grande medida o acesso à cidade. O que também levaria a que fosse possível não

Formatada: Português (Brasil)

[precisar de se passar pelo centro da cidade quando os automobilistas virem de uma zona periférica e desejarem ir para outra. Com a ajuda de slides e projecção telegráfica, ilustrou-se aos presentes o rol de insuficiências em termos estruturais de que as vias públicas ainda carecem para melhoria do trânsito tais como a degradação das vias de circulação, a fraca sinalização, a de pouca sinalização informática e a não existência de paragens para os táxis colectivos. A sugestão da criação de uma estrutura capaz de coordenar em rede todas as instituições que intervêm na problemática rodoviária, foi bem recebida, tendo mesmo sido anunciado pelo vice-governador da capital, que o Governo Provincial de Luanda tem em carteira a criação do Instituto de Gestão Urbana.](#)

[Tal organismo que se prevê que integre diversos sectores quer do Estado como da sociedade civil com o objectivo de melhor ir acompanhando a evolução dos problemas ligados à cidade e ir dando respostas a estes com uma maior participação e integridade.](#)

6.53 -Terra, o terreno dos ricos

Jornal Folha8 -15 de Abril de 2006

Pedro Miguel Kondua, é mais m cidadão que perde um terreno de que é proprietário há muitos anos, no caso há mais de 18 anos por uma entidade de "peso" no caso concreto a nova seguradora nacional AAA, SA após decisão do tribunal Cível.

O terreno em causa ocupa uma área de vinte mil metros quadrado (20.000 m e está localizado na rua 21 de Janeiro, município da Samba. As perseguições começaram antes, segundo a vítima, mas foi no dia 10 de Maio de 2004 que responsáveis da seguradora AAA, SA deram a conhecer que a referida empresa havia comprado o terreno à Seguros Lda, e como consequência Pedro Kondua tinha que deixar o espaço o mais brevemente possível. Atónito com a situação, Pedro Kondua exhibe aos homens da AAA Seguros, os documentos que justificam a posse legal do terreno, porém, as "visitas" continuam a exigir a sua saída incondicional do terreno, tendo Pedro Kondua se recusado a fazer.

A referida rejeição azedou as relações com a AAA Seguros, SA causando assim, uma acérrima disputa pela posse do terreno. A seguradora decidiu levar o caso ao Tribunal Cível, alegando a ocupação do seu terreno, comprado a Seguros Lda, empresa, que segundo os argumentos da AAA seguros, havia também adquirido à sociedade Guedal, em 17 de 2003.

Este argumento foi rebatido em tribunal por Pedro Kondua, que para mostrar o contrário apresentou os seus documentos. Não obstante, as provas apresentada por Kondua, o tribunal decidiu a favor da AAA seguros, atribuindo-lhe o direito de posse do terreno em contenda.

Como não poderia deixar de ser, a sentença proferida não agradou ao cidadão Kondua, que em desagrado desabafou, "esta situação não me surpreende, porque a luta começou em 1993 com um cidadão português, António Saraiva, que intitulou como funcionário da Guedal". Contactamos a AAA seguros, mas esta respondeu através de uma funcionária, do departamento de marketing, comunicação e imagem, Djamila dos Santos, adiantando não quer falar de assunto ruja sentença já tenha sido ditada. "Não me vou pronunciar sobre este assunto, porque já foi ditada a sentença, estou sem condições para falar deste assunto, se quiser terá de o director administrativo ou o nosso advogado", argumentou Antecedentes

Pedro Miguel Kondua diz ser proprietário do terreno desde 1988, legalizando três anos mais tarde. Durante este período contou com a ajuda do actual Adido militar angolano na República Democrática do Congo, o coronel Artur, que também era seu testemunho. Sob influência do já falecido ministro da defesa, "Pedalé" Kondua legaliza o terreno junto da Administração Municipal da Samba, "na altura constatámos através do cadastro do Governo da província de Luanda, que era um terreno livre, sem qualquer impedimento de ocupação".

Terminado que foi o processo, Pedro Kondua tomou posse do terreno, com uma área de vinte mil metros quadrado (20.000 m). Quando tudo parecia calmo, o contrário veio a acontecer, em 1993, Kondua é interpelado por um cidadão português, António Lopes Saraiva, que se auto intitulou proprietário do terreno, e tinha a pretensão de construir uma clínica no local.

Questionado sobre a forma como conseguiu o terreno, de acordo com as alegações de Kondua, António Lopes Saraiva, disse que havia comprado o terreno nas mãos de Santolas no valor de trinta e cinco mil dólares, tendo entregue apenas dez por centos. Surge assim, o primeiro conflito em volta do terreno ocupado por Miguel Pedro Kondua Face ao desentendimento entre ambos, decidiram ir ao tribunal, a fim de resolverem a querela posto naquela instituição do Ministério Público, e ouvido os testemunhos Pedro Kondua ganha a causa, lhe (reconhecido o direito de propriedade do terreno em disputa.

"O juiz na altura aconselhou o cidadão português a

negociar comigo caso pretendesse ficar com o terreno, este liga ao coronel Artur, dizendo que está interessado a pagar trinta e cinco mil dólares e lhe dar uma viatura Land Rover, caso conseguisse convencer-me, mas o meu amigo não aceitou ser corrompido", disse Kondua, para mais adiante afirmar que não aceitou negociar com o português sem que tirasse a queixa do tribunal. António Saraiva, que também se intitulou de responsável da sociedade Guedal, não ficou por aí, de acordo com Kondua, conseguiu corromper o primeiro advogado Kaholo por si contratado, dando-lhe dinheiro e uma viagem a Portugal, "como recompensa Kaholo entregou o cadastro e toda documentação em sua posse".

Com os documentos em posse de António Saraiva o caso volta em tribunal, mas já em 1997. Neste período, sem a outra parte ser ouvida em tribunal, Lopes Saraiva consegue uma presumível sentença, tenta vender o terreno, mas é impedido, porque o segundo advogado mostrou-se eficiente nas investigações. "O advogado novo começou muito bem, e nas suas investigações conseguiu descobrir que na fase colonial o terreno pertencia ao português José Marcelino de Sousa, mas infelizmente, também foi corrompido por Lopes Saraiva, recebeu um carro e uma vivenda na Mutamba", lamentou Kondua.

Com mais uma rasteira de Saraiva a luta seguiu a sua marcha, e ganhava contornos perigosos, "em 2003 António Lopes Saraiva tentou me assassinar, mas consegui escapar com vida", acusa Kondua, acrescentando que tal ocorrência transborda o caso à Direcção Nacional de Investigação Criminal e posteriormente à Procuradoria-Geral da República.

"O procurador junto da DNIC e o GPL, Direcção provincial da Agricultura e Desenvolvimento Rural constatou nos seus arquivos e apurou os factos credíveis, que o cidadão Miguel Pedro Kondua reúne os requisitos suficiente conforme os ofícios em anexo, e propomos que não existe qualquer inconveniente na sua legalidade, pedimos a sua excelência Sr. Procurador-Geral da república a cedência da sua parcela", lê-se numa missiva assinada, aos 17.04.03, pelo Comandante Geral da Polícia, José Alfredo Ekukui.

Na mesma missiva dirigida ao Procurador-geral da República, Ekukui, esclarece que "o mesmo (Kondua) viveu num clima de litígio com um indivíduo ilegal, de acordo ao artigo 14, da Lei de Terra, o cidadão (António Saraiva) no verso não consta no arquivo em termo legal". Depois desta missiva, o problema cessou mais não chegou a conhecer o parecer da PGR, porque alegados agentes da DNIC, desviaram para lugar incerto a resposta vinda da mais alta entidade do

Ministério Público.

Depoimento de antigos funcionários da sociedade Guedal contactado pelo Folha8, dizem desconhecer um alegado responsável com o nome de António Lopes Saraiva, assim como a existência de um terreno no município da Samba que fosse pertença da Guedal que, segundo a mesma fonte, deixou de existir em 1991, dando lugar a Star motors Angola, que faliu em 1993.

6.4-Coronel ocupa à força terreno da família Lopo do Nascimento

Journal o angolense 8 de Abril de 2006

~~"Fazer filho na mulher alheia" e usurpar terrenos de terceiros com suporte de compadrios e clientelismos é coisa que neste país virou pão de cada dia.~~

~~Na maior parte das vezes é o próprio Estado a fomentar este estado caótico e vergonhoso das coisas, por intermédio de funcionários corruptos e envolvendo também deslustradas figuras da instituição castrense que, ao abrigo dela, se assumem como donas de um país que a todos, afinal, pertence.~~

~~Esta é a governação que temos e que continuaremos a ter se este estado de letargia, frouidão e desregramento continuar, já que não se vislumbra quem possa alterar este destino refém que a incúria a todos submete.~~

~~Na nossa última edição publicamos matéria sobre o pontapé no traseiro dado por um coronel, que apenas atende pelo nome de Alberto, com âncora lançada da Marinha de Guerra Nacional, a uma série de famílias que bruscamente se viram desalojadas à força pelo dito cujo e sua guarda pretoriana, ali para as bandas do Maculusso, em terras que no início foram ocupadas pela Teenotunel, empresa do Ministério da Construção, a pedido do então ministro Resende Oliveira ao legítimo mandatário da parcela. Pelo meio ficam estórias de compras e baldrocas de um funcionário da Meeanang, o dito coronel, Ministério do Comércio e despachos presidenciais envolvendo ainda as Finanças.~~

~~A verdade é que o dito terreno, com seis mil metros quadrados tem dono e não é de nenhum dos citados nem carecia de despachos presidenciais se a Lei, a legalidade fosse respeitada. O talhão, que confina com a propriedade de Guilherme Lima, a norte, numa extensão de 140 metros, a sul com a de António Pedro Oliveira, em 141 metros e a Poente com o de Maria Pereira dos Santos Van Dúnem, que foi uma ilustre dama da sociedade luandense da época, pertence sim e efectivamente aos herdeiros de Lucas da Rosa Ltda, registado sob o BI n.º 14-550 do Departamento de Cadastro e na Conservatória de Luanda desde o~~

~~longínquo ano de 1921, conforme documentos apresentados à Direcção de Planeamento e Gestão Urbana. É chegado a este ponto que nos deparamos como um dos herdeiros do referido talhão, via materna. O cidadão angolano, filho das terras boas do Golungo e ilustre membro da sociedade intelectual e política deste país que se chama Lapa do Nascimento.~~

~~Como surgem então estas ocupações "manu militar" de propriedades cujos donos e herdeiros são cidadãos de corpo inteiro, ante o olhar impávido e sereno das autoridades que nos comandam e do emperrado sistema de justiça, ao ponto de o Presidente da República se dar ao trabalho de "despachar", como afirmaram os desalojados, sobre questões que nem sequer deveriam ir à justiça caso as instituições funcionassem como em outras paragens onde a vida do cidadão decorre sem sobresaltos e sem inquietações com as faltas de água e luz. Façam nos o favor. Coloquem ordem no circo.~~

6.6 Programa de auto-construção vai beneficiar população vulnerável

Jornal de Angola-18 de Abril de 2006

A direcção provincial do Kwanza-Norte da Assistência e Reinserção Social e Antigos Combatentes está a levar a cabo um programa de auto-construção dirigida, para beneficiar vítimas de calamidades e idosos, bem como para aumentar e melhorar as infra-estruturas infantis.

A directora do pelouro, Lídia Martins, frisou que o projecto começou em Ndalatando, onde já se contemplam 12 das 40 famílias que ficaram sem casas, em consequência das enxurradas ocorridas em princípios do ano transacto. Afirmou que doravante em residências próprias, cujo processo inicia em Junho, com a edificação das primeiras dez casas, no bairro Sassa. Lídia Martins realçou que os sete mil e 484 idosos controlados beneficiam de cesta básica e outros apoios. Desde Janeiro passado forneceram-se óculos, para correcção da visão, 35 cadeiras de rodas, 12 triciclos manuais e 185 muletas canadianas, principalmente para os internados nos hospitais do Cazengo, Golungo-Alto e Kikulungo.

Ainda de acordo com a responsável local do Minars, na província do Kwanza-Norte 500 anciões são tidos como vulneráveis e alguns são vistos a mendigarem em mercados e artérias, particularmente, em Ndalatando. Na opinião da responsável, a mendicância deve-se ao desprezo da família, devido a baixa renda e suposta prática de feitiçaria. A direcção provincial do Kwanza-Norte da Assistência e Reinserção Social e Antigos Combatentes está, igualmente, a levar a cabo acções

dirigidas à educação pré-escolar e de inserção de mulheres em tarefas sociais, através dos Programas Comunitários Infantil (PIC) e de Educação (PEC).

Em Ndalatando estão em construção três centros que albergarão no total 210 petizes. Os restantes municípios beneficiarão de um centro, cada, destacando-se o de Kambambe que albergará 100 crianças. No universo das infra-estruturas infantis, a directora Lídia Martins destaca também a reabilitação da única creche de Ndalatando, com capacidade para 105 petizes. A obra, orçada em 875 mil kwanzas, está a ser executada pela empreiteira Magama e Filhos Lda.

Na província do Kwanza-Norte estão controladas seis mil e 370 crianças. No quadro das perspectivas, destaca-se a formação de 10 activistas sociais e 40 educadores pré-escolares, para se juntarem aos 16 existentes.

Formatada: Português (Brasil)

7 - SERVIÇOS BÁSICOS

7.1 Notificados 16 casos de cólera em Cacuaco

Jornal de Angola-3 de Abril de 2006

DEZASSEIS casos de cólera foram notificados nas últimas horas, no município do Cacuaco, entre os quais três óbitos, o que perfaz um total de 65 casos desde o início do surto da epidemia a 13 de Março passado.

Tais casos, segundo dados do sector da Saúde local ocorreram ao domicílio, devido à incapacidade de transportação imediata dos afectados ao centro de saúde municipal para o seu tratamento. Para conter o alastramento da doença, a Administração municipal criou uma comissão composta por membros de igrejas, de associações e de partidos políticos para a sensibilização das comunidades, para além de efectuarem a distribuição de panfletos educativos sobre a doença. De igual modo, uma equipa de técnicos epidemiológicos da secção municipal da Saúde leva a cabo inquéritos aos doentes encontrados nas distintas comunidades recomendando o tratamento de água para beber, bem como desinfectar 20 residências à volta de cada uma afectada.

Tais acções juntam-se a outras como seminários para coloração da água, em que participaram membros da sociedade civil, uma vez que algumas populações continuam a consumir água de tanques e de cacimbas. O desencorajamento das pessoas quanto aos rituais tradicionais, como beijar o cadáver e o uso da roupa do defunto é também tarefa da comissão de luta contra a cólera para evitar que outras pessoas sejam infectadas por esta via.

A limpeza de valas e a recolha de lixo dos focos situados em algumas localidades de Cacuaco constitui igualmente tarefa imediata da Administração apoiada pelos Serviços Militares do Exército Nacional.

7.2 Elizal inicia novo modelo de limpeza

Jornal de Angola-4 de Abril de 2006

O novo modelo de recolha de lixo começou a ser implementado ontem na comuna da Ilha de Luanda, município da Ingombota, seis meses depois de ter sido lançado.

A partir de ontem os moradores da Ilha de Luanda passaram a depositar o seu lixo, em sacos, das 18 às 21

horas, à porta. O porta-voz da Empresa de Limpeza e Saneamento de Luanda, Stella Silveira, disse estarem já criadas as condições técnicas para se processar a recolha dos resíduos sólidos das 21 às seis horas, sendo imprescindível a colaboração dos moradores da Ilha, respeitando o horário de deposição do lixo.

O governo provincial, através da Empresa de Limpeza e Saneamento de Luanda (ELISAL), iniciou a dez de Outubro passado a implementação do novo modelo de limpeza pública e de gestão de resíduos sólidos, no município da Ingombota.

Este modelo prevê a retirada dos contentares da via pública, evitando amontoados de lixo em estradas e melhorar a imagem da cidade capital. A porta-voz da ELISAL explicou que foram criadas, com apoio das comissões de moradores, cooperativas de catadores para transportar os sacos de lixo dos pontos de difícil acesso (Como becos) para os locais indicados para facilitar a recolha.

Preende-se evitar que os populares andem com sacos de lixo de um local para o outro. Bastará colocar o lixo à porta e à hora indicada para que o cidadão beneficie do serviço.

7.3 Chuvas matam 13 pessoas em Luanda

Jornal de Angola - 5 de Abril 2006

TREZE pessoas morreram e duas outras se encontram desaparecidas na consequência das chuvas que se abateram na noite de segunda-feira, em Luanda. Os municípios mais afectados foram os do Cacuaco que registou cinco mortos, seguido de Viana com três, Sambizanga e Ingombota com dois mortos cada e Kilamba Kiaxi com um, enquanto que os desaparecidos foram registados no município da Maianga.

Esta informação foi ontem prestada pelo director provincial de Gestão Urbana de Luanda, Hélder José, que falava à margem do encontro de constatação, realizado entre o governador de Luanda, Job Capapinha, com os administradores municipais. Ainda segundo a fonte, 367 residências foram inundadas ou parcialmente destruídas, e 52 ficaram completamente destituídas. Relativamente a equipamentos sociais registaram-se alguns alagamentos de escolas, particularmente no município da Maianga, bairro do Kassequel, a destruição parcial de um centro de saúde em Cacuaco, bem como a inclinação de alguns postos de iluminação pública. O responsável pediu calma aos populares atingidos pelas chuvas e garantiu apoio do Governo para atenuar o seu sofrimento. Durante o encontro, foram ainda aprovadas como medidas de

Formatada: Português (Brasil)

Formatada: Português (Brasil)

Formatada: Português (Brasil)

Formatada: Português (Brasil)

intervenção imediata, o realojamento das famílias para as áreas urbanizadas e a consequente requalificação das áreas afectadas, o início do programa de limpeza de recolha de resíduos sólidos nos municípios periféricos, a aceleração das intervenções de operação de tapa buraco e de terraplanagem das vias secundárias e terciárias dos municípios periféricos, bem como a reparação das escolas e centros de saúde danificadas.

Foi ainda recomendado, o apoio, na medida do possível, às famílias que têm óbitos como consequência das chuvas, o melhoramento do apoio técnico-material à comissão de combate à cólera e intensificação das iniciativas no âmbito da educação e sensibilização das populações dos cuidados primários a observar, activar os pára-raios, bem como a solicitação do envolvimento da protecção civil na solução dos problemas constatados. Por outro lado, o governador de Luanda, Job Capapinha, considerou a situação de preocupante. O governante disse ainda que os efeitos negativos das chuvas ocorreram apenas em zonas predominadas pelas construções irregulares e anárquicas, uma vez que a disposição das residências não obedece a qualquer traçado urbanístico, o que origina a retenção e concentração das águas em determinados pontos.

Job Capapinha acrescentou que é necessário que se pense no ordenamento e desenvolvimento urbanístico da província de Luanda e que se faça um encontro onde, se possa discutir os problemas, sociais das populações, com a sua participação.

7.44 -Huambo está parcialmente às escuras há uma semana

Jornal de Angola 7 de Abril de 2006

Parte dos consumidores de energia eléctrica da cidade do Huambo encontra-se às escuras há uma semana, devido à avaria registada num dos principais cabos de alta tensão, em estado avançado de degradação.

O director técnico da Empresa Nacional de Electricidade no Huambo, Gilberto Pessoa, deu ainda a conhecer que o mesmo cabo era alvo de puxadas anárquicas por parte de alguns cidadãos. O referido cabo liga a primeira cabine de escoamento de energia eléctrica à cidade do Huambo, a partir da central térmica do Benfica, numa extensão de dois quilómetros, em fios.

A empresa foi forçada a restringir o abastecimento, priorizando as unidades hospitalares, instituições do Estado, como bancos, escolas que funcionam no período nocturno e residências localizadas ao longo de algumas

avenidas. Gilberto Pessoa, que não avançou data, disse que esforços estão a ser envidados no sentido de repor o normal fornecimento de energia eléctrica, com o auxílio de cinco grupos geradores de mil e 500 a mil e 825 kweares, instalados na central térmica do Benfica, arredores da cidade do Huambo.

"Estamos a trabalhar na referida linha de transportação, apesar de estar difícil, devido às constantes chuvas que se fazem sentir nesta região", frisou Gilberto Pessoa. A rede de distribuição de corrente eléctrica da cidade do Huambo encontra-se em avançado estado de degradação, visto que foi instalada na era colonial. A direcção geral da ENE continua a envidar esforços no sentido de substituir os cabos de alta e baixa tensão da cidade do Huambo, caso o Banco de Desenvolvimento Austral empreste os 80 milhões de dólares necessários. Com o referido montante, pretende-se também adquirir novos grupos geradores para reforçar a capacidade instalada na central térmica do Benfica, assim como recuperar a linha de transportação Huambo/Caála, a cerca de 23 quilómetros a Oeste da cidade.

Este projecto, ainda sem data, será efectuado em parceria com a congénere da ENE, a sul-africana Eskom. A ENE no Huambo controla 11 mil e 50 consumidores, dos quais 85 por cento sem sistema de contagem.

7.2-Chuvas matam 13 pessoas em Luanda

Jornal de Angola - 5 de Abril 2006

~~TREZE pessoas morreram e duas outras se encontram desaparecidas na consequência das chuvas que se abateram na noite de segunda-feira, em Luanda. Os municípios mais afectados foram os do Cacuaco que registou cinco mortos, seguido de Vianna com três, Sambizanga e Ingombota com dois mortos cada e Kilamba Kiaxi com um, enquanto que os desaparecidos foram registados no município da Maianga.~~

~~Esta informação foi ontem prestada pelo director provincial de Gestão Urbana de Luanda, Hélder José, que falava à margem do encontro de constatação, realizado entre o governador de Luanda, Job Capapinha, com os administradores municipais. Ainda segundo a fonte, 367 residências foram inundadas ou parcialmente destruídas, e 52 ficaram completamente destituídas. Relativamente a equipamentos sociais registaram-se alguns alagamentos de escolas, particularmente no município da Maianga, bairro do Kassequel, a destruição parcial de um centro de saúde em Cacuaco, bem como a inclinação de alguns postos de iluminação pública. O responsável pediu calma aos populares atingidos pelas chuvas e garantiu apoio de~~

~~Governo para atenuar o seu sofrimento. Durante o encontro, foram ainda aprovadas como medidas de intervenção imediata, o realojamento das famílias para as áreas urbanizadas e a conseqüente requalificação das áreas afectadas, o início do programa de limpeza de recolha de resíduos sólidos nos municípios periféricos; a aceleração das intervenções de operação de tapa buraco e de terraplanagem das vias secundárias e terciárias dos municípios periféricos, bem como a reparação das escolas e centros de saúde danificadas.~~

~~Foi ainda recomendado, o apoio, na medida do possível, às famílias que têm óbitos como consequência das chuvas, o melhoramento do apoio técnico material à comissão de combate à cólera e intensificação das iniciativas no âmbito da educação e sensibilização das populações dos cuidados primários a observar, activar os pára-raios, bem como a solicitação do envolvimento da protecção civil na solução dos problemas constatados. Por outro lado, o governador de Luanda, Job Capapinha, considerou a situação de preocupante. O governante disse ainda que os efeitos negativos das chuvas ocorreram apenas em zonas predominadas pelas construções irregulares e anárquicas, uma vez que a disposição das residências não obedece a qualquer traçado urbanístico, o que origina a retenção e concentração das águas em determinados pontos.~~

~~Job Capapinha acrescentou que é necessário que se pense no ordenamento e desenvolvimento urbanístico da província de Luanda e que se faça um encontro onde, se possa discutir os problemas, sociais das populações, com a sua participação.~~

7.3-Novo modelo de limpeza pública será implementado em Junho

Jornal de Angola 12 de Abril de 2006

~~O governador de Luanda, Job Capapinha, garantiu para o mês de Junho a extensão do novo modelo de limpeza pública e recolha de lixo aos restantes municípios.~~

~~Job Capapinha, que falava à margem da inauguração do Centro de Saúde da Empresa de Limpeza e Saneamento de Luanda (ELISAL) ocorrida ontem, acrescentou que o processo de potenciamento das operadoras em meios técnicos para que possam prestar um serviço à altura das exigências está a ser levado acabo. O governante reconheceu a pouca capacidade das operadoras na recolha de resíduos sólidos e justificou o facto pela extensão e complexidade da província, e pediu ainda maior compreensão da população. “A extensão e a complexidade da província não permitia sem um estudo apurado conseguir resultados desejados,~~

~~agora acredito que estamos em condições de dar respostas a este problema, isto associado ao apoio das comunidades”, esclareceu.~~

~~Entretanto, os trabalhadores da Elisal contam desde ontem com um centro médico. Orçado em 180 mil dólares, o referido centro médico, vai assistir mil e 400 trabalhadores que, diariamente, têm a incumbência de prestar os serviços de limpeza e saneamento da cidade capital.~~

~~O centro médico conta com oito salas, sendo um laboratório, uma farmácia, dois consultórios médicos, uma sala de esterilização, duas salas de internamento, das quais uma para homem e outra para mulher, e uma sala de pequena cirurgia. O mesmo irá funcionar 24/24 horas.~~

~~Por outro lado, o director geral da Elisal, Antas Miguel, disse que o problema de limpeza da cidade de Luanda, não reside apenas em contentores ou camiões, mais sim de um sistema organizativo e funcional que possa definir as tarefas a executar e suas formas de execução.~~

7.54 -Comuna de Ussoque volta a ter água canalizada 30 anos depois

Jornal de Angola 7 de Abril de 2006

QUARENTA e oito mil e 44 pessoas concentradas na comuna e Ussoque e no sector de, Kuqueta, município de Londuimbali, a cerca de 92 quilómetros a Norte da cidade do Huambo, beneficiam desde terça-feira de água canalizada, depois de 30 anos a consumirem água imprópria.

A reposição do abastecimento de água potável foi possível graças à recuperação do sistema de captação e tratamento de água das referidas localidades, com o financiamento do governo local, em parceria com o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF). Os sistemas de captação e tratamento de água, que funcionam por gravidade; foram inaugurados pelo chefe do Gabinete de Apoio às Administrações Municipais e Comunais, Justino Tchimbadi, no quadro das celebrações do 4º aniversário assinatura do Memorando de Entendimento no Luena, província do Moxico, assinado terça-feira.

Na comuna de Ussoque, a cerca de 27 quilómetros a Norte da vila de Londuimbali, para além da recuperação completa do sistema, a partir da nascente, foi reabilitado o reservatório de 24 mil metros cúbicos de água e cinco chafarizes com as respectivas lavandarias, para beneficiar a população residente nos bairros

periféricos. A reabilitação dos dois sistemas de captação e tratamento de água, incluindo o da comuna de Mbave (Tchicala-Tcholoanga), inaugurado em Novembro de 2005, custaram 134 mil dólares, 84 mil dos quais foram disponibilizados pelo Unicef. A população de Ussoque e Kuqueta agradeceram os esforços do Governo e do Unicef, na melhoria da qualidade de água. A Angop apurou que, das 37 comunas da província do Huambo, 14 possuem os sistemas, tratamento de água recuperados. O uso de água imprópria por parte de alguns populares da região do planalto central de Angola é bem visível, sobretudo nas aldeias distanciadas das sedes municipais e comunais.

No decorrer do ano em curso, a direcção provincial de Energia e Águas prevê investir 90 milhões e 665 mil Kwanzas para recuperar os sistemas de captação e tratamento de água dos municípios do Mungo, Bailundo e da comuna de Lunge (Bailundo).

7.5-Elizal inicia novo modelo de limpeza

Journal de Angola 4 de Abril de 2006

O novo modelo de recolha de lixo começou a ser implementado ontem na comuna da Ilha de Luanda, município da Ingombota, seis meses depois de ter sido lançado.

A partir de ontem os moradores da Ilha de Luanda passaram a depositar o seu lixo, em sacos, das 18 às 21 horas, à porta. O porta voz da Empresa de Limpeza e Saneamento de Luanda, Stella Silveira, disse estarem já criadas as condições técnicas para se processar a recolha dos resíduos sólidos das 21 às seis horas, sendo imprescindível a colaboração dos moradores da Ilha, respeitando o horário de deposição do lixo.

O governo provincial, através da Empresa de Limpeza e Saneamento de Luanda (ELISAL), iniciou a dez de Outubro passado a implementação do novo modelo de limpeza pública e de gestão de resíduos sólidos, no município da Ingombota.

Este modelo prevê a retirada dos contentores da via pública, evitando amontoados de lixo em estradas e melhorar a imagem da cidade capital. A porta voz da ELISAL, explicou que foram criadas, com apoio das comissões de moradores, cooperativas de catadores para transportar os sacos de lixo dos pontos de difícil acesso (Como becos) para os locais indicados para facilitar a recolha.

Pretende-se evitar que os populares andem com sacos de lixo de um local para o outro. Basta colocar o lixo à porta e à hora indicada para que o cidadão beneficie

do serviço.

7.6-Notificados 16 casos de cólera em Cacuaco

Journal de Angola 3 de Abril de 2006

DEZASSEIS casos de cólera foram notificados nas últimas horas, no município do Cacuaco, entre os quais três óbitos, o que perfaz um total de 65 casos desde o início do surto da epidemia a 13 de Março passado.

Tais casos, segundo dados do sector da Saúde local, ocorreram ao domicílio, devido à incapacidade de transportação imediata dos afectados ao centro de saúde municipal para o seu tratamento. Para conter o alastramento da doença, a Administração municipal criou uma comissão composta por membros de igrejas, de associações e de partidos políticos para a sensibilização das comunidades, para além de efectuarem a distribuição de panfletos educativos sobre a doença. De igual modo, uma equipa de técnicos epidemiológicos da secção municipal da Saúde leva a cabo inquéritos aos doentes encontrados nas distintas comunidades recomendando o tratamento de água para beber, bem como desinfectar 20 residências à volta de cada uma afectada.

Tais acções juntam-se a outras como seminários para coloração da água, em que participaram membros da sociedade civil, uma vez que algumas populações continuam a consumir água de tanques e de cacimbas. O desencorajamento das pessoas quanto aos rituais tradicionais, como beijar o cadáver e o uso da roupa do defunto é também tarefa da comissão de luta contra a cólera para evitar que outras pessoas sejam infectadas por esta via.

A limpeza de valas e a recolha de lixo dos focos situados em algumas localidades de Cacuaco constituem igualmente tarefa imediata da Administração apoiada pelos Serviços Militares do Exército Nacional.

7.67 -Administração da Samba reforça luta contra a cólera

Journal de Angola-11 de Abril de 2006

Com vista a evitar a propagação da cólera em toda a extensão do município e combater a doença na província, a administração da Samba, o Comando da Polícia e outras entidades afins iniciaram ontem uma campanha de sensibilização aos vendedores do mercado da Mabunda, bairro da Camuxiba, em Luanda.

A actividade, que envolveu a fiscalização do governo

provincial e a Polícia Marinha, visa alertar os vendedores sobre a gravidade da epidemia e os riscos que correm por venderem produtos alimentares em locais sem condições de salubridade. Segundo apurou a Angop, a operação visa estancar a venda de produtos não piscatórios na Orla Marítima da Camuxiba, onde a falta de higiene é bastante acentuada, o que atenta contra a saúde dos munícipes. Além de produtos perecíveis, com predominância para o pescado, na praça da Mabunda comercializa-se também arroz, feijão, fuba, óleo alimentar, hortaliças, entre outros. De acordo com as autoridades, municipais da Samba, a zona da Camuxiba transformou-o num grande foco perturbador da ordem e tranquilidade, públicas, registando diariamente muitos actos de vandalismo. Os mesmos consideram o local propenso ao alastramento da doença, devido às más condições de saneamento, susceptível de se agravar ainda mais por causa das chuvas. Para além da sensibilização, os vendedores foram informados dos cuidados a terem com os produtos comercializados, bem como das formas de evitar a cólera, que até ao momento matou já 60 pessoas, em dois mil e 600 casos registados desde 13 de Fevereiro deste ano.

Nessa perspectiva, a administração da Samba recomenda todos os armadores a reservarem uma área específica no interior das suas instalações, para a venda dos seus bens.

7.7 Novo modelo de limpeza pública será implementado em Junho

Jornal de Angola-12 de Abril de 2006

O governador de Luanda, Job Capapinha, garantiu para o mês de Junho a extensão do novo modelo de limpeza pública e recolha de lixo aos restantes municípios.

Job Capapinha, que falava à margem da inauguração do Centro de Saúde da Empresa de Limpeza e Saneamento de Luanda (ELISAL) ocorrida ontem, acrescentou que o processo de potenciamento das operadoras em meios técnicos para que possam prestar um serviço à altura das exigências está a ser levado acabo. O governante reconheceu a pouca capacidade das operadoras na recolha de resíduos sólidos e justificou o facto pela extensão e complexidade da província, e pediu ainda maior compreensão da população. "A extensão e a complexidade da província não permitia sem um estudo apurado conseguir resultados desejados, agora acredito que estamos em condições de dar respostas a este problema, isto associado ao apoio das comunidades", esclareceu.

Entretanto, os trabalhadores da Elisal contam desde

ontem com um centro médico. Orçado em 180 mil dólares, o referido centro médico, vai assistir mil e 400 trabalhadores que, diariamente, têm a incumbência de prestar os serviços de limpeza e saneamento da cidade capital.

O centro médico conta com oito salas, sendo um laboratório, uma farmácia, dois consultórios médicos, uma sala de esterilização, duas salas de internamento, das quais uma para homem e outra para mulher, e uma sala de pequena cirurgia. O mesmo irá funcionar 24/24 horas.

Por outro lado, o director geral da Elisal, Antas Miguel, disse que o problema de limpeza da cidade de Luanda, não reside apenas em contentores ou camiões, mais sim de um sistema organizativo e funcional que possa definir as tarefas a executar e suas formas de execução.

7.8 -Mercado do Kikolo previne-se da cólera.

Jornal de Angola-12 de Abril de 2006

A administração do mercado do Kikolo, município de Cacucaco, Luanda, adoptou um novo modelo de recolha de resíduo sólido.

Para Raúl Bonifácio Mamedes da Silva, administrador do referido mercado, manter a higiene do mercado do Kikolo, dado o surto da epidemia da cólera que se está a alastrar em Luanda, e não só, é uma das apostas. Até bem pouco tempo, disse, no referido mercado, registava-se vários focos de lixo, depositados por certos moradores residentes ao arredor do mesmo. "Conseguimos superar a situação com a constituição de uma equip para a limpeza de toda a extensão do mercado", garantiu. Para a garantia da referida actividade, a direcção do mercado em causa, conta com o apoio da administração municipal de Cacucaco, que disponibilizou catorze carros de mãos e outros materiais para se manter o mercado limpo.

"Nos próximos dias, vamos receber um meio para facilitar ainda mais a recolha de lixo. Esse meio virá da administração de Cacucaco. Além da administração, a direcção provincial de Mercados e Feiras do Governo Provincial de Luanda (GPL) tem dado o seu todo o apoio", referiu. À delinquência não faz morada naquele local, dado a organização do mercado, que está por quarteirões e um posto policial que se encontra nas imediações. Segundo Raúl da Silva, os fiscais têm feito uma sensibilização às vendedoras, no sentido de se apurarem rigorosamente, assim como manterem respeito ao cliente. "A nossa política é de manter o mercado sempre limpo. Respeito ao cliente e banir a delinquência.

Formatada: Português (Brasil)

O nosso lema é que os clientes devem sentir-se num a vontade e regressam sempre para comprarem os seus produtos ou fazerem os seus negócios, isto desde que seja lícito, determinável e que não vai contra a ordem pública", salientou. É de realçar que o mercado do Kikolo conta com sete quarteirões. Cada um tem um responsável que trabalha com um grupo de fiscais.

7.9 Governo disponibiliza viaturas para combate à cólera

Jornal o Independente-15 de Abril de 2006

O Governo do Kwanza-Norte disponibilizou recentemente, oito viaturas de marca "Land-Rover" à Direcção Provincial da Saúde local para apoiar os activistas sanitários e recolha de doentes infecta dos pela cólera em Ndalatando.

A informação foi prestada à Angop pelo supervisor provincial de Saúde Pública, Alfredo Caetano, referindo que os meios recebidos irão reforçar a transportação dos pacientes de cólera da periferia para o hospital local, tarefa que antes era efectuada por uma única ambulância. Alfredo Caetano reafirmou a determinação das autoridades sanitárias da província de intensificarem as campanhas de sensibilização para o combate a cólera, através de 308 mobilizadores de saúde pública que já trabalham em todos os bairros e arredores de Ndalatando.

Por outro lado, o responsável fez saber ainda que, entre os mobilizadores, sociais constam líderes tradicionais, religiosos, parteiras tradicionais e voluntários. Segundo o responsável, a doença está a generalizada em toda a periferia e localidades situadas até 17 quilómetros de Ndalatando, assinalando que os bairros Sambizanga, Kilamba-Kiayi, 28 de Agosto e 11 de Novembro são os mais afectados pela epidemia. A manutenção de cadáveres por mais de 24 horas nas respectivas residências, a observância de rituais como dar banho e abraçar os mortos, as deficientes condições de saneamento, o uso e consumo de água imprópria constituem, de acordo com Alfredo Caetano, as principais causas do alastramento da cólera.

Até as primeiras horas de quarta-feira, 12, estavam totalizados, em Ndalatando, 70 óbitos resultantes da epidemia, sendo 34 extra-hospitalares, em 690 casos registados desde 20 de Março, altura em que foi declarado o surto na província.

Formatada: Português (Brasil)

8 - PAZ E RECONCILIAÇÃO

8.1 Alguns benefícios da paz

Jornal o Cruzeiro do Sul, 1 de Abril de 06

A província de Benguela abrangendo uma área de 39 mil 826,83 Km² de superfície e estabelecendo fronteiras com as províncias do Huambo, Huila, Namibe e Kuanza Sul é sem dúvida uma região importante que funciona como uma verdadeira placa giratória para o Centro e Sul do país. Por aqui passam muitos dos esforços de consolidação da paz.

O ambiente de paz propiciou que algumas acções planificadas pelo Governo provincial de Benguela nas áreas de educação, Saúde, Águas, Energia, terraplanagem, Defesa torrencial, Agricultura, Comunicação social e algumas acções de emergência fossem realizadas. Informações oficiais do Governo provincial indicam que de 2002a esta parte 25 novas escolas do I Nível e 15 residências para professores foram implementadas nos municípios do interior. 691 novas salas de aulas entre reabilitadas e construídas permitiram o ingresso de 118 mil e 39 alunos no Sistema de ensino. Outros 15 estabelecimentos de ensino do I Nível ao pré-universitário foram reabilitados. A rede sanitária nos seis municípios do interior foi ampliada com 25 Postos de saúde, 31 residências para enfermeiros e médicos, outras sete unidades hospitalares foram reabilitadas e apetrechadas. O serviço público de rádio e televisão chegou aos municípios e comunas do interior. A iluminação pública e doméstica também foi reposta nas sedes comunais e municipais.

A longa lista de acções executadas pelo Governo de Benguela inclui a reabilitação dos sistemas de irrigação do Cavaco, Catumbela e Canjala que fazem parte de 1 milhão de hectares favoráveis ao desenvolvimento agrícola nos nove municípios para distintas culturas.

8.24 -Direcção da Educação de Luanda lança concursos da Paz

Jornal de Angola-4 de Abril de 2006

Concursos de desenho poesia, canção, teatro e feitura de jornais mural para alunos do ensino geral e institutos técnicos foram abertos ontem pela Direcção Provincial de Luanda da Educação.

Os referidos concursos enquadram-se nas comemorações alusivas ao Dia da Paz e Reconciliação Nacional, que hoje se assinala. O director provincial de Luanda da

Educação, André Soma, disse que as obras a serem apresentadas deverão reflectir os efeitos da paz e da reconciliação nacional, alcançadas em 2002. Os concursos estarão abertos até ao dia 31 do presente mês e serão extensivos aos alunos dos institutos privados tutelados pela Direcção Provincial da Educação. André Soma não referiu os prémios, mas adiantou que a classificação será atribuída pelos responsáveis das respectivas instituições, de acordo com os níveis de ensino e as classes. Sob o lema "A paz, reconciliação e trabalho, Angola está a mudar", os mesmos visam incutir nos alunos a importância da efeméride, bem como o espírito de unidade com o próximo.

No programa alusivo ao 4 de Abril, elaborado pela Direcção Provincial da Educação, está previsto igualmente a realização de palestras sobre a paz e reconciliação nacional nas diferentes escolas. A Direcção de Luanda da Educação controla 480 escolas do I, II e III níveis, institutos normais e Puniv, localizados nos municípios da Ingombota, Samba, Maianga, Rangel, Sambizanga, Kilamba-Kiixi, Cazenga, Cacucuo e Viana.

8.32 -O tortuoso caminho para a Paz

Jornal de Angola-4 de Abril de 2006

A 4 de Abril de 2002 registou-se o acontecimento que encerrou o período mais negro da História recente de Angola. Para trás ficavam cerca de quarenta anos de uma guerra que deixou quatro milhões de deslocados, cem mil mutilados e cinquenta mil crianças órfãs. Somam-se às pesadas cifras vários milhares de mortos e um país literalmente destruído. O virar da página foi selado pela assinatura, há quatro anos, entre o Governo angolano e a UNITA, do Memorando de Entendimento Complementar ao Protocolo de Lusaka.

Numa cerimónia que inseriu o 4 de Abril no calendário das grandes comemorações nacionais como o Dia da Paz, os generais Armando da Cruz Neto e Abreu Muengo "Kamorteiro" assinaram o Memorando na presença de representantes da comunidade internacional e sob o olhar esperançado de milhões de angolanos. Para tal desenlace foi determinante a vontade política das partes signatárias, que autorizam às chefias dos dois exércitos a conversar sem mediação estrangeira, ao longo de quinze dias.

Lwena, a capital do Moxico, albergou as negociações entre militares das FAA e FALA, que assinaram, a 30 de Março, o memorando complementar para a cessação das hostilidades e a resolução das questões pendentes nos termos do Protocolo de Lusaka.

O cessar-fogo, que já era um facto, foi formalizado a 4

Formatada: Português (Brasil)

Formatada: Português (Brasil)

de Abril.

As conversações haviam iniciado no período subsequente à morte em combate de Jonas Savimbi, assinalada a 22 de Fevereiro. A assinatura do Memorando pôs também termo a 27 anos de acordos mal sucedidos entre o MPLA e a UNITA. O primeiro pacto tem 31 anos. Aconteceu no Algarve a 15 de Janeiro de 1975, quando, vencidas várias tentativas frustradas, os líderes dos três movimentos de libertação-MPLA, FNLA e UNITA- foram reconhecidos por Portugal como os únicos e legítimos representantes do povo angolano.

Na presença de Vasco Martins e Costa Gomes, respectivamente, primeiro-ministro e Presidente de Portugal, Agostinho Neto, Holden Roberto e Jonas Savimbi assinaram, pelos seus partidos, os chamados Acordos de Alvor.

O consenso para o documento, de 60 artigos, foi obtido depois de seis dias de discussão. Nele se estabeleciam os mecanismos de partilha do poder até à proclamação da independência de Angola, marcada para 11 e Novembro de 1975. O processo deveria passar pela eleição de uma assembleia constituinte, após a retirada das tropas portuguesas de Angola. Alvor foi antecedido de inúmeros encontros secretos, iniciados três meses antes, tendo o texto final resultado de uma pré-cimeira realizada em Mombaça, no Quênia. Os três movimentos esboçaram então as formas de divisão e poderes e a estrutura do Governo de Transição, assim como a integridade do território e a data da independência.

No entanto, nada disso aconteceu. Os políticos desentenderam-se e, no calor da guerra, Agostinho Neto proclamou, na data prevista, a independência de Angola. O conflito agudizou-se, ao ponto de ser considerado um dos mais violentos do mundo. A UNITA, a qual se atribuiu um protagonismo menor na arena militar, armou-se fez alianças e partiu para a guerra.

Ainda assim, a via negocial foi-se impondo novamente como a única solução para o calar dos fuzis. E aconteceu Gbadolite. Numa quinta-feira, 22 de Junho de 1989, a terra natal do depósito Presidente do Zaíre, Mobutu Sesse Seko, acolheu 19 Chefes de Estado africanos, o rei Hassan II do Marrocos e o vice-presidente da Tanzânia, para testemunhar mais uma tentativa de Paz para Angola. Teria sido essa a primeira vez que José Eduardo dos Santos e Jonas Malheiro Savimbi se encontraram na condição de Presidente da República e líder do movimento rebelde, respectivamente. A declaração final aludia à “evolução

positiva dos acontecimentos”, fruto do qual se determinou a vontade de “todas as filhas e filhos de Angola porem fim à guerra e proclamar perante o mundo a reconciliação nacional”.

Contudo, o derrube, poucos dias passados, das torres condutoras de energia eléctrica deixou Luanda às escuras, prática que consubstanciava um dos métodos de pressão celebrizados pela UNITA. Embora a responsabilidade tivesse sido imputada a uma vaca perdida, a trégua rubricada em Gbadolite não passou de um documento sem qualquer efeito prático, além da referência histórica.

Tudo continuou na mesma até 31 de Maio de 1991, altura em que o Governo e a UNITA, já sob mediação portuguesa, produziram os Acordos de Bicesse. Depois de largos meses de contactos directos entre delegações de alto nível por si mandatadas, o Presidente da República e o líder da UNITA assinaram um acordo pela segunda vez. Ao abrigo de Bicesse, criou-se a célebre Comissão Conjunta Político-Militar (CCPM) e foram marcadas para Setembro de 1992 as primeiras eleições multipartidárias em Angola. Altos dirigentes da UNITA escalaram, a partir de Junho de 1991, Luanda e outras cidades controladas pelo Governo. Em Setembro do mesmo ano, Jonas Savimbi desembarca na capital. Às Nações Unidas foram encarregues de conduzir e supervisionar o processo.

A britânica Margareth Anstee foi nomeada representante do Secretário-geral da ONU, tendo as eleições sido realizadas numa altura em que faltava completar a desmobilização militar e a formação do exército único se encontrava na fase embrionária. Foi nesse contexto que a UNITA perdeu as eleições, consideradas genericamente justas e regulares pelas Nações Unidas e troika de observadores, constituídas por Portugal, Rússia e Estados Unidos da América. O partido de Jonas Savimbi, que se mudara de Luanda para o Huambo, na sequência da crise pós-laboral, rejeitou as eleições. Fracassadas todas as tentativas de aproximação, o país voltou a ser sacudido pela guerra.

Entretanto, Boutros Boutros Gali nomeou, a 28 de Junho de 1993, o diplomata maliano Alioune Blondin Beye para seu representante especial em Angola, em substituição de Margareth Anstee. O cargo chegou a ser cogitado para o brasileiro Sérgio Vieira de Mello, rejeitado pela UNITA. O Maliano desdobrou-se em contactos, dando início, em Outubro de 1993, às conversações que inseriram a capital de Lusaka na rota da paz em Angola. Nessa fase, morriam cerca de mil angolanos por dia. Verdadeira maratona, as conversações tinham como regra o “black out” imposto

por maître Beye.

Deixando para trás cerca de um ano de recuos, avanços, paragens, crises traumáticas e esperas angustiantes, o Protocolo de Lusaka foi finalmente assinado, a 20 de Novembro de 1994, depois de as duas terem alcançado o entendimento formal nas últimas horas do dia 31 de Outubro. Venâncio de Moura e Eugénio Manuvakola Rubricaram o documento. Cento e cinco páginas deram substância ao protocolo de Lusaka, que estabeleceu os princípios gerais e específicos e as modalidades de aplicação do acordo. Fixou o prazo de dois anos para a execução das tarefas respeitantes aos dossiers reconciliação nacional, militar e os penderes. O primeiro que incluía a inserção dos membros da UNITA na gestão dos assuntos do Estado e o estatuto especial para Jonas Savimbi foi o mais difícil de negociar. Não obstante os atrasos, em finais de Dezembro de 1996, deu-se um passo de gigante na implementação do Protocolo. Nove generais da UNITA foram incorporados nas Forças Armadas Angolanas, passando o exército unificado a ser praticamente apertidário. Arlindo Chenda Pena "BenBen", Chefe do Estado Maior das FALA, e Demóstenes Amós Chilingutula, seu antecessor no posto, encontravam-se entre os promovidos ao grau militar de general. Ben-Ben ocupou até à sua morte o cargo de vice-chefe do Estado Maior das FAA, ao passo que o segundo foi empossado vice-ministro da Defesa, com os demais quadros do seu partido que, a 11 de Abril de 1997, ocuparam os seus lugares no GURN.

Com a tomada de posse dos deputados da UNITA na Assembleia Nacional e o preenchimento do Governo de Unidade e Reconciliação Nacional, estava aparentemente concluída a execução do Protocolo de Lusaka. Apenas aparentemente. O processo encahou na fase da reposição da administração do Estado e no desentendimento relativo às áreas diamantíferas das Lundas. Mais negociações, incumprimentos e novas iniciativas de maître Beye indicaram a crise latente. A morte trágica de Alioune Blondin Beye, a 26 de Junho de 1998, quando tentava desesperadamente salvar o processo dos "inimigos da paz", anunciou o retorno à guerra.

Quatro anos depois da assinatura do Protocolo de Lusaka, Angola voltou a mergulhar num banho de sangue. Foram precisos mais quatro anos para se alcançar a paz definitiva. E, quatro anos volvidos, há ainda feridas por cicatrizar e uma nação em construção. Mas a certeza de que a "guerra ficou para trás" como canta Rui Mingas faz com que, apesar das diferenças e contradições inerentes à convivência democrática, os angolanos suspirem de alívio. Afinal, guerra, nunca

mais!

8.4 A reinserção dos homens das armas

Jornal o falha 8, 8 de Abril de 2006

Das várias tarefas constantes do cumprimento deste acordo, se afigurava a criação de um exército Único resultante da fusão das ex-forças armadas em conflito, fixado em cerca de 90 mil efectivos, sendo que os excedentários estariam sujeitos a desmobilização e a um programa de reintegração socio-económico e profissional.

Com todas as dificuldades do momento, o processo produziu 134.289 Ex-militares, sendo 10.402 da Ex-FALA e 123.887 das ExFAPLA e à semelhança do que acontece hoje, a coberto de um programa específico, o Governo baseou as suas acções na formação, reconversão profissional e ensino (...) sensibilização da população alvo para o processo de descompressão social das áreas urbanas, encorajando o retorno às áreas de origem. As experiências do processo de Bicesse com que o Governo, na sua política de relançamento das acções aquando de Lusaka, melhorassem alguns conceitos e a própria estrutura organizativa do processo em si.

O protocolo de Lusaka proporcionou uma viragem progressiva ao processo de paz, a população retomou a credibilidade para o rápido desenvolvimento económico, baseado nas potencialidades que o país tem e o Instituto de Reinserção Social dos Ex-Militares (IRSEM) conseguiu implantar-se nas 18 províncias, procurando estender a sua influência para as áreas rurais.

O processo de Lusaka produziu 57.111 Ex-militares, no entanto, no quadro de um programa nacional de desmobilização e reintegração, aprovado pela resolução 11/96, o IRSEM sob tutela do Ministério da Assistência e Reinserção Social, executou a componente "Reinserção", pois a "Desmobilização" estava a cargo da Comissão Conjunta Política Militar (CCPM). O processo de reintegração precedida de determinadas etapas, ou seja: aquartelamento das Ex-FALA, incorporação das Ex-FALA nas FAA, desmobilização das tropas excedentárias, transportação dos desmobilizados para as áreas de destino e reinserção sócio dos ex-militares.

O processo conheceu momentos em que as estratégias ou mudanças introduzidas tiveram que esperar por novas negociações das partes envolvidas (Governo PNUD e outros doadores) o que resultou na maior parte das vezes num desperdício de tempo e recursos

Formatada: Português (Brasil)

bastantes altos, a redução do impacto preconizado e as pessoas envolvidas, psicologicamente, desmotivadas. A situação política ficou ameaçada devido aos atrasos da calendarização da administração do Estado às áreas ainda sob ocupação da UNITA, constatou-se um movimento permanente de tropas e incidentes de reocupação de localidades onde a administração do Estado já era um facto.

Estes constrangimentos provocaram as permanentes mutações de destinos que ex-militares apresentavam com relação a sua fixação ou retorno para junto das suas famílias e as dificuldades de acesso às opções de reintegração por falta de circulação de pessoas e bens provocada pela instabilidade militar.

Entendimento do Luena

Na intenção de se preencherem parte dos compromissos políticos do Governo feitos no âmbito do anexo 4 do Memorando de Entendimento de 4 de Abril de 2002, o Programa Geral de Desmobilização e Reinserção (PGDR), dá uma assistência prioritária à desmobilização e reintegração dos Ex-militares do processo pós-Luena e é abrangente aos Ex-militares desmobilizados, no âmbito do processo de Paz.

O PDGR é o instrumento, na base do qual se estão a processar três acções políticas, nomeadamente desmobilizar cerca de 105.000 Ex-militares das Ex-Forças Militares da UNITA e 33.000 das FAA e apoiar a reintegração social e económica de todos os Ex-militares desmobilizados. Até hoje, o processo de desmobilização produziu 97.138 efectivos da EX-FMU e muito brevemente serão licenciados pelas FAA cerca de 3.940 efectivos dos 33.000. Esta acção, foi executada cumprindo etapas duma planificação que procura realizar uma inserção/reintegração social e económica sem sobressaltos.

As etapas foram: o aquartelamento dos efectivos elegíveis ao processo, acção de informação, sensibilização (...) aconselhamento, registo, selecção e atribuição de subsídio de contingência.

Os custos deste processo cifraram-se em cerca de 157 milhões de dólares. Uma presença relevante foi atribuída ao Banco Africano de Desenvolvimento (BAD), que fez uma doação na ordem de cinco milhões de dólares para apoio aos grupos vulneráveis em Angola. Cerca de 100 projectos foram submetidos ao IRSEM, dos quais 85 foram aceites pelas Comissões de Avaliação e aprovação de Projectos.

Para o presente ano, o Governo continuar a efectuar esforços para regularizar a situação dos Ex-militares que ainda não têm documentos e iniciar o processo de

licenciamento dos 33.000 efectivos das FAA.

8.5 Samakuva defende ex-militares

Jornal o Folha 8, 8 de Abril de 2006.

O presidente da UNITA, Isaías Samakuva, defendeu que a reconciliação nacional deve ser uma prioridade do governo, apelando à urgente melhoria das condições de vida dos desmobilizados de guerra de todas as antigas forças militares que lutaram em Angola.

"Angola precisa de um governo que coloque no topo da agenda nacional o grande objectivo nacional desta geração, que é a verdadeira e sincera reconciliação nacional", afirmou Samakuva, durante uma conferência sobre a reinserção dos ex-militares, no âmbito das comemorações do quarto aniversário da assinatura dos acordos de paz, assinada a 04. Para o líder da UNITA, "os dirigentes angolanos terão de esquecer a proveniência dos militares quando fizerem nomeações ou atribuírem as pensões. Terão de se lembrar sempre de que somos todos irmãos e que Angola é só uma. O ELNA (exército da FNLA), as FAPLA (ex-exército do MPLA) e as FALA (ex-exército da UNITA) constituem património de todos os angolanos e todos deverão ter as mesmas oportunidades quando se tiver de escolher, patentear ou honrar os dignitários da classe militar", frisou.

"Para os dirigentes angolanos não deve haver generais pretos nem mulatos, ovimbundos ou tchokwes, bakongos ou kimbundus. Todos são angolanos, com direitos iguais", defendeu Samakuva, para quem "este será um dos objectivos da verdadeira reconciliação nacional". Na sua intervenção, o presidente da UNITA recordou os "milhares de mutilados" que vagueiam pelas ruas das principais cidades angolanas "esperando que alguma alma caridosa se digne largar alguns trocos para poderem encontrar algo para o seu estômago faminto".

"A forma como Angola despreza e desconsidera os ex-militares não prestigia o Estado e deve acabar", reclamou, frisando que o actual governo deve "mudar a sua política" relativamente a esta questão. Nesse sentido, considerou que "a verdadeira e sincera reconciliação nacional tem por objectivo estabelecer, não uma paz militar, mas uma paz social, que significa emprego para todos, educação para todos, oportunidades de crédito para todos".

"Angola precisa de um Estado forte, capaz de induzir políticas públicas abrangentes que protejam os mais fracos", insistiu, recordando haver "angolanos que

Formatada: Português (Brasil)

nasceram em condições extremamente desfavoráveis ao seu desenvolvimento. Faz parte do nosso conceito de nação oferecer a estas pessoas a possibilidade da plena integração na vida social, de modo a que possam também acreditar que este é um país de oportunidades, onde a liberdade e a igualdade económica não são apenas para os mais favorecidos, mas para todos", acrescentou.

No seu discurso, Isaiás Samakuva reafirmou que a paz e a reconciliação nacional são "valores supremos" para a UNITA e que o seu partido "continuará a criticar" o governo "sempre que ele não trabalhe para a verdadeira reconciliação nacional. Não aceitamos que um país que desperta os interesses de investidores de muitas partes do mundo não consiga desenvolver políticas para proteger os mais fracos, em particular os desmobilizados dos vários exércitos", afirmou.

8.6 O «destempo» da Paz

Jornal o folha 8, 8 de Abril de 2006.

A paz é por muitos considerada uma dádiva de Deus, protagonizada por homens de boa-fé, compenetrados e comprometidos, a dado momento, com o valor da vida humana. Em Angola a vida de um ser humano, durante os mais de 30 anos de guerra, chegou a valer menos do que a de uma galinha.

Era confrangedor assistir a bárbarie protagonizada por compatriotas do mesmo solo pátrio, pela única razão de pretenderem ao mesmo tempo e pela força das armas alcançar o poder. Anos a fio, milhares de autóctones crentes e não crentes, faziam nas suas barricadas uma corrente da fé, para que a racionalidade, um dia baixasse a mente dos senhores da guerra e os fizesse parar com a carnificia que tantos rios de sangue fez transbordar os lares de autóctones, com o luto e a mutilação de ente queridos, ou ainda a destruição do património físico. E foi com base na fé, que para gaúdio geral, que muitos louvaram a Deus o assinar do compromisso para o enterrar do machado de guerra, a 4 de Abril de 2002, no Entendimento de Luena, através dos generais Geraldo Sachipengo Nunda, chefe do Estado-Maior General Adjunto das FAA, e Abreu Muengo "Kamorteiro", alto comandante das Forças Militares da UNITA, que por ironia do destino são primos direitos.

Muitos defendem ter contribuído para este desfecho exclusivamente a morte em combate do fundador e líder histórico da UNITA, Jonas Malheiro Savimbi, a 22 de Fevereiro no Lucusse-Munhango, mas uma análise mais abrangente pode conduzir-nos a outra margem. Outros radicais, dos dois lados poderiam accionar a

clarinete da continuidade da guerra, mas quis o cruzamento dos destinos, que os moderados, fossem os eleitos para no momento de tragédia estarem no comando das operações das duas barricadas. Ganhou Angola, ganharam os angolanos, para glória de Deus. A paz foi adiada em 1975, data em que Angola ficou independente do jugo colonial, face a ambição e o desentendimento entre os três líderes políticos, que conduziram a luta de libertação nacional e foram signatários dos Acordos de Alvor, nomeadamente Agostinho Neto, Jonas Savimbi, ambos já falecidos e Álvaro Holden Roberto (único sobrevivente de todo tenebroso processo)

O protagonismo político, discricionário e egocêntrico de Agostinho Neto, fez com que Angola fosse invadida por forças estrangeiras, cubanas convidadas pelo MPLA, sul-africanas por Jonas Savimbi e o exército zairense por Holden Roberto. Era o anti-patriotismo elevado ao rubro, com tapete para a destruição e imobilismo de uma terra que ambicionava uma mudança para a afirmação dos seus povos e nações e não de uma continuidade da guerra, mais atroz, que ceifou mais vidas que a colonial. A guerra fratricida que a nada nos levou, antes pelo contrário plantou à miséria, o subdesenvolvimento, a destruição das infra-estruturas e vidas humanas sem razões objectiva.

Quatro anos depois do calar das armas o país, para os autóctones continua na mesma, pois eles não se alimentam com os gráficos ilusórios da equipa económica do governo, tudo isso porque ele não conhece no seu dia a dia melhorias. Os sistemas de ensino e de saúde são de fraca qualidade e não abrangem toda a população, o abastecimento de água e energia eléctrica são muito deficitários, incluindo em Luanda, capital do país, e a distribuição da riqueza permanece desigual. A situação humanitária em Angola evoluiu muito nos últimos quatro anos, mas ainda persistem problemas sociais graves, apesar de o país ter praticamente resolvido o drama dos deslocados de guerra.

Os graves problemas do quotidiano foram suficientes para impedir que a população saísse à rua para festejar o quarto aniversário da assinatura dos acordos de paz, que será assinalado um pouco por todo o território.

8.3 -4 de Abril, o dia da Paz

Jornal o angolense-15 de Abril de 2006

1º FACTOR

Começa na Luta de Libertação Nacional onde as Forças Patrióticas não conseguiram uma plataforma comum no combate contra o colonialismo Português, visto que, já no seu percurso, para além do combate

Formatada: Português (Brasil)

contra as forças opressoras também havia em certas áreas escaramuças entre irmãos que buscavam o mesmo objectivo que é o de "libertar o País do jugo colonial". Com o Golpe de Estado que surgiu a 25 de Abril de 1974 em Portugal, acelerou-se a descolonização de Angola.

Na altura, interessa recordar, que a UNITA na pessoa do seu Líder fundador Dr. Savimbi, fez um esforço de aproximação entre os três Movimentos de Libertação Nacional UNITA, MPLA e FNLA no intuito de negociar com as autoridades Portuguesas para a Independência Nacional, historicamente conhecidos como acordos de alvor de que constava igualmente a criação de um Governo de Transição e as eleições gerais para Outubro de 1975. Infelizmente, Alvor não ultrapassou as contradições antagónicas entre os Angolanos e como resultados, cada uma das partes queria chegar ao poleiro ignorando os outros, facto consumado com a proclamação unilateral da Independência pelo MPLA. Essa atitude, levou os outros Movimentos de Libertação Nacional a resistência com maior incidência a UNITA. A Resistência da UNITA teve sempre como pano de fundo o reconhecimento que se devia dar a todos aqueles que contribuíram para que o 11 de Novembro fosse possível e que os angolanos tivessem a capacidade de fecharem uma página dolorosa para um futuro melhor. Os acordos de Bicesse de 1991, são a consequência desse espírito mas, mais uma vez o País resvalara para uma outra guerra porque os Angolanos na sua generalidade e de uma forma mais singular o MPLA e a UNITA não conseguiram encontrar bases de cooperação e de entendimento para se pôr cobro o passado doloroso que os separava. Assim, mais sacrifícios foram consentidos pelos Angolanos.

2º FACTOR (PORQUÊ QUE FOI POSSÍVEL O 4 DE ABRIL)

Na minha opinião, sem rodeios e de uma forma frontal, o que acelerou e ditou o entendimento do Memorandum do Luena, foi o facto de o MPLA ter chegado a conclusão de que com a morte do Dr. Savimbi, a UNITA não representaria mais qualquer resistência de uma oposição no sistema multipartidário, com isso, as portas estavam abertas para um diálogo pouco mais franco e demonstrativo. Interessa realçar que o Dr. Savimbi já fazia movimentos em direcção ao fim do conflito para abraçar a via da paz e reconciliação que sempre desejou uma vez que houvesse contrapartidas que dignificasse os Angolanos. É óbvio que muitos cidadãos observem que a UNITA estava em posição de fraqueza militar mas dizia um histórico comandante de guerrilha contra o colonialista português o saudoso "Gika," que um guerrilheiro com 5 munições por mais

pequeno que seja o grupo pode criar dificuldades a um exército regular por algum tempo, fim de citação. E pelos vistos, apesar das sanções da ONU, a UNITA no interior ainda tinha stocks de material que no fim do conflito e à luz do Memorandum de Entendimento do Luena foram entregues às Forças Armadas Angolanas.

Os dois primeiros anos depois do 4 de Abril assistimos uma aceleração para que se criassem as bases sólidas para a democratização do País, a inserção dos milhares dos ex- militares da UNITA e suas respectivas famílias, o que não se regista nos últimos tempos. Não há abertura nem dedicação. Por outro lado, e mais grave criou-se um clima de intolerância em todo país. O momento é de fortalecermos os alicerces da paz, o convívio na diferença, com o constante debate compulsivo, com todas as forças vivas da Nação sobre os caminhos da irmandade, da reconciliação e desarmamento dos espíritos, para que as próximas eleições possam trazer a normalidade institucional deste País.

Os 4 anos trouxeram momentos altos, o calar definitivo das armas, mas vivemos momentos baixos, porque falta-nos a paz social aceitável, assim como a paz de espírito normalizada. O trabalho para a paz social e a paz de espírito é uma tarefa de todos, com maior realce para a acção do governo porque só o governo pode proporcionar meios aos empresários e estes criarem oportunidade de emprego para os nossos compatriotas carenciados. É também do governo que cabe o maior papel de sensibilizar os cidadãos para o respeito à diferença porque cada um é livre de escolher o seu Partido, a sua Igreja ou empresa onde deseja trabalhar ou mulher que deseja casar.

A verdadeira paz social, só se sentirá quando a nossa população tiver a capacidade de andar com as suas próprias pernas porque enquanto ela depender das ONGs sentir-se-á sempre humilhada e comprometida e sem dignidade. A Independência que foi o maior objectivo dos patriotas Angolanos teve como o epicentro criar no homem Angolano o espírito de ser um homem digno e reconciliado com ele mesmo.

Esperamos que a experiência dos passados 4 anos leva a corrigir o que teríamos feito mal e manter acrescido o que se fez de bom. Não houve vencido nem vencedor porque afinal venceu e vencerá sempre Angola e os seus filhos.

8.4-A reinserção dos homens das armas

Journal o folha 8, 8 de Abril de 2006

~~Das várias tarefas constantes do cumprimento deste acordo, se afigurava a criação de um exército Único~~

resultante da fusão das ex-forças armadas em conflito, fixado em cerca de 90 mil efectivos, sendo que os excedentários estariam sujeitos a desmobilização e a um programa de reintegração sócio-económico e profissional.

Com todas as dificuldades do momento, o processo produziu 134.289 Ex-militares, sendo 10.402 da Ex-FALA e 123.887 das Ex-FAPLA e à semelhança do que acontece hoje, a coberto de um programa específico, o Governo baseou as suas acções na formação, reconversão profissional e ensino (...) sensibilização da população alvo para o processo de descompressão social das áreas urbanas, encorajando o retorno às áreas de origem. As experiências do processo de Bicesse com que o Governo, na sua política de relançamento das acções aquando de Lusaka, melhorassem alguns conceitos e a própria estrutura organizativa do processo em si.

O protocolo de Lusaka proporcionou uma viragem progressiva ao processo de paz, a população retomou a credibilidade para o rápido desenvolvimento económico, baseado nas potencialidades que o país tem e o Instituto de Reinserção Social dos Ex-Militares (IRSEM) conseguiu implantar-se nas 18 províncias, procurando estender a sua influência para as áreas rurais.

O processo de Lusaka produziu 57.111 Ex-militares, no entanto, no quadro de um programa nacional de desmobilização e reintegração, aprovado pela resolução 11/96, o IRSEM sob tutela do Ministério da Assistência e Reinserção Social, executou a componente "Reinserção", pois a "Desmobilização" estava a cargo da Comissão Conjunta Política Militar (CCPM). O processo de reintegração precedida de determinadas etapas, ou seja: aquartelamento das Ex-FALA, incorporação das Ex-FALA nas FAA, desmobilização das tropas excedentárias, transportação dos desmobilizados para as áreas de destino e reinserção sócio dos ex-militares.

O processo conheceu momentos em que as estratégias ou mudanças introduzidas tiveram que esperar por novas negociações das partes envolvidas (Governo PNUD e outros doadores) o que resultou na maior parte das vezes num desperdício de tempo e recursos bastantes altos, a redução do impacto preconizado e as pessoas envolvidas, psicologicamente, desmotivadas. A situação política ficou ameaçada devido aos atrasos da calendarização da administração do Estado às áreas ainda sob ocupação da UNITA, constatou-se um movimento permanente de tropas e incidentes de reocupação de localidades onde a administração do

Estado já era um facto.

Estes constrangimentos provocaram as permanentes mutações de destinos que ex-militares apresentavam com relação a sua fixação ou retorno para junto das suas famílias e as dificuldades de acesso às opções de reintegração por falta de circulação de pessoas e bens provocada pela instabilidade militar.

Entendimento do Luena

Na intenção de se preencherem parte dos compromissos políticos do Governo feitos no âmbito do anexo 4 do Memorando de Entendimento de 4 de Abril de 2002, o Programa Geral de Desmobilização e Reinserção (PGDR), dá uma assistência prioritária à desmobilização e reintegração dos Ex-militares do processo pós-Luena e é abrangente aos Ex-militares desmobilizados, no âmbito do processo de Paz.

O PDGR é o instrumento, na base do qual se estão a processar três acções políticas, nomeadamente desmobilizar cerca de 105.000 Ex-militares das Ex-Forças Militares da UNITA e 33.000 das FAA e apoiar a reintegração social e económica de todos os Ex-militares desmobilizados. Até hoje, o processo de desmobilização produziu 97.138 efectivos da EX-FMU e muito brevemente serão licenciados pelas FAA cerca de 3.940 efectivos dos 33.000. Esta acção, foi executada cumprindo etapas duma planificação que procura realizar uma inserção/reintegração social e económica sem sobressaltos.

As etapas foram: o aquartelamento dos efectivos elegíveis ao processo, acção de informação, sensibilização (...) aconselhamento, registo, selecção e atribuição de subsídio de contingência.

Os custos deste processo cifraram-se em cerca de 157 milhões de dólares. Uma presença relevante foi atribuída ao Banco Africano de Desenvolvimento (BAD), que fez uma doação na ordem de cinco milhões de dólares para apoio aos grupos vulneráveis em Angola. Cerca de 100 projectos foram submetidos ao IRSEM, dos quais 85 foram aceites pelas Comissões de Avaliação e aprovação de Projectos.

Para o presente ano, o Governo continuar a efectuar esforços para regularizar a situação dos Ex-militares que ainda não têm documentos e iniciar o processo de licenciamento dos 33.000 efectivos das FAA.

8.5-Samakuva defende ex-militares

Journal o Folha 8, 8 de Abril de 2006

O presidente da UNITA, Isaias Samakuva, defendeu

que a reconciliação nacional deve ser uma prioridade do governo, apelando à urgente melhoria das condições de vida dos desmobilizados de guerra de todas as antigas forças militares que lutaram em Angola.

"Angola precisa de um governo que coloque no topo da agenda nacional o grande objectivo nacional desta geração, que é a verdadeira e sincera reconciliação nacional", afirmou Samakuva, durante uma conferência sobre a reinserção dos ex-militares, no âmbito das comemorações do quarto aniversário da assinatura dos acordos de paz, assinada a 04. Para o líder da UNITA, "os dirigentes angolanos terão de esquecer a proveniência dos militares quando fizerem nomeações ou atribuírem as pensões. Terão de se lembrar sempre de que somos todos irmãos e que Angola é só uma. O ELNA (exército da FNLA), as FAPLA (ex exército do MPLA) e as FALA (ex exército da UNITA) constituem património de todos os angolanos e todos deverão ter as mesmas oportunidades quando se tiver de escolher, patentear ou honrar os dignitários da classe militar", frisou.

"Para os dirigentes angolanos não deve haver generais pretos nem mulatos, ovimbundos ou tchokwes, bakongos ou kimbundus. Todos são angolanos, com direitos iguais", defendeu Samakuva, para quem "este será um dos objectivos da verdadeira reconciliação nacional". Na sua intervenção, o presidente da UNITA recordou os "milhares de mutilados" que vaguciam pelas ruas das principais cidades angolanas "esperando que alguma alma caridosa se digne largar alguns trocos para poderem encontrar algo para o seu estômago faminto".

"A forma como Angola despreza e desconsidera os ex-militares não prestigia o Estado e deve acabar", reclamou, frisando que o actual governo deve "mudar a sua política" relativamente a esta questão. Nesse sentido, considerou que "a verdadeira e sincera reconciliação nacional tem por objectivo estabelecer, não uma paz militar, mas uma paz social, que significa emprego para todos, educação para todos, oportunidades de crédito para todos".

"Angola precisa de um Estado forte, capaz de induzir políticas públicas abrangentes que protejam os mais fracos", insistiu, recordando haver "angolanos que nasceram em condições extremamente desfavoráveis ao seu desenvolvimento. Faz parte do nosso conceito de nação oferecer a estas pessoas a possibilidade da plena integração na vida social, de modo a que possam também acreditar que este é um país de oportunidades, onde a liberdade e a igualdade económica não são apenas para os mais favorecidos, mas para todos";

aerecentou.

No seu discurso, Isaias Samakuva reafirmou que a paz e a reconciliação nacional são "valores supremos" para a UNITA e que o seu partido "continuará a criticar" o governo "sempre que ele não trabalhe para a verdadeira reconciliação nacional. Não aceitamos que um país que desperta os interesses de investidores de muitas partes do mundo não consiga desenvolver políticas para proteger os mais fracos, em particular os desmobilizados dos vários exércitos", afirmou.

8.6-O «destempo» da Paz

Journal o folha 8, 8 de Abril de 2006

A paz é por muitos considerada uma dádiva de Deus, protagonizada por homens de boa fé, compenetrados e comprometidos, a dado momento, com o valor da vida humana. Em Angola a vida de um ser humano, durante os mais de 30 anos de guerra, chegou a valer menos do que a de uma galinha.

Era conflagrador assistir a barbárie protagonizada por compatriotas do mesmo solo pátrio, pela única razão de pretenderem ao mesmo tempo e pela força das armas alcançar o poder. Anos a fio, milhares de autóctones erentes e não erentes, faziam nas suas barricadas uma corrente da fé, para que a racionalidade, um dia baixasse a mente dos senhores da guerra e os fizesse parar com a carnificina que tantos rios de sangue fez transbordar os lares de autóctones, com o luto e a mutilação de ente queridos, ou ainda a destruição do património físico. E foi com base na fé, que para gaúdio geral, que muitos louvaram a Deus o assinar do compromisso para o enterrar do machado de guerra, a 4 de Abril de 2002, no Entendimento de Luena, através dos generais Geraldo Sachipengo Nunda, chefe do Estado-Maior General Adjunto das FAA, e Abreu Muengo "Kamorteiro", alto comandante das Forças Militares da UNITA, que por ironia do destino são primos direitos.

Muitos defendem ter contribuído para este desfecho exclusivamente a morte em combate do fundador e líder histórico da UNITA, Jonas Malheiro Savimbi, a 22 de Fevereiro no Lueusse Munhango, mas uma análise mais abrangente pode conduzir nos a outra margem. Outros radicais, dos dois lados poderiam acionar a clarinete da continuidade da guerra, mas quis o cruzamento dos destinos, que os moderados, fossem os eleitos para no momento de tragédia estarem no comando das operações das duas barricadas. Ganhou Angola, ganharam os angolanos, para glória de Deus. A paz foi adiada em 1975, data em que Angola ficou independente do jugo colonial, face a ambição e o

~~desentendimento entre os três líderes políticos, que conduziram a luta de libertação nacional e foram signatários dos Acordos de Alvor, nomeadamente Agostinho Neto, Jonas Savimbi, ambos já falecidos e Álvaro Holden Roberto (único sobrevivente de todo tenebroso processo)~~

~~O protagonismo político, discrecionário e egocêntrico de Agostinho Neto, fez com que Angola fosse invadida por forças estrangeiras, cubanas convidadas pelo MPLA, sul africanas por Jonas Savimbi e o exército zaireense por Holden Roberto. Era o anti patriotismo elevado ao rubro, com tapete para a destruição e imobilismo de uma terra que ambicionava uma mudança para a afirmação dos seus povos e nações e não de uma continuidade da guerra, mais atroz, que ceifou mais vidas que a colonial. A guerra fratricida que a nada nos levou, antes pelo contrário plantou à miséria, o subdesenvolvimento, a destruição das infra-estruturas e vidas humanas sem razões objectiva.~~

~~Quatro anos depois do calar das armas o país, para os autóctones continua na mesma, pois eles não se alimentam com os gráficos ilusórios da equipa económica do governo, tudo isso porque ele não conhece no seu dia a dia melhorias. Os sistemas de ensino e de saúde são de fraca qualidade e não abrangem toda a população, o abastecimento de água e energia eléctrica são muito deficientes, incluindo em Luanda, capital do país, e a distribuição da riqueza permanece desigual. A situação humanitária em Angola evoluiu muito nos últimos quatro anos, mas ainda persistem problemas sociais graves, apesar de o país ter praticamente resolvido o drama dos deslocados de guerra.~~

~~Os graves problemas do quotidiano foram suficientes para impedir que a população saísse à rua para festejar o quarto aniversário da assinatura dos acordos de paz, que será assinalado um pouco por todo o território.~~

8.7 -Sanjar defende reforço das estruturas de manutenção de paz

Jornal de Angola-19 de Abril de 06

O Chefe do Estado-maior General das Forças Armadas Angolanas (FAA), general Agostinho Nelumba 'Sanjar', destacou ontem, em Luanda, a importância da consolidação das estruturas de prevenção de segurança e de manutenção de paz no continente africano.

"Este acto de extrema importância constitui um passo decisivo para a consolidação das estruturas de prevenção de segurança e de manutenção da paz em África", afirmou o general Sanjar na abertura dos tra-

balhos do V Ciclo do Reforço das Capacidades Africanas de Manutenção de Paz (RECAMP). Na sua intervenção, Agostinho Nelumba 'Sanjar' salientou que o encontro permitirá "desenvolver um processo de planeamento" no âmbito da União Africana e da Comunidade Económica dos Estados da África Central (CEEAC)"

A reunião, que se prolonga até sábado, decorre no quadro da criação da Força Africana em Estado de Alerta (FAEA), uma iniciativa da União Africana que tem como objectivo a prevenção e intervenção em situação de conflitos internos em países do continente e em casos de catástrofes naturais e de assistência humanitária, O Chefe do Estado Maior General das FAA recordou que a CEEAC "tem, estado fortemente empenhada no estabelecimento de um clima de paz e segurança na região", frisando que esta organização regional se tem "desdobrado na promoção de acções que permitam potenciar mecanismos que garantam a estabilidade de que muito necessitam os países africanos em geral",

Por outro lado, salientou que "Angola, sempre que é chamada, tem respondido com prontidão para que o desejo de paz efectiva seja uma realidade".

"É nessa perspectiva que temos a honra de acolher o V Ciclo do RECAMP, esperando que ele sirva para o reforço da coesão doutrinária, que constitui um imperativo de apoio à manutenção de paz", afirmou. Na reunião de Luanda participam oficiais superiores das forças armadas dos países da CEEAC e representantes da União Africana, União Europeia e dos países que integram o denominado Grupo dos Oito (G8). O Recamp foi criado pela França em meados dos anos 90, para responder as necessidades das organizações regionais e dos Estados africanos em matéria de manutenção da paz, na base de princípios de legitimidade internacional e em pleno acordo com os objectivos da carta da ONU. Aberto a todos os países ou organizações que desejam associar-se, o RECAMP organiza, de dois em dois anos, ciclos de preparação numa das organizações sub regionais, de acordo a divisão do continente adoptada pela União Africana.

Cada ciclo inclui um seminário político-militar, uma conferência estratégica, um exercício militar incluindo trabalhos de estado-maior e manobras de tropas no terreno e finalmente uma conferência de avaliação das experiências (RETEX). O quarto ciclo, organizado em 2004 foi destinado aos países membros da CEDEAO (Comunidade dos Estados da África Ocidental). A capital angolana foi escolhida para a realização da conferência estratégica do quinto ciclo que tem como alvo os países da África Central. A CEEAC é uma orga-

nização regional que tem como membros Angola, Burundi, Rwanda, Guiné Equatorial, Chade, República do Congo, República Democrática do Congo, Gabão, S. Tomé e Príncipe, Camarões e República Centro Africana.

8.8-Alguns benefícios da paz

Journal o Cruzeiro do Sul, 1 de Abril de 06

A província de Benguela abrangendo uma área de 39 mil 826,83 Km² de superfície e estabelecendo fronteiras com as províncias do Huambo, Huila, Namibe e Kuanza Sul é sem dúvida uma região importante que funciona como uma verdadeira placa giratória para o Centro e Sul do país. Por aqui passam muitos dos esforços de consolidação da paz.

O ambiente de paz propiciou que algumas ações planejadas pelo Governo provincial de Benguela nas áreas de educação, Saúde, Águas, Energia, terraplanagem, Defesa torrencial, Agricultura, Comunicação social e algumas ações de emergência fossem realizadas. Informações oficiais do Governo provincial indicam que de 2002a esta parte 25 novas escolas do I Nível e 15 residências para professores foram implementadas nos municípios do interior. 691 novas salas de aulas entre reabilitadas e construídas permitiram o ingresso de 118 mil e 39 alunos no Sistema de ensino. Outros 15 estabelecimentos de ensino do I Nível ao pré-universitário foram reabilitados. A rede sanitária nos seis municípios do interior foi ampliada com 25 Postos de saúde, 31 residências para enfermeiros e médicos, outras sete unidades hospitalares foram reabilitadas e apetrechadas. O serviço público de rádio e televisão chegou aos municípios e comunas do interior. A iluminação pública e doméstica também foi reposta nas sedes comunais e municipais.

A longa lista de ações executadas pelo Governo de Benguela inclui a reabilitação dos sistemas de irrigação do Cavaco, Catumbela e Canjala que fazem parte de 1 milhão de hectares favoráveis ao desenvolvimento agrícola nos nove municípios para distintas culturas.

2 MERCADO INFORMAL E MICROFINANÇAS

2.1 Título do Artigo (não em letras maiúsculas)

Nom do fonte...Data do artigo (em format dd-mm-aa)

Texto do artigo. Texto do artigo. Texto do artigo.
Texto do artigo. Texto do artigo. Texto do artigo.

2.2 Título do Artigo (não em letras maiúsculas)

Nom do fonte...Data do artigo (em format dd-mm-aa)

Texto do artigo. Texto do artigo. Texto do artigo.

3 GOVERNAÇÃO E DESCENTRALIZAÇÃO

3.1 Título do Artigo (não em letras maiúsculas)

Nom do fonte...Data do artigo (em format dd-mm-aa)

Texto do artigo. Texto do artigo. Texto do artigo.

4 ELEIÇÕES E EDUCAÇÃO CÍVICA

4.1 Título do Artigo (não em letras maiúsculas)

Nom do fonte...Data do artigo (em format dd-mm-aa)

Texto do artigo. Texto do artigo. Texto do artigo.

5 EDUCAÇÃO, JUVENTUDE E CRIANÇA

5.1 Título do Artigo (não em letras maiúsculas)

Nom do fonte...Data do artigo (em format dd-mm-aa)

Texto do artigo. Texto do artigo. Texto do artigo.

6 TERRA, HABITAÇÃO E URBANIZAÇÃO

6.1 Título do Artigo (não em letras maiúsculas)

Nom do fonte...Data do artigo (em format dd-mm-aa)

Texto do artigo. Texto do artigo. Texto do artigo.

7 SERVIÇOS BÁSICOS

7.1 Título do Artigo (não em letros maiusculos)

Nom do fonte...Data do artigo (em format dd-mm-aa)

Texto do artigo. Texto do artigo. Texto do artigo.

8 PAZ E RECONCILIAÇÃO

8.1 Título do Artigo (não em letros maiusculos)

Nom do fonte...Data do artigo (em format dd-mm-aa)

Texto do artigo. Texto do artigo. Texto do artigo.